



MUNICÍPIO DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Elias Estevão Colnago, nº 65 - Centro - Itarana/ES
Telefone: (27) 3720 - 4900
<https://www.itarana.es.gov.br/portal/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PROTOCOLO DO PROCESSO
003365/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:

<https://gpi01.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=152B26B45E6E10E42A0A3244A9CA2C85&idFunc=5B69B9CB83065D403869739AE7F0995E&idEcm=c7d395cf-7827-4924-b737-bb140a78a812>

Chave de acesso: [c7d395cf-7827-4924-b737-bb140a78a812](#)

AUTUADO EM	Segunda-feira, 21 de Julho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	PROTOCOLO E ARQUIVO
AUTUADO POR	JOSIL CARLOS GALAZZI
INTERESSADO (S)	
SMTOSU- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	

RESUMO

Solicitação de elaboração do Estudo Técnico Preliminar, referente à execução de obra de Drenagem e Pavimentação na Comunidade de Santa Joana

DATA:21/07/2025

Assinado por JOSIL CARLOS
 GALAZZI 088.***.***.**
 MUNICIPIO DE ITARANA
 21/07/2025 07:40:23





OF.PMI/SMTOSU Nº. 211/2025

Itarana/ES, 21 de julho de 2025.

Ao Setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil

Considerando o material bloco intertravado de concreto tipo holandês e meio-fio enviado por parte da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) para a Prefeitura Municipal de Itarana para a execução da obra de Drenagem e Pavimentação na Comunidade de Santa Joana.

Considerando a solicitação da Comunidade de Santa Joana, contida no PPA – Quadriênio 2022/2025, a respeito da demanda de “Calçamento no posto Santa Joana até as duas igrejas”.

Solicito a elaboração do Estudo Técnico Preliminar a este setor, referente à execução de obra de Drenagem e Pavimentação na Comunidade de Santa Joana. Caso seja constatada a viabilidade conforme os estudos de demanda e as especificações técnicas, solicito, ainda, a elaboração dos demais documentos necessários para a abertura do processo licitatório.

Atenciosamente,

Assinado por JOSIL CARLOS
GALAZZI 088-***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
21/07/2025 07:42:22

Josil Carlos Galazzi

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos





DESPACHO

De: Setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU)

Para: Comissão de Planejamento das Contratações (CPC)

Segue Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Projeto Básico para análise e considerações. Além, dos documentos técnicos referentes à futura obra de Drenagem e Pavimentação na Comunidade Santa Joana.

Itarana, 21 de julho de 2025

Assinado por GABRIEL PESENTE
PIOROTTI 140.***-***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
21/07/2025 07:57:12

Gabriel Pesente Piorotti
Matrícula 006931





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021

O município demanda a contratação da execução do serviço de Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obra de Drenagem e Pavimentação com Blocos de Concreto Intertravado na Comunidade de Santa Joana, Município de Itarana, com extensão total aproximada de 1.539,81 metros.

A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de drenagem e pavimentação em trecho não pavimentado da estrada que atende à Comunidade de Santa Joana, em Itarana, com extensão estimada de 1.539,81 metros lineares. A obra será realizada com o uso de blocos de concreto intertravado, técnica que proporciona maior durabilidade, facilidade de manutenção e drenagem eficiente.

Importa destacar que parte da obra já foi executada anteriormente, porém não foi concluída, o que motivou a necessidade de realizar uma nova contratação com foco na execução da parcela remanescente dos serviços. Há interesse público evidente na continuidade e finalização do objeto, visto que a conclusão da obra é fundamental para garantir os benefícios sociais e econômicos inicialmente previstos. Dessa forma, a realização de nova licitação, na modalidade concorrência, configura o meio mais viável e transparente para assegurar a continuidade e a finalização da obra com qualidade e eficiência.

Trata-se de uma via vicinal que conecta a rodovia ES-484 à Comunidade de Santa Joana, passando pelas comunidades do Rizzi e Santa Helena, já contemplada com pavimentação semelhante. No entanto, o trecho final da estrada, que dá acesso direto às residências familiares da Comunidade de Santa Joana, permanece sem qualquer tipo de pavimentação, o que dificulta o tráfego local, principalmente em períodos chuvosos.

A estrada em questão é de fundamental importância para a mobilidade da população local, sendo utilizada diariamente por moradores, estudantes e produtores rurais. A região tem forte vocação agrícola, com produção e escoamento de mercadorias que dependem diretamente da condição de trafegabilidade da via. A ausência de infraestrutura adequada tem causado transtornos frequentes, como lama, poeira e atoleiros, comprometendo a



segurança e a qualidade de vida dos moradores, além de dificultar o acesso de serviços essenciais, como transporte escolar e atendimento de emergência.

Diante do porte da intervenção e do valor estimado da obra, será adotado o procedimento de licitação pública na modalidade Concorrência, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Essa modalidade é indicada para contratações de maior vulto, pois assegura ampla publicidade, competitividade e igualdade de condições entre os participantes, sendo a forma mais eficaz de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A realização da licitação na modalidade concorrência garante vantajosidade sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, promove a economicidade, já que a competição entre empresas geralmente resulta em propostas com melhor custo-benefício. Em segundo lugar, permite a participação de empresas com maior capacidade técnica, experiência comprovada e estrutura adequada para executar obras de engenharia com qualidade e dentro do prazo estabelecido. Além disso, o processo respeita os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade e eficiência, fortalecendo a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Outro aspecto relevante é que a escolha da modalidade concorrência contribui para mitigar riscos de execução inadequada, uma vez que os critérios de habilitação exigem documentação técnica e operacional que ateste a capacidade da empresa para realizar obras de porte semelhante. Isso confere maior segurança jurídica e contratual para o município, reduzindo a probabilidade de paralisações, aditivos excessivos ou falhas construtivas.

Diante disso, estudos técnicos realizados apontam para a necessidade urgente de intervenção no trecho citado, a fim de garantir melhores condições de deslocamento, promover o desenvolvimento local, valorizar os imóveis da região e assegurar o direito de ir e vir da população.

2 - ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021

Destaca-se que o Município de Itarana possui Plano Plurianual (PPA) vigente, abrangendo o quadriênio de 2022 a 2025, instrumento legal que estabelece as diretrizes, objetivos e



metas da administração pública para o período. A presente contratação encontra respaldo direto nesse planejamento estratégico, uma vez que visa atender à demanda específica prevista no PPA, descrita como **“Calçamento no posto de Santa Joana até as duas igrejas”**.

Essa previsão no PPA demonstra que a obra ora proposta não surgiu de uma necessidade pontual ou isolada, mas sim de um processo de planejamento participativo, que envolveu consultas comunitárias, diagnósticos técnicos e definição de prioridades para o desenvolvimento local. Assim, a execução da pavimentação e drenagem do referido trecho integra um conjunto de ações previamente estruturadas com base em critérios de interesse coletivo, viabilidade técnica e impacto social positivo.

Cumprir com as metas estabelecidas no Plano Plurianual é fundamental para garantir a continuidade das políticas públicas e a efetividade da gestão pública municipal. Ao executar a presente obra, o Município não apenas responde às reivindicações da população da Comunidade de Santa Joana, como também assegura a coerência entre o planejamento e a execução orçamentária, promovendo a transparência, o controle social e o alinhamento das ações governamentais com os compromissos assumidos.

Além disso, ao atender a essa demanda do PPA, o Município reforça seu compromisso com a melhoria da infraestrutura urbana e rural, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, elementos centrais do plano de governo e das políticas públicas locais.

3 - DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021

- **Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- **Decreto Municipal Nº 2011**, de 15/01/2024, que regulamenta a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Itarana/ES.



• A empresa deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133/2021 e atender o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

• Os bens têm **natureza de bens comuns**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

• Presença do Responsável Técnico durante a execução, pois a ausência de um profissional habilitado na condução de atividades de projetos e execuções de obra pode ocasionar diversos problemas no momento da construção, como por exemplo desperdício de materiais, aumento no prazo e custos para realização das atividades, assim como pode colocar em risco à segurança dos colaboradores.

• Os profissionais da Contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados ao local dos trabalhos com o objetivo de facilitar a identificação dos mesmos.

• Dispor ou locar maquinário necessário para realizar os serviços presentes na planilha orçamentária, para que não haja atrasos e insuficiência na execução dos serviços.

• Entregar o objeto, na conformidade do estabelecido no Edital e Termo de referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

• A contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviço, no local indicado pela SMTOSU, para que se cumpra o prazo estabelecido no cronograma da obra.

• Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

• **Normas e Especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes)** - Essas normas servem de base para especificações técnicas nos Termos de Referência, garantindo qualidade, segurança e padronização dos materiais adquiridos:



1.1 Pavimentação

- **NBR 9781:** Peças de concreto para pavimentação - Especificação e métodos de ensaio;
- **NBR 6120:** Pavimento intertravado com peças de concreto – Execução;
- **DNER-ES 327/97:** Pavimento com peças pré-moldadas de concreto;
- **DNIT 139/2010-ES:** Sub-base estabilizada granulometricamente - Especificação de serviço.

1.2 Drenagem

- **NBR 8890:** Tubo de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário — Requisitos e métodos de ensaios;
- **DNIT 020/2023-ES:** Meios-fios e guias - Especificações de serviço;
- **DNIT 021/2023 - ES:** Entradas e descidas d'água - Especificação de serviço;
- **DNIT 022/2023-ES:** Dissipadores de energia - Especificação de serviço;
- **DNIT 023/2024-ES:** Bueiros tubulares de concreto - Especificação de serviço;
- **DNIT 026/2004-ES:** Caixas coletoras - Especificação de serviço;
- **DNIT 028/2004-ES:** Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem - Especificação de serviço.

1.3 Sinalização Viária

- **DNIT 100/2018-ES:** Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização horizontal - Especificação de serviço;
- **DNIT 101/2009-ES:** Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização vertical - Especificação de serviço.

1.4 Terraplenagem

- **DNIT 104/2009-ES:** Serviços preliminares - Especificação de serviço;
- **DNIT 105/2009-ES:** Caminhos de serviço - Especificação de serviço.

• **Manual de Obras Públicas (MPO) – Ministério da Gestão** - Manual técnico federal com orientações para obras e serviços de engenharia, útil para especificar materiais em obras próprias.

• Normas de Segurança, Sustentabilidade e Acessibilidade:

3.1 Segurança

- **NR-18 (Norma Regulamentadora do MTE):** Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

3.2 Sustentabilidade



- **ABNT NBR ISO 14001:** Sistemas de gestão ambiental.
- **Diretrizes do Plano Nacional de Contratações Sustentáveis:** Prioriza materiais recicláveis, reaproveitáveis ou com menor impacto ambiental.
- **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC 101/2000):** Exige dotação orçamentária e compatibilidade com PPA/LDO/LOA.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021

Os serviços a serem contratados serão rigorosamente definidos e quantificados com base nos projetos executivos detalhados, memórias de cálculo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos anexados a este estudo. Essas referências técnicas constituem o fundamento para a elaboração da estimativa das quantidades, garantindo que as especificações estejam alinhadas às necessidades reais da obra.

Além disso, a precisão dessas estimativas é fundamental para assegurar a adequação dos recursos financeiros, o planejamento eficaz da execução e o controle rigoroso dos materiais e serviços a serem empregados. A metodologia adotada contempla uma análise criteriosa dos quantitativos de materiais, equipamentos e mão de obra necessários, considerando ainda possíveis ajustes decorrentes das condições locais e exigências técnicas específicas do terreno e do projeto.

O valor total estimado para a licitação é de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos).

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021

5.1. O levantamento de mercado para a contratação de empresa especializada na execução de obra de pavimentação com blocos de concreto intertravado em trecho rural demonstra a existência de diversas modalidades de contratação. Considerando a natureza da obra, o porte do investimento, a necessidade de qualificação técnica da contratada e o compromisso com a economicidade e a legalidade, optou-se pela realização de licitação pública na modalidade Concorrência como a solução mais adequada para o Município de Itarana–ES.



Essa escolha assegura ampla competitividade entre os licitantes, garantindo que a Administração Pública selecione a proposta mais vantajosa, tanto sob o ponto de vista técnico quanto financeiro. O levantamento de mercado é essencial para que a prefeitura possa tomar decisões embasadas, promovendo transparência, eficiência na contratação e o melhor uso dos recursos públicos.

CONTRATAÇÃO: Execução de Obra de Drenagem e Pavimentação com Blocos de Concreto Intertravado.

PESQUISA DE MERCADO

Situação 1

Adesão à Ata de Registro de Preços (SRP): Nos municípios, há uma demanda frequente e descentralizada por obras de infraestrutura urbana e rural, especialmente no que se refere à execução de serviços de pavimentação e drenagem em vias públicas. A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos (SMTOSU), por exemplo, é responsável por executar e supervisionar serviços como manutenção e pavimentação de estradas vicinais, ruas urbanas, acessos a comunidades rurais e demais melhorias na malha viária municipal. Diante da amplitude das demandas e da limitação de recursos humanos e operacionais, muitas vezes recorre-se à contratação externa de empresas especializadas para a realização de obras em trechos específicos, previamente definidos por critérios técnicos e sociais.

Aplicação:

A Ata de Registro de Preços (SRP) permite à Administração Pública contratar bens e serviços com maior agilidade e eficiência, especialmente quando há necessidade recorrente, previsível e padronizada. Embora possa ser utilizada em casos excepcionais para obras, sua aplicação é mais adequada e vantajosa para a contratação de serviços continuados, serviços técnicos especializados (como elaboração de projetos) e para a aquisição de bens comuns.

Vínculo com políticas públicas:

- Aderência aos princípios da eficiência e da economicidade.



- Atendimento a diretrizes de planejamento e transparência, exigidas pelo art. 11 da Lei 14.133/2021.

Base legal:

- Art. 86 da Lei 14.133/2021.

Situação 2

Llicitação através de Pregão ou Concorrência: A realização de licitação própria, especialmente na modalidade Concorrência, amplia a competitividade e assegura a participação de empresas qualificadas, com capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade da obra. Esse modelo garante maior controle sobre os critérios de habilitação, execução contratual e prazos, promovendo maior segurança jurídica e qualidade na entrega do serviço à Administração Pública.

Aplicação:

Essa solução é útil especialmente em contratos mais robustos, especialmente quando se trata de intervenções com valores expressivos e impacto direto na infraestrutura urbana ou rural, assegurando que a obra seja executada em conformidade com o projeto básico, os padrões de qualidade estabelecidos e dentro dos prazos estipulados.

Vínculo com políticas públicas:

- Estímulo ao desenvolvimento local com a participação de empresas especializadas.
- Melhoria da efetividade nas compras públicas.
- Alinhamento ao Estatuto das MPEs (Lei Complementar nº 123/2006), promovendo acesso igualitário ao mercado público.

Base legal:

- Art. 06 da Lei 14.133/2021.
- Manual de Compras Públicas – SEGES/ME.

Situação 3

Aquisições Diretas por Dispensa de Licitação (valor ou emergência): Em diversas situações, as secretarias municipais enfrentam demandas pontuais e imediatas — como a quebra de uma caixa d'água em escola, infiltrações severas em postos de saúde ou danos



estruturais provocados por chuvas intensas. Nesses casos, a dispensa por valor (até R\$ 54.000 para obras e serviços ou R\$ 108.000 para compras, conforme art. 75, I, da Lei 14.133/2021) ou por emergência (art. 75, VIII) pode ser utilizada com respaldo legal.

Aplicação:

Ideal para resolver situações de manutenção corretiva imediata, quando não é possível aguardar trâmites licitatórios formais. Também pode complementar os modelos anteriores para casos excepcionais.

Vínculo com políticas públicas:

- Garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais.
- Cumprimento do dever constitucional de eficiência administrativa (art. 37 da CF/88).
- Evita agravamento de danos à infraestrutura pública ou à segurança dos usuários.

Base legal:

- Art. 75, incisos I e VIII da Lei 14.133/2021.
- Acórdão TCU 1.214/2013 – critérios para uso fundamentado da dispensa.
- Manual de Boas Práticas da CGU – controle e justificativa em dispensas.

QUADRO ANÁLISE GERAL

DECISÃO: 2. Solução Selecionada: Licitação através de Pregão ou Concorrência

Após análise técnica das alternativas disponíveis no mercado e considerando as características da demanda, foi escolhida como solução mais vantajosa a contratação por meio de licitação pública na modalidade Concorrência, nos termos dos arts. 6º e 28 da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de contratação para execução de obra de pavimentação com blocos de concreto intertravado em trecho rural da Comunidade de Santa Joana, uma intervenção de porte relevante, com valor expressivo e impacto direto na mobilidade, escoamento da produção agrícola e qualidade de vida da população local.

Diferente de demandas administrativas pontuais ou fragmentadas, essa contratação exige um processo robusto, com ampla competitividade e critérios técnicos que assegurem a seleção da empresa mais qualificada para a execução da obra. A escolha pela



Concorrência proporciona maior publicidade, igualdade de condições entre os participantes e maior segurança jurídica à Administração, favorecendo a economicidade e o controle dos resultados.

A opção por licitação própria, em detrimento da adesão a atas de registro de preços ou dispensa por valor, justifica-se também pelo interesse público na continuidade de uma obra que já teve parte executada, mas que não foi concluída, sendo necessária nova contratação para a execução da parcela remanescente. A conclusão da obra é essencial para garantir os benefícios sociais e econômicos previstos inicialmente, assegurando, ainda, o melhor aproveitamento dos investimentos públicos já realizados.

Além disso, a licitação na modalidade concorrência permite uma contratação com escopo claro, controle rigoroso de cronograma, qualidade dos materiais e prazos bem definidos, evitando improvisações e assegurando maior transparência e fiscalização do processo.

✖ Solução 1 – Adesão à Ata de Registro de Preços (SRP):

- Vantagens:**

Agilidade e flexibilidade na aquisição de bens ou serviços recorrentes e padronizados, reduzindo a necessidade de múltiplos processos licitatórios.

- Desvantagens:**

- Limitação para obras ou serviços complexos e específicos, podendo resultar em menor competitividade e inadequação do objeto contratado às necessidades locais.

- Motivo do Descarte:**

Inadequação para obras complexas que exigem especificações técnicas detalhadas e customizadas, comprometendo a qualidade e eficiência da contratação.

✖ Solução 3 – Aquisições Diretas por Dispensa de Licitação

- Vantagens:**

Agilidade e simplicidade em demandas pontuais.

- Desvantagens:**

- Limitada por valores legais.
 - Menor transparência.
 - Risco de fracionamento indevido e baixa concorrência.

- Motivo do Descarte:**



Não atende à regularidade e abrangência necessárias para obras contínuas ou de maior vulto, sendo adequada apenas para situações emergenciais ou pontuais.

6 - ESTIMATIVA DO VALOR

Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021

A estimativa de valor baseia-se nos valores obtidos da Tabela de Preços do Departamento de Edificações e Rodovias do estado do Espírito Santo (DER-ES), planilha de rodovias e edificações com data-base em março de 2025.

Para os itens pretendidos, os valores registrados são os seguintes:

Itens	Especificação	Und	Quant.	Unitário	BDI	Valor Total com BDI
01 - SERVIÇOS PRELIMINARES						
01.01	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nívelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	0,20	R\$ 23.556,20	R\$ 29.049,51	R\$ 5.809,90
01.02	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	8,00	R\$ 244,44	R\$ 301,44	R\$ 2.411,52
01.03	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	10,00	R\$ 579,35	R\$ 714,45	R\$ 7.144,50
01.04	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG	m	10,00	R\$ 454,75	R\$ 560,80	R\$ 5.608,00
01.05	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	10,00	R\$ 436,22	R\$ 537,95	R\$ 5.379,50
01.06	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	10,00	R\$ 55,94	R\$ 68,99	R\$ 689,90
01.07	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	1,00	R\$ 2.144,98	R\$ 2.645,19	R\$ 2.645,19
01.08	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1.21m ² /func./turno), conf. projeto (2 utilização)	m ²	10,00	R\$ 385,44	R\$ 475,32	R\$ 4.753,20
02 - DRENAGEM						
02.01	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	15,00	R\$ 40,72	R\$ 51,20	R\$ 768,00
02.02	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	15,00	R\$ 452,61	R\$ 568,04	R\$ 8.520,60



02.03	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	4,00	R\$ 718,33	R\$ 901,52	R\$ 3.606,08
02.04	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	2,00	R\$ 1.328,46	R\$ 1.667,26	R\$ 3.334,52
02.05	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	26,00	R\$ 424,36	R\$ 532,58	R\$ 13.847,08
02.06	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	8,45	R\$ 29,23	R\$ 36,68	R\$ 309,95
02.07	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	2,00	R\$ 2.938,05	R\$ 3.687,33	R\$ 7.374,66
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	2.101,73	R\$ 40,34	R\$ 50,63	R\$ 106.410,59
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	1.000,00	R\$ 70,05	R\$ 87,92	R\$ 87.920,00
02.10	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m³	139,58	R\$ 33,76	R\$ 41,63	R\$ 5.810,63

03 - TERRAPLENAGEM

03.01	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m²	3.101,73	R\$ 0,71	R\$ 0,90	R\$ 2.791,56
03.02	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m²	9.238,86	R\$ 1,75	R\$ 2,22	R\$ 20.510,27

04 – PAVIMENTAÇÃO

04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m²	9.238,86	R\$ 23,68	R\$ 29,58	R\$ 273.285,48
04.02	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	1.977,73	R\$ 4,40	R\$ 5,50	R\$ 10.877,51

05 – SINALIZAÇÃO VIÁRIA

05.01	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m²	4,00	R\$ 228,30	R\$ 285,73	R\$ 1.142,92
05.02	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	30,00	R\$ 21,81	R\$ 27,30	R\$ 819,00
05.03	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m²	4,00	R\$ 699,92	R\$ 876,00	R\$ 3.504,00

06 – OBRAS COMPLEMENTARES

06.01	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 31,42	R\$ 39,51	R\$ 1.185,30
06.02	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 26,12	R\$ 32,84	R\$ 985,20



	TOTAL GERAL	R\$ 587.445,06
--	-------------	----------------

A quantidade estimada a ser adquirida resulta no valor total estimado de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução completa dos serviços de drenagem e pavimentação em blocos de concreto intertravados tipo holandês, no trecho rural da Comunidade de Santa Joana, Município de Itarana/ES. A intervenção abrange a preparação do terreno, implantação da rede de drenagem pluvial para garantir o adequado escoamento das águas da chuva, prevenção de erosões e alagamentos, e a pavimentação da via, proporcionando maior durabilidade, segurança e funcionalidade para a mobilidade local.

Os materiais principais, como blocos e meios-fios, serão fornecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), enquanto a empresa contratada ficará responsável pela execução integral dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos e transporte, conforme especificações técnicas detalhadas nos projetos e memorial descritivo anexos.

Diante da complexidade técnica, vulto financeiro e da necessidade de garantir ampla participação, transparência e competitividade, optou-se pela realização de licitação pública na modalidade Concorrência, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Essa modalidade é a mais adequada para obras dessa natureza, pois assegura a seleção da proposta mais vantajosa e permite critérios rigorosos de habilitação técnica e financeira.

A licitação por concorrência fortalece a segurança jurídica do processo, minimiza riscos de execução inadequada e possibilita maior controle sobre a qualidade e os prazos da obra, promovendo a eficiência na aplicação dos recursos públicos e garantindo o atendimento pleno do interesse coletivo da comunidade beneficiada.

A vigência do Contrato formalizado através da Licitação por concorrência será de



210 (duzentos e dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade da obra, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, ressaltando que oferece um maior nível de controle pela administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da obra e garantia dos resultados em uma só empresa.

Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízos ao conjunto ou ao objeto a ser contratado.

9 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021

Pretende-se, com esta contratação, promover uma significativa redução nos gastos de tempo e recursos da administração municipal relacionados às manutenções constantes dos trechos atualmente não pavimentados, que são executadas com o maquinário próprio da Secretaria Municipal. A ausência de uma pavimentação adequada implica em intervenções frequentes e custosas, além de demandar esforços operacionais contínuos. Ao viabilizar a pavimentação definitiva, a administração poderá direcionar esses recursos para outras prioridades, otimizando a eficiência da gestão pública e promovendo o uso mais racional dos equipamentos e mão de obra disponíveis.

Além disso, a obra contribuirá diretamente para a redução de perdas agrícolas e para a melhoria do escoamento da produção local. A pavimentação em blocos de concreto intertravados proporcionará uma via mais resistente e com maior capacidade de tráfego,



mesmo em períodos chuvosos, eliminando pontos críticos de atoleiros e erosões que dificultam o transporte de mercadorias. Essa melhoria logística fortalecerá a economia local, beneficiando especialmente a agricultura familiar, que é a base da subsistência e geração de renda da comunidade. Com acesso facilitado, os produtores poderão comercializar seus produtos com mais eficiência e menor custo, ampliando suas oportunidades de mercado.

Por fim, a execução da obra visa assegurar o conforto e a segurança dos moradores e demais usuários da via. A pavimentação adequada eliminará problemas como poeira excessiva, lama e buracos, que atualmente comprometem a qualidade de vida e aumentam os riscos de acidentes. A implementação da rede de drenagem integrada garantirá o controle das águas pluviais, evitando alagamentos e deslizamentos que podem colocar em perigo as pessoas e comprometer a integridade da via. Dessa forma, a intervenção promoverá um ambiente mais seguro, acessível e digno para a população local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021

10.1. Para garantir a efetividade da contratação e o alcance dos resultados pretendidos, serão adotadas as seguintes providências pela Prefeitura Municipal de Itarana:

a) Designação de equipe técnica multidisciplinar para acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados

Assegurar a qualidade e conformidade dos projetos executados. Essa equipe deverá integrar diferentes expertises, garantindo o cumprimento dos prazos, especificações técnicas e normas vigentes, promovendo transparência e eficiência na gestão pública.

b) Disponibilização de todas as informações, documentos técnicos, levantamentos topográficos e sondagens existentes, e dados necessários à execução dos serviços pela contratada

Será disponibilizado à contratada todo o conjunto de informações, documentos técnicos, levantamentos topográficos, sondagens e demais dados necessários para a correta execução dos serviços.



c) Articulação com órgãos estaduais e federais para obtenção de licenças, autorizações e apoio técnico, quando necessário

Estabelecer contato direto com os órgãos estaduais e federais responsáveis pelas licenças e autorizações pertinentes. Isso inclui a identificação dos requisitos legais específicos, o encaminhamento de toda a documentação necessária, a solicitação de pareceres técnicos e a coordenação das etapas burocráticas até a obtenção das aprovações. Além disso, é importante manter um canal de comunicação ativo para receber orientações e suporte técnico durante a execução dos projetos, assegurando o cumprimento das normas vigentes e evitando possíveis entraves administrativos.

d) Promoção do diálogo e sensibilização da comunidade local sobre a importância e os impactos das intervenções

É essencial promover o diálogo aberto e contínuo com a comunidade local, sensibilizando-a quanto à importância das intervenções planejadas e seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Essa interação contribui para o entendimento, apoio e colaboração da população, reduzindo resistências e fortalecendo a transparência e a responsabilidade social do projeto.

f) Capacitação dos Setores Requisitantes e Fiscalizadores

Promover ações de capacitação dos servidores envolvidos no recebimento e fiscalização dos projetos, de modo a garantir o conhecimento técnico necessário para verificar a conformidade dos serviços, realizar inspeções de qualidade e identificar falhas ou técnicas indevidas. Isso contribuirá para a efetividade do controle interno e da correta aplicação dos recursos públicos.

g) Definição de Metas Operacionais e Indicadores de Acompanhamento

Estabelecer objetivos mensuráveis relacionados à entrega dos projetos, como prazos médios de atendimento, cumprimento dos padrões técnicos e normativos e satisfação das secretarias atendidas. Implantar indicadores de desempenho e relatórios de acompanhamento que permitam avaliar periodicamente os resultados da contratação.

10.2. O gestor da contratação deverá designar os servidores responsáveis pela fiscalização dos projetos elaborados, indicando ao menos um titular e um substituto. Esses fiscais terão a função de verificar a conformidade dos serviços entregues com



as especificações estabelecidas, acompanhar a execução contratual, relatar ocorrências e zelar pela economicidade, regularidade e eficiência da contratação.

10.3. Para que a pretendida contratação por Licitação, na modalidade Concorrência seja concretizada, devem ser observadas as seguintes providências administrativas:

a) Elaboração do Projeto Básico e Memorial Descritivo;

Desenvolver com rigor técnico o projeto básico e o memorial descritivo detalhado, contemplando todas as especificações, quantitativos, prazos e condições técnicas necessárias para a execução da obra, garantindo a clareza e a precisão do objeto licitado.

b) Estimativa Orçamentária Detalhada;

Preparar a planilha orçamentária com base em levantamentos atualizados de preços de mercado, considerando insumos, mão de obra, equipamentos e demais custos envolvidos, assegurando a economicidade e a viabilidade financeira do processo.

c) Definição dos Critérios de Julgamento e Habilitação;

Estabelecer os critérios objetivos para julgamento das propostas, bem como os requisitos técnicos e jurídicos para habilitação das empresas concorrentes, de forma a garantir a participação de licitantes qualificados e idôneos.

d) Publicação do Edital e Divulgação Ampla;

Elaborar o edital de licitação conforme as exigências legais e normativas vigentes, garantindo ampla divulgação e publicidade para assegurar a competitividade e o acesso igualitário de interessados.

e) Condução do Processo Licitatório;

Realizar todas as fases do certame (sessões públicas, análise documental, julgamento das propostas, recursos e homologação) observando os prazos legais, princípios da transparência e imparcialidade.

f) Formalização do Contrato Administrativo;

Após o julgamento e homologação, proceder à formalização do contrato com a empresa vencedora, contendo todas as cláusulas necessárias para assegurar o cumprimento do objeto, condições de pagamento, prazos, garantias e penalidades.

g) Acompanhamento e Fiscalização da Execução;

Designar equipe técnica qualificada para acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da obra, garantindo conformidade com o projeto, qualidade dos materiais e serviços, cumprimento de prazos e aplicação correta dos recursos públicos.



Art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021

11.1. Não se faz necessário proceder a outras contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação do serviço licitado atende toda necessidade existente.

12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021

12.1. A Responsabilidade Ambiental da Administração Pública

No âmbito da contratação pública para execução de obra de drenagem e pavimentação, a Administração Pública deve observar sua responsabilidade ambiental, conforme estabelecido no art. 225 da Constituição Federal, bem como nas legislações infraconstitucionais, especialmente os princípios já previstos na Lei nº 14.133/2021, que orientam a contratação pública com foco na sustentabilidade, na eficiência e no interesse público.

Tal responsabilidade implica em assegurar que a execução da obra ocorra de forma a minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade, considerando o uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente urbano. Neste sentido, a contratação deverá contemplar exigências técnicas e operacionais que garantam o cumprimento das normas ambientais vigentes, tais como o adequado manejo dos resíduos gerados, a preservação das condições naturais do solo e da vegetação existente, e a implementação de soluções que favoreçam a permeabilidade do pavimento, contribuindo para o escoamento eficiente das águas pluviais e evitando processos erosivos ou alagamentos.

Além disso, deverão ser observados critérios que incentivem o uso de materiais ambientalmente sustentáveis, tais como blocos intertravados drenantes, materiais reciclados ou reaproveitados, bem como a exigência de plano de controle ambiental por parte da empresa contratada, quando aplicável.

A inserção de tais medidas no planejamento da contratação não apenas garante a conformidade legal e técnica da obra, como também reafirma o compromisso da



Administração Pública com a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

12.2. Produção e Extração: Os Primeiros Impactos

No contexto da execução deste objeto, a produção e extração dos insumos utilizados representam a fase inicial e já impactante do processo construtivo. A obtenção de materiais como brita, areia, cimento e blocos intertravados demanda a exploração de recursos naturais, geralmente por meio de atividades de mineração e beneficiamento, que causam degradação de áreas naturais, alterações no relevo, consumo intensivo de água e emissão de particulados no ar. Além disso, a produção de cimento é uma das maiores fontes de emissão de dióxido de carbono na indústria da construção civil. Por isso, é essencial que a Administração Pública leve em consideração, ainda na fase de planejamento, a procedência dos materiais e priorize fornecedores licenciados, com práticas sustentáveis e responsabilidade ambiental comprovada. Essa conduta atende aos princípios da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), contribuindo para a redução da pegada ecológica da obra desde sua origem e promovendo uma contratação pública mais consciente e alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

12.3. Sustentabilidade na Escolha de Materiais

Em obras de drenagem e pavimentação em áreas rurais do município, a escolha de materiais deve considerar não apenas a viabilidade técnica e econômica, mas também os impactos ambientais e a adaptação às condições locais. A utilização de soluções sustentáveis, como pavimentos com maior capacidade de infiltração, materiais reciclados ou reaproveitados (como brita graduada proveniente de resíduos da construção civil) e elementos de drenagem com baixo impacto ambiental, contribui para a preservação do solo, a redução da compactação excessiva e o controle do escoamento superficial, especialmente em regiões com estradas não pavimentadas e sujeitas à erosão.

Além disso, a adoção de tecnologias apropriadas à realidade rural, com baixo custo de manutenção e facilidade de aplicação, promove maior durabilidade da infraestrutura e reduz a necessidade de intervenções futuras. Tais práticas estão em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à sustentabilidade, à eficiência e ao desenvolvimento regional, fortalecendo a responsabilidade da



Administração Pública com a preservação ambiental e a melhoria das condições de mobilidade e escoamento da produção agrícola.

12.4. Conscientização, Fiscalização e Educação Ambiental

A responsabilidade ambiental da Administração Pública vai além da contratação e execução de obras sustentáveis — ela também envolve ações integradas de conscientização, fiscalização e educação ambiental, especialmente em áreas rurais, onde a preservação dos recursos naturais é essencial para a qualidade de vida e a produção local. A realização de obras de drenagem e pavimentação deve ser acompanhada de medidas de orientação às comunidades afetadas, quanto à importância da conservação do solo, do uso adequado das vias e da destinação correta de resíduos gerados durante e após a obra. Além disso, a fiscalização ambiental deve ser incorporada às rotinas de acompanhamento contratual, garantindo o cumprimento das exigências legais e a adoção das práticas mitigadoras previstas.

A inclusão de ações educativas simples, como campanhas informativas, sinalização ambiental e envolvimento de lideranças locais, fortalece o vínculo entre poder público e população, promovendo o uso consciente da infraestrutura implantada. Tais iniciativas, alinhadas aos princípios da Lei nº 14.133/2021, contribuem para a consolidação de uma cultura de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente no âmbito rural do município.

Campanhas de conscientização e treinamentos voltados à gestão eficiente dos materiais, uso racional dos insumos e separação adequada dos resíduos podem gerar ganhos ambientais e financeiros relevantes. Fiscalizações regulares e auditorias ambientais nos contratos firmados também são ferramentas para assegurar que os impactos ambientais sejam minimizados e que as boas práticas estejam sendo efetivamente adotadas.

13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021

13.1. A contratação para a execução de obras de drenagem e pavimentação se revela imprescindível para a atuação contínua e eficiente da Administração Pública Municipal, especialmente para atender às demandas da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos (SMTOSU), com vistas à melhoria da infraestrutura viária no município.



Essa obra é fundamental para garantir a mobilidade, prevenir danos causados por erosões, além de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento da área rural atendida. A contratação está plenamente respaldada na Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência e interesse público.

13.1.1. A presente contratação contempla não apenas a execução da obra, mas também a observância de critérios técnicos rigorosos relacionados à qualidade, durabilidade, segurança e conformidade ambiental. Os impactos ambientais decorrente da obra de drenagem e pavimentação foram cuidadosamente avaliados, sendo recomendada a priorização de métodos e materiais sustentáveis que minimizem danos ao solo, à vegetação e aos recursos hídricos locais. Sempre que aplicável, recomenda-se a inclusão de cláusulas contratuais que incentivem a gestão adequada de resíduos, a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos materiais utilizados.

13.2. Com base nos estudos de demanda, nas especificações técnicas estabelecidas neste ETP e na confirmação da existência de dotação orçamentária, a contratação é considerada viável e vantajosa para o município. A padronização da elaboração de projetos e a previsão contratual de demandas previamente definidas contribuem diretamente para o planejamento integrado, a redução de retrabalhos e a maior eficiência na execução das obras e serviços públicos. Como impacto positivo direto, destaca-se a maior capacidade de resposta às necessidades da infraestrutura municipal e a valorização da transparência, uma vez que os serviços são visíveis e frequentemente acompanhados pela sociedade.

13.3. A opção pela realização de licitação na modalidade de concorrência foi definida com base na análise técnica deste Estudo e na pesquisa de mercado realizada. Esta modalidade proporciona ampla competitividade, transparência, controle de custos, padronização dos serviços e segurança jurídica na gestão das demandas técnicas pela Administração Pública. Assim, conclui-se que:

- a) A contratação é adequada às finalidades públicas do órgão e viável técnica, econômica e ambientalmente, conforme demonstrado neste Estudo;
- b) Os requisitos relevantes foram devidamente analisados;
- c) As quantidades estimadas estão compatíveis com as demandas projetadas;
- d) Os preços apresentados no certame licitatório deverão atender aos padrões de qualidade exigidos e estar compatíveis com os parâmetros de mercado, garantindo a



melhor proposta para o interesse público.

14 - DO MAPA DE RISCO

14.1. Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam ao processo que permeia até a formalização da contratação.

FASE DE ANÁLISE:

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Risco 01 - Questionamentos excessivos na Licitação.				
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta () Não se aplica			
Impacto:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica			
Dano				
Atrasos no processo licitatório				
Ação Preventiva	Responsável			
Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a exigências de marcas, modelos e requisitos excludentes.	Equipe de Licitação / Equipe do ETP			
Ação de Contingência	Responsável			
Republicação do Edital com correção dos itens alvos da impugnação.	Equipe de Licitação			

Risco 02 - Projeto básico ou termo de referência incompleto/inadequado.				
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta () Não se aplica			
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta () Não se aplica			
Dano				
Elaboração de edital inadequado, gerando recursos ou impugnação após a publicação.				



Atraso no procedimento licitatório devido a republicação do edital.	
Ação Preventiva	Responsável
Capacitar pessoal/designar pessoal capacitado para a atividade.	Administração Municipal
Ação de Contingência	Responsável
Recomendar correções ou adequações no termo de referência ou no projeto básico.	Setor Jurídico / Comissão Permanente de Licitações (CPL)

Risco 03 - Contratada se recusar a assinar contrato	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica
Impacto:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica
Dano	
Não concluir a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização da tomada de preços.	
Ação Preventiva	Responsável
Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.	CPL / Equipe Jurídica
Ação de Contingência	Responsável
Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.	Equipe Gestão do Contrato/Equipe Jurídica

15 - DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:



Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.***.***_**
MUNICÍPIO DE ITARANA
21/07/2025 07:58:37

Gabriel Pesente Piorotti
Engenheiro Civil – Matrícula 006931

Assinado por CARLA DEMONER MALTA
152.***.***_**
MUNICÍPIO DE ITARANA
22/07/2025 08:08:01

Carla Demoner Malta
Arquiteta e Urbanista – Matrícula 006954



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. **Área Requisitante:**

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

1.2. **Descrição sucinta do objeto:**

Contratação de empresa para a execução de obra de drenagem e pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade Santa Joana, Itarana/ES.

1.3. **Data prevista para conclusão do processo de contratação:**

Outubro de 2025.

1.4. **Prioridade:**

A contratação tem grau de prioridade normal.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

Trata-se de uma via vicinal que dá acesso à diversas residências familiares na Comunidade de Santa Joana. O acesso se dá pela rodovia ES-484, sentido Comunidade do Rizzi, passando pela Comunidade Santa Helena onde possui pavimentação com blocos de concreto, e seguindo pela estrada de chão até as residências familiares na qual não possuem pavimentação. O trecho é amplamente utilizado para locomoção de transeuntes e mercadorias, visto que a agricultura é muito praticada no local. Decorrendo deste fato, os estudos mostram a necessidade de atender à crescente demanda de transporte de pessoas circulam diariamente na região.





Em períodos chuvosos o trecho se torna intransitável devido as erosões e grande presença de barro na via. Devido a inclinação de algumas partes, o trajeto fica interrompido, impossibilitando o livre transitar de veículos de passeio e de mercadorias.

3. SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

Execução dos serviços de drenagem e pavimentação, com cerca de 9.238,86m² que serão pavimentados e 3.101,73 metros de meio fio que serão assentados, totalizando o valor de **R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos)** de responsabilidade do Município de Itarana.

4. RESPONSÁVEIS PELA CONTRATAÇÃO:

Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foram o Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, JOSIL CARLOS GALAZZI, Portaria n.º 008/2025 e o servidor GABRIEL PESENTE PIOROTTI, Engenheiro Civil, Matrícula: 006931.

5. ACOMPANHAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

A fiscalização da contratação será exercida pelo Servidor Gabriel Pesente Piorotti, matrícula n.º 006931, sendo o seu substituto, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares, a servidora Carla Demoner Malta, cargo de Arquiteta e Urbanista, matrícula n.º 006954.

O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.





Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
21/07/2025 07:59:44

GABRIEL PESENTE PIOROTTI
Engenheiro Civil
Matrícula: 006931

Assinado por JOSIL CARLOS GALAZZI 088.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
21/07/2025 08:28:01

JOSIL CARLOS GALAZZI
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Portaria n.º 008/2025





PROJETO BÁSICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM E
PAVIMENTAÇÃO, COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS, NA COMUNIDADE
SANTA JOANA, ITARANA/ES.



PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos apresenta o Projeto Básico para contratação de empresa visando a execução da “Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES”.

O Projeto Básico visa ainda esclarecer as empresas participantes do processo de contratação quanto aos seus direitos e obrigações, identificando os tipos de serviços a executar e estabelecendo as diretrizes gerais para sua execução, definindo critérios de execução, materiais e equipamentos a incorporar aos serviços, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento. Todas as exigências da Contratante contidas neste Projeto Básico serão consideradas como de conhecimento das empresas interessadas que apresentarem propostas, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

2. DECLARAÇÃO DO OBJETO

2.1 – Do Objeto

Contratação de empresa para a execução das obras de infraestrutura de “Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES.”

2.2 – Quantitativos

Os quantitativos contratados serão de acordo à planilha orçamentária em anexo, no qual foi elaborada baseando-se nas demandas a realização da obra e nos projetos executivos.

Os valores unitários para a execução dos serviços tiveram suas composições extraídas dos sistemas públicos de preço de referência.



Quando inexistência da composição nos sistemas públicos de preço de referência, a mesma foi elaborada através dos preços dos insumos e serviços neles existentes.

2.3 – Vigência contratual

2.3.1 - O prazo de vigência do contrato será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.

2.3.2 - O prazo de vigência do contrato é superior ao tempo de execução dos serviços pelos seguintes motivos:

- a)** Amparar a necessidade de se prorrogar o prazo de execução, no caso de intercorrência na execução de algum serviço, não sendo a contratada a responsável, limitado ao prazo de vigência do contrato.
- b)** Propiciar tempo hábil para que sejam realizados serviços burocráticos, tais como, pagamentos de medição e de reajuste, quando necessário, ou ainda, realização de correções por parte da contratada.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1 - Especificações técnicas e quantidades do objeto a ser contratado, estão descritas no anexo I (pedido de compras), deste Projeto Básico.

ITEM	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01 SERVIÇOS PRELIMINARES			
01.01	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	0,20
01.02	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	8,00
01.03	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	10,00
01.04	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG	m	10,00
01.05	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	10,00




MUNICÍPIO DE ITARANA
 Estado do Espírito Santo
Poder Executivo

01.06	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	10,00
01.07	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	1,00
01.08	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1.21m2/func./turno), conf. projeto (2 utilização)	m ²	10,00
02 DRENAGEM			
02.01	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	15,00
02.02	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	15,00
02.03	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	4,00
02.04	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	2,00
02.05	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	26,00
02.06	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	8,45
02.07	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	2,00
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	2.101,73
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	1.000,00
02.10	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m ³	139,58
03 TERRAPLENAGEM			
03.01	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m ²	3.101,73
03.02	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m ²	9.238,86
04 PAVIMENTAÇÃO			
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	9.238,86
04.02	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	1.977,73
05 SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA (DURANTE A OBRA)			
05.01	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m ²	4,00
05.02	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	30,00
SINALIZAÇÃO PERMANENTE			
05.03	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m ²	4,00
06 OBRAS COMPLEMENTARES			



06.01	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	30,00
06.02	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	30,00

Tabela 01 - Itens da planilha orçamentária

4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - O(s) serviço(s) objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

5.2 – O Município possui Plano Plurianual - PPA, portanto, a presente contratação visa atender a demanda “Calçamento no posto de Santa Joana até as duas igrejas” decorrente deste PPA – Quadriênio 2022/2025.

5.3 – Os blocos de concreto e o meio-fio que serão utilizados, serão doados pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CLICO DE VIDA DO OBJETO

6.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 – Das obrigações da contratada

7.1.1 - Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de



fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

7.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.3 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.1.4 - Comunicar ao Fiscal de Obra do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.1.5 - Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

7.1.6 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.1.7 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.8 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.1.9 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico, no prazo determinado.



7.1.10 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.11 - Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.1.12 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.13 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.1.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

7.1.16 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.1.17 - Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

7.1.18 - Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

7.1.19 - Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;



7.1.20 - Manter integralmente responsável técnico preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.1.21 - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

7.1.22 - Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.1.23 - Providenciar junto ao CREA/ES – Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ART) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);

7.1.24 - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

7.1.25 - Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

7.1.26 - Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

7.1.27 - Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



7.1.28 - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos;

7.1.29 - Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.1.30 - Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

7.1.31 - Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.1.32 - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

7.1.33 - Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021.

7.1.34 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.1.35 - Realizar, quando necessário, levantamentos e estudos complementares pertinentes a execução dos serviços, sem constituir custos adicionais, ou mesmo a prorrogação de seu prazo de vigência.



7.1.36 - Caso a CONTRATADA não cumpra com cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma para que possa ser analisado. A justificativa e o novo cronograma devem ser feitos via ofício protocolado e direcionados ao departamento de engenharia.

7.1.37 - A empresa CONTRATADA deverá proceder previamente ao estudo e análise dos documentos, que compõe este projeto básico, antes de sua execução, para que não haja nenhuma dúvida ou falta de informação que possa prejudicar o andamento dos serviços.

7.1.38 - As vistorias realizadas pela fiscalização do departamento de engenharia deverão ser obrigatoriamente acompanhadas pelo responsável técnico da CONTRATADA.

7.1.39 - Fornecer documentos para lançamento no sistema CIDADES sempre que for solicitado pelo departamento de engenharia.

7.1.40 - Entregar a obra dentro dos parâmetros estabelecidos em planilhas e memorial descritivo, devidamente limpa e pronta para utilização.

7.1.41 - Atender as Legislações Federais, Estaduais e Municipais.

7.2 – Das obrigações da contratante

7.2.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.2.3 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;



7.2.4 - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.2.4.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

7.2.4.2 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

7.2.4.3 - Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.2.5 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.2.6 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.2.7 - Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.2.8 - Comunicar por escrito e tempestivamente a CONTRATADA qualquer alteração ou irregularidade apontadas pelo Setor de Obra Pública e Engenharia na execução deste Contrato.

7.2.9 - Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

7.2.10 - A CONTRATANTE deverá emitir Ordem de Início dos Serviços para a CONTRATADA.

7.2.11 - Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo. Podendo a CONTRATANTE rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas.



7.2.12 - A CONTRATANTE deve observar para que sejam mantidas, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

7.2.13 - Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

7.2.14 - Fornecer os materiais “bloco de concreto e meio-fio” no local de execução do calçamento rural, sem nenhum ônus para a CONTRATADA.

7.3 – Da visita técnica.

7.3.1 - Apesar de não ser um critério obrigatório, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos recomenda que todos os licitantes visitem o local da execução dos serviços para terem conhecimento pleno da obra a ser executada e dos impactos ambientais consequentes. O objetivo da visita é que os preços ofertados pelas empresas reflitam com exatidão nos serviços a serem executados, evitando-se futuros pleitos de aditivos indevidos ao contrato.

7.3.2 - Caso a empresa participante queira realizar a visita ao local, o licitante deverá agendar junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos através do e-mail smtosu@itarana.es.gov.br.

7.3.3 - As empresas participantes deverão apresentar uma declaração formal, sob as penas cabíveis, de que possui pleno conhecimento das condições da execução das obras e ou serviços, bem como dispõe de instalações, pessoal especializado, máquinas e equipamentos, os quais deverão estar disponíveis nas quantidades e qualidades mínimas necessárias ao cumprimento do objetivo.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 – Do local e execução do serviço

8.1.1 – A obra deverá ser executada no local conforme mapa abaixo.



Fonte: Google Earth Pro

8.2 – Prazo para início e execução da obra

8.2.1 - O prazo para início da execução da obra deve ser em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica, conforme Art.183, §2º da Lei 14.133/21.

8.2.2 - O prazo estipulado para execução e conclusão da obra será de 120 (cento e vinte) dias, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme Art. 6º, inciso XVII da Lei 14.133/21;

8.3 – Da subcontratação

a) - Não será permitido nenhum tipo de subcontratação.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



9.1 – Do controle e da fiscalização da execução

9.1.1 - A fiscalização e coordenação dos serviços serão feitas por representantes da PMI – através de suas respectivas designações por portaria antes da emissão da ordem de serviço.

9.1.2 - Antes de iniciar a execução da obra em questão o Fiscal de Execução do Contrato juntamente com o Fiscal Gestor do Contrato fará uma reunião para conhecer os responsáveis pela execução da CONTRATADA e alinhar todas as questões pertinentes ao bom funcionamento da obra.

9.1.3 - O Fiscal de Execução do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.1.4 - A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor. O controle de qualidade e outras exigências da Fiscalização não eximem a Contratada de sua inteira responsabilidade técnica e civil pelas obras que executar.

9.1.5 - O fiscal designado deverá fazer avaliação dos materiais utilizados na execução dos serviços e sua conformidade com as especificações da Planilha Orçamentária e Proposta Comercial.

9.1.6 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei 14.133/21.



9.1.7 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

9.1.8 - A execução dos serviços obedecerá rigorosamente a todas as orientações dos projetos contidos no Projeto Básico e no Memorial Descritivo, ficando a critério da Fiscalização impugnar, mandar demolir ou refazer qualquer serviço que não estejam de acordo com os documentos supracitados. As incompatibilidades deverão ser tratadas com autor do projeto e o Fiscal de Execução do Contrato, objetivando solução técnica compatível com as condições reais do processo executivo. Não é permitido modificação/alteração dos projetos, sem autorização expressa do autor do projeto.

9.1.9 - A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.1.10 - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.1.11 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.1.12 - Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.1.13 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



9.1.14 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.1.15 - A empresa CONTRATADA deve manter na obra um ou mais profissionais que façam parte do seu quadro permanente, e que sejam de nível Técnico Superior, detentores de atestado de capacidade técnica, e registrados em sua entidade profissional.

9.1.16 - A Empresa CONTRATADA deverá manter no local da execução da obra, um RDO (relatório diário de obra) atualizado, com informações importantes sobre o desenvolvimento das atividades em cada dia. Nele, deverá ser anotado tudo o que acontecer de importante na obra durante o dia, quais sejam, números de funcionários (divididos por função), os serviços feitos, os equipamentos utilizados, materiais recebidos no local, as condições do clima, os impactos sobre o andamento da obra, divergência entre planilha orçamentária e projetos. Caso haja visita de autoridade municipal ou estadual no canteiro de obras, a contratada deverá registrar essa ocorrência e falhas nos equipamentos que refletem em horas improdutivas, entretanto se houver paralisação, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra.

9.1.17 - A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, tela dentre outros meios com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

9.1.18 - Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material.

9.1.19 - A CONTRATADA deverá manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's (Certificado de Aprovação (CA)) e 9.1.20 - Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's, durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados.



9.1.20 - A CONTRATADA deverá se informar com ao Fiscal de Execução do Contrato sobre o local onde serão instalados os tapumes e os barracões, que servirá de base para a administração da obra por parte da CONTRATADA (caso seja necessário).

9.1.21 - Para a realização dos serviços, a Empresa CONTRATADA deverá sinalizar convenientemente os locais de intervenções, obedecendo à indicação da Administração, de forma a garantir a segurança necessária para os seus funcionários, que executam os serviços, e para os moradores do local. Os custos referentes a esses serviços deverão ser incluídos nos preços unitários propostos, bem como todos os equipamentos de proteção individual exigidos para utilização durante a fase da obra.

9.1.22 - Todos os serviços de sinalização deverão ser instalados antes de se iniciar qualquer serviço em vias como: sinalização a partir de placas, telas de proteção, cavaletes de madeira e cones, além de iluminação noturna para os moradores transitarem e adentrarem em suas casas em segurança.

9.1.23 - Todos os serviços que forem aditivados aos projetos iniciais, só deverão ser executados/liquidados após contrato do serviço aditivado assinado.

9.1.24 - O local onde serão realizados os serviços deverá ser entregue limpo, sem material excedente, pronto para o uso público.

9.2 – Das sanções administrativas

9.2.1 - Independente de outras sanções legais cabíveis, o MUNICÍPIO poderá aplicar cominações a CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições previstas para a contratação, de acordo com a previsão do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.2 - A CONTRATADA que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos, que não gerem prejuízo para à MUNICIPALIDADE.

b) MULTA



b.1) MULTA DE MORA pelo atraso injustificado no início da execução da obra, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação.

$$M = (C/T) \times N \times F$$

Onde:

M=valor da multa

C=valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso.

T=prazo para execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis

N=período de atraso em dias corridos

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	F
1º- Até 10 dias	0,05
2º- De 11 a 20 dias	0,08
3º-De 21 a 30 dias	0,10
4º-De 31 a 40 dias	0,12
5º-Acima de 41 dias	0,15

b.2) MULTA COMINATÓRIA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando o CONTRATADO, sem a existência de motivo justo, der causa à inexecução parcial do Contrato;

b.3) Multa COMINATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

b.4) As multas moratórias e cominatórias são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.



- b.5) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- b.6) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- b.7) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nas letras "a", "c", "d" e "e" abaixo.
- c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com o Município de ITARANA por um período de até 02 (dois) anos, nos casos de recusa nos casos de recusa quanto à assinatura do instrumento contratual, fornecimento de produtos ou prestação dos serviços.
- d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.
- e) IMPEDIMENTO de licitar e contratar com o Município de ITARANA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas para a contratação, ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato e/ou instrumento substitutivo, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.2.3 - Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no Art. 157 e Art. 158, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.4 - As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Municipalidade, através do Chefe do Poder Executivo, após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.



9.2.5 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com acuso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

9.2.6 - O prazo para apresentação da defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no Art.157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.7 - A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

9.3 – Do recebimento e do aceite do objeto

9.3.1 - O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto no Artigo 140 da Lei nº 14.133 de 2021.

9.3.2 - A obra deverá ser entregue livre de entulhos, depósito de materiais utilizados na obra ou qualquer forma de material estranho, resultantes da execução da obra.

9.3.3 - O objeto desta licitação será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no período de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 30 (trinta) dias.

9.3.4 - O recebimento definitivo não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção



identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

9.3.5 - A obra deverá ser recebida pelo Setor de Engenharia, sendo este o órgão fiscalizador, podendo o mesmo solicitar exigências que, porventura não foram cumpridas no projeto ou no memorial.

9.3.6 - Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com os projetos, sob pena de rejeição do serviço.

9.3.7 - O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma aprovado.

9.3.8 - A utilização de material de má qualidade que não for aprovado pelo fiscal da obra, deverá ser substituído e reavaliado quando da aplicação do novo material de acordo com a fiscalização da obra.

9.4 – Das garantias

9.4.1 – Da garantia do serviço

9.4.1.1 - A obra terá garantia de 05 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo dos serviços e obras, por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, que descreve o seguinte: “nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”.

9.4.2 - Da garantia de execução do contrato

9.4.2.1 - O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.



9.4.2.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia,
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.4.2.3 - Caso a contratada optar pela modalidade prevista na alínea "b" do item anterior, terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para a prestação da garantia.

9.4.2.4 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento).

9.4.2.5 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

9.4.2.6 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Em ambos os casos o prazo para liberação ou restituição será de até 90 (noventa) dias.



9.5 – Do reajuste

9.5.1 - Os preços propostos serão reajustados, conforme a Lei nº 14.133/2021, decorrido 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento base da PMI.

9.5.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após um ano contado da data do orçamento base da PMI, aplicando-se o índice para obras públicas Parceria FGV, IBRE e DNIT.

9.5.3 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.5.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.5.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

9.5.6 - Critério de Reajustamento:

$$K = \frac{Ii - Io}{Io}$$

Onde:

k = Coeficiente de reajustamento no período;

Ii = Índice no mês de aniversário do reajustamento;

Io = Índice de preços iniciais. Será o índice INCC do período de apresentação da proposta de licitação

$$R = M \times k$$

Onde:

R = Valor do reajuste a ser aplicado;

M = Medição com valores da apresentação da proposta de licitação.

k = Coeficiente de reajustamento no período;



9.6 – Do reequilíbrio econômico-financeiro

9.6.1 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

9.6.2 - A análise para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato será baseada em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repactuação objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.6.3 - Ainda para fins de análise do pedido de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, será utilizado como parâmetro principal a matriz de alocação de riscos, sendo ela cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Sendo assim, para fins de pleito de reequilíbrio, somente será analisado os itens que não estejam definidos como responsabilidade da contratada.

9.6.4 - O prazo para fins de primeira análise e resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 60 (sessenta) dias úteis.

9.7 – Da repactuação de preços

9.7.1 - O presente objeto não se enquadra pedidos de repactuação de preços, visto que tal metodologia se aplica unicamente a contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, o que não é o caso.

9.8 - Das condições de importação e taxa de câmbio

9.8.1 - O objeto desta licitação possui metodologias de execução e insumos com fornecimentos nacionais, não vislumbrando este setor técnico da necessidade de importação ou mesmo taxas para câmbio, portanto no que se refere o Art. 92, inciso XV da Lei 14.133/21 não se aplica ao objeto desta licitação.



9.9 – Das ações de responsabilidade ambiental

9.9.1 - Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar estritamente as normas técnicas de proteção ambiental, de forma a promover sempre o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

9.9.2 - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautarão em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela CONTRATADA:

I — Utilizar-se das medidas de controle para cada impacto ambiental citado no Estudo Técnico Preliminar;

II - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes;

III - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

IV - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, repassando a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água;

V - Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

VI - Execução dos serviços de forma a minimizar os impactos ambientais sobre os elementos naturais (flora, fauna, recursos hídricos, etc.) existentes no local da realização.

9.9.3 - A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.



9.9.4 - Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

9.9.5 - A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética de seus equipamentos.

9.9.6 - A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

9.9.7 - A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil da obra, visando à classificação e separação ambientalmente adequada dos resíduos.

9.9.8 - Os resíduos devem ser separados na fonte de acordo com a sua classificação (A, B, C e D) e acondicionados nas áreas específicas no canteiro de obras. A separação na fonte facilita a remoção e o encaminhamento à destinação diferenciada.

9.9.9 - Os procedimentos para triagem e acondicionamento dos resíduos de construção civil gerados na implantação das obras de infraestrutura do empreendimento, terão 03 vertentes distintas: segregação e acondicionamento transitório na fonte geradora, acumulação final e remoção.

10. DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 - DAS MEDIÇÕES

10.1.1 - As medições dos serviços executados serão realizadas preferencialmente mensalmente, cujo período será do primeiro ao último dia do mês, exceto a primeira e a última medição que dependerá da data de início e término da execução da obra.



10.1.2 - Para quitação das medições, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- i) Certidões de Regularidades Fiscais (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito Estadual, Certidão Negativa de Débito Municipal da Sede da licitante e do município de Itarana) e Certidão de Regularidade com o FGTS-CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- ii) Anotação de Responsabilidade técnica - ART da obra (apenas na 1^a medição ou quando mudar o responsável técnico pela execução da obra);
- iii) Matrícula da obra junto ao CNO (apenas na 1^a medição);
- iv) Prova de recolhimento junto ao FGTS, referente ao mês de execução dos serviços;
- v) Prova de recolhimento junto ao INSS (vinculado ao CNO da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- vi) Folha de pagamento (vinculado ao CNO da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- vii) Relatório que demonstre a relação de empregados cadastrados no CNO – GFD – Guia do FGTS Digital gerado pelo ambiente FGTS DIGITAL;
- viii) Declaração de regularidade dos documentos contábeis da empresa assinada pelo contador.

10.1.3 - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar juntamente com a nota fiscal Declaração comprovando que a alíquota utilizada para o desconto está de acordo com o faturamento da empresa e extrato do simples nacional.

10.2 - DO PAGAMENTO

10.2.1 - O faturamento do serviço ocorrerá no ato de entrega dos mesmos, conforme a Autorização de fornecimento/Execução e nota de empenho, mediante apresentação dos



documentos (s) fiscal (is) hábil (eis), sem emendas ou rasuras, e dos documentos de regularidade fiscal.

10.2.2 - O pagamento ocorrerá após entrega dos serviços e verificação e posterior aceitação e quitação da Nota Fiscal. A Secretaria requisitante, após a conferência e a certificação, fará um ATESTADO de que o serviço foi entregue de forma satisfatória.

10.2.3 - Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento após o recebimento dos mesmos.

10.2.4 - Caso a Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção, ficando estabelecido que o valor e prazo para pagamento sejam considerados a partir da data da apresentação dos documentos fiscais devolvidos sem erros.

10.2.5 - O pagamento dar-se-á em até 20 (vinte) dias corridos após o aceite e ateste da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, em favor da CONTRATADA e será pago mediante ordem bancária diretamente na conta corrente do mesmo, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

10.2.6 - Após o prazo acima referenciado será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND$$

100

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso

10.2.6.1 - Incumbirá a CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo MUNICÍPIO, juntando-se à respectiva discriminação do serviço efetuado, e o memorial de cálculo da fatura.



10.2.7 - Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos ao CONTRATADO para correção, ficando estabelecido que o valor e prazo para pagamento sejam considerados a partir da data da apresentação dos documentos fiscais devolvidos sem erros.

10.2.8 - Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

10.2.9 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária da CONTRATADA, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.

10.2.10 - O pagamento poderá ser suspenso no caso de não cumprimento de quaisquer das obrigações que possam de qualquer forma, prejudicar o interesse do Município.

10.2.11 - É vedada, terminantemente, a antecipação de pagamentos sem a efetiva entrega do objeto.

10.2.12 - Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais, trabalhista, FGTS e recuperação judicial e extrajudicial.

10.2.13 - A CONTRATADA será responsável pela prestação dos serviços, aos preços unitários por ela propostos e aceitos pelo MUNICÍPIO.

10.2.14 - O pagamento poderá ser sustado nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o Contratante;
- b) inadimplência de obrigações da Contratada para com o Município de Itarana, por conta do estabelecido no Contrato;
- c) não entrega do objeto Contratado nas condições estabelecidas; e
- d) erros ou vícios na Nota Fiscal/Fatura.



11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 - Modalidade

11.1.1 - A contratação será através da modalidade de licitação “Concorrência”, conforme Art. 28, inciso II, da lei 14.133/21, com julgamento da proposta pelo tipo “menor preço”, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

11.1.2 - A escolha do tipo menor preço é mais vantajosa para a Administração, contudo, deve ser obedecido o disposto no inciso V, §4º e §5º do Art.59 da Lei 14.133/2021.

11.1.3 - A escolha pelo regime de empreitada por preço unitário é justificada pela imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, visto se tratar de uma obra de pavimentação, como por exemplo, no caso de movimentação de terra.

11.2 - Critérios de seleção/condições de habilitação

11.2.1 - Documentos para habilitação:

- Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;
- Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho de Classe correspondente (CREA/CAU), com jurisdição sobre o domicílio da sede da mesma, através da apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica;
- Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho de Classe (CREA/CAU) da região da sede da empresa ou outra entidade profissional competente do profissional de nível superior;
- Capacitação técnico-profissional, cuja comprovação se dará pelo fato de a licitante possuir em seu quadro, profissional devidamente reconhecido pelo CREA/CAU, de nível



superior, e que seja detentor de no mínimo 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obras de características semelhantes a do objeto do presente edital, conforme tabela abaixo.

ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIPÇÃO SERVIÇO	UNID.	CUSTO CONF. PLANILHA	Porcentagem em relação ao valor total
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	R\$ 106.410,59	18,11%
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	R\$ 87.920,00	14,97%
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	R\$ 273.285,48	46,52%

Tabela 02 - Ordem dos serviços considerados como relevantes.

a) O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

b) O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

- Atestado(s) técnico-operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução pretérita pela licitante de serviços compatíveis em características com o objeto licitado, nos termos do projeto básico que a especifica, sendo necessária, para efeito de compatibilidade a demonstração de execução pretérita de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, segundo o §1º do Art. 67 da Lei nº 14.133/21, além de considerar também quantitativo mínimo de 30% a



incidir sobre o quantitativo individual de cada item solicitado como maior relevância, em observação ao Art. 67, § 2º da Lei 14.133/21, conforme segue:

ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UNID.	Quant. a apresentar (30%)
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	630,51
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	300,00
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	2.771,66

Tabela 03 - Ordem dos valores dos serviços considerados como relevantes.

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇO	JUSTIFICATIVA
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 106.410,59, representando 18,11% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo. A relevância deste item é considerada com base na importância do assentamento do meio fio para garantir eficiência do travamento dos blocos intertravados, garantindo eficiência do pavimento.
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 87.920,00, representando 14,97% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo. A relevância deste item é considerada com base na importância do assentamento do meio fio para garantir eficiência do travamento dos blocos intertravados, garantindo eficiência do pavimento, além, de seu fornecimento com a qualidade prevista.
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 273.285,48, representando, 46,52% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo. A relevância desse item é considerada com base na importância de se executar corretamente a declividade transversal do pavimento para assim obter o perfeito escoamento da água pluvial, e também executar o nivelamento da pista de rolamento conforme projeto.



Tabela 04 - Justificativa dos serviços considerados como relevantes.

- Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura), caso a empresa ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos os documentos a serem apresentados limitar-se-ão ao último exercício;
- Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE)}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{(ATIVO\ TOTAL)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE)}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{(ATIVO\ CIRCULANTE)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE)}$$

As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação, devido ao valor total previsto da obra e a previsão do cronograma físico-financeiro.

A porcentagem definida reflete um patrimônio mínimo necessário para execução da 1ª etapa da obra.



- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Negativa de Pedido de Falência, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);
- Declaração de atendimento ao Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- Declaração de Responsabilidade Ambiental, conforme;
- Declaração de indicação e de responsabilidade técnica.

11.3 – Da proposta de preços

11.3.1 - A proposta de preços será dividida entre **Orçamento sintético** (planilha com descrição dos itens, quantidades, valores unitários com e sem BDI e valores globais) e quando solicitado pela comissão licitatória, **Orçamento analítico** (Composição de custo de todos os itens, cronograma físico-financeiro, detalhamento do BDI e detalhamento dos encargos sociais).

11.3.2 - Após a fase de lances, a Licitante melhor classificada será convocada para reelaborar e apresentar a Administração a proposta de preços adequada ao seu último lance, juntamente com o **Orçamento Sintético** indicando os quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração;

11.3.3 - Juntamente com a proposta de preços atualizada, na forma do item anterior, em caso de solicitado pela equipe licitatória, a licitante melhor classificada deverá apresentar de forma atualizada o **Orçamento Analítico** (Composição detalhada das especificações e dos



custos dos preços unitários de **TODOS** os itens da planilha orçamentária, discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais).

11.3.4 - Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

11.3.4.1 - Preço unitário de cada item da planilha orçamentária e global, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), obedecidos os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, Planilha orçamentária e demais condições previstas neste Projeto Básico e no Edital;

11.3.4.2 - Inclusão de todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

11.3.4.3 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão da licitação.

11.3.5 - Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, equipamentos e serviços;

11.3.6 - O licitante deverá apresentar os preços unitários e detalhamento dos encargos sociais e de BDI;

11.3.7 - Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

11.3.8 - Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

11.3.9 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.



11.3.10 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

11.3.11 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

11.3.12 - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 - Os preços unitários para a execução dos serviços tiveram suas composições extraídas dos sistemas públicos de preço de referência, sem desoneração.

12.2 - Nos casos em que a composição foi inexistente em todos os sistemas, ela foi montada através dos preços de insumos e /ou serviços neles existentes.

12.3 - O Valor do referido objeto será de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), conforme planilha Orçamentária em anexo.

13. ADEQUEÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Trata-se de obra a ser realizada por recurso de leilão e royalties estadual, conforme dotação orçamentária:

Recurso	Dotação
Leilão	Ficha: 266 Fonte: 1755
Royalties Estadual	Ficha: 266 Fonte: 1705

14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA OBRA

A obra será fiscalizada tanto no andamento quanto na execução pelo fiscal responsável.



Atribuições do Fiscal Técnico: acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, avaliando sua quantidade e qualidade, prazo e modo de execução, bem como resolver todas as questões técnicas relativas aos serviços contratados.

- a. Esclarecer incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Projeto Básico ou Projeto Executivo do processo licitatório que deu origem ao contrato sob sua responsabilidade;
- b. Analisar e aprovar partes e etapas da obra ou serviço, em obediência ao previsto no Projeto Básico ou executivo do processo licitatório que deu origem ao contrato sob sua responsabilidade;
- c. Verificar e atestar as medições dos serviços;
- d. Acompanhar a elaboração do “As built” da obra (como construído), ao longo da execução dos serviços;
- e. Verificar o cumprimento do cronograma físico-financeiro apresentado por ocasião da licitação, bem como exigir a apresentação de readequações por ocasião de prorrogações e/ou alteração dos serviços, de forma a facilitar o acompanhamento e a execução das obras e serviços de engenharia sob sua responsabilidade;
- f. Com relação ao atendimento de prazos e cronograma, verificar se o quantitativo de materiais, equipamentos e funcionários especificados na planilha orçamentária conferem com os alocados efetivamente no canteiro de obras;
- g. Verificar as condições de saúde e segurança do trabalho, bem como se os equipamentos de proteção individual estão sendo fornecidos e utilizados, a fim de evitar futura responsabilização subsidiária trabalhista;
- h. Certificar-se de que a contratada mantém um “Diário de Ocorrências”, permanentemente disponível no local da obra ou serviço;



- i. Se houver a necessidade de suspensão dos serviços, o(s) Fiscal (ais) deverão comunicar ao Gestor, que, por sua vez, deverá notificar a Contratada, emitindo a Ordem de Suspensão de Serviços ou documento equivalente;
- j. Se houver a necessidade de modificações nos projetos e /ou alterações quantitativas e/ou qualitativas, o(s) Fiscal (ais) deverão comunicar ao Gestor, devendo conferir se as planilhas orçamentárias estão de acordo com as alterações efetuadas e os valores em acordo com os índices setoriais e/ou pesquisa de mercado;
- k. Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade.

Atribuições do Fiscal Administrativo: servidor representante da área administrativa, indicado para fiscalizar contratos quanto a seus aspectos administrativos, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

- a. Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- b. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- c. Acompanhar e verificar se a caução da garantia do contrato foi emitida, se está válida, e ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo de serviços, de acordo com a Lei, a CONTRATADA deverá proceder o reforço da caução inicial no mesmo percentual acima estabelecido.

Fiscalização Técnica

Ficam indicados o Engenheiro Civil **Gabriel Pesente Piorotti**, CREA-ES 052453/D, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, como representante da Administração responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto do contrato.

Em caso de afastamento ou impedimento do Fiscal em exercer suas funções, a fiscalização será realizada pela Arquiteta e Urbanista **Carla Demoner Malta**, CAU A232085-1.



Fiscalização administrativa

- a. **Fernanda Medeiros da Vitória**, lotada no cargo de auxiliar administrativa, matrícula nº 006573.

O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

15. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

a) O Município se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021.

a.1) A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado, expressamente, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, poderão ultrapassar o limite estabelecido.

b) Na hipótese de inclusão de "itens novos" que não estavam previstos em contrato, deverá ser utilizado o referencial de preços da Planilha Orçamentária licitada com a seguinte metodologia para determinação dos preços unitários:

b.1) BDI será corrigido para o percentual apresentado pela contratada na proposta da licitação e ainda aplicado o índice de desconto utilizado pela mesma à época da licitação.

c) Na necessidade de interrupção da execução da obra, a eventual mobilização e posterior desmobilização da contratada não implicará em qualquer acréscimo do valor contratual.

16. DO MEIO AMBIENTE

16.1 - Independentemente da obra ou serviço objeto do presente Contrato possuir ou não Licença Ambiental em nome do Município de Itarana/ES, a CONTRATADA deverá obter, antes do início das obras, sem ônus para o Município de Itarana/ES, todas as licenças ou autorizações ambientais que sejam de sua responsabilidade e necessárias para a operacionalização dos serviços e atividades que irá desenvolver, e para as áreas de apoio que irá utilizar para execução do objeto contratado, tais como: licença para instalação de canteiro



de obra, outorga para o uso de recursos hídricos, autorização para supressão florestal em áreas de apoio, licença para instalação de equipamentos para beneficiamento de materiais, como por exemplo, britador, usina de asfalto ou de concreto e autorização para armazenamento de material betuminoso e combustível.

16.2 - A CONTRATADA deverá utilizar materiais terrosos e pedregosos somente de áreas de empréstimo ou jazidas devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes, quando couber. Caso haja necessidade de utilizar áreas que ainda não possuem licença a CONTRATADA deverá informar ao Município de Itarana/ES, com antecedência, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

16.3 - A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado as exigências de limpeza, higiene e segurança.

16.4 - A CONTRATADA fica responsável, inclusive por atos de seus empregados, pela preservação da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.

16.5 - A CONTRATADA se responsabilizará, sem ônus para o Município de Itarana/ES, pela completa desmobilização de todas as estruturas de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços, bem como pela recuperação/reabilitação das áreas utilizadas, e pela adequada gestão dos resíduos (coleta, armazenamento e destinação) por ela gerados na obra;

16.6 - Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a Administração:

- a) recuperação ou restauração por impacto ao meio ambiente que, por sua culpa, tenha ocorrido, nos termos definidos pelo órgão fiscalizador;
- b) as multas que venham a ser aplicadas pelo órgão fiscalizador, por descumprimento do que disposto neste Contrato.
- c) Eventuais multas e qualquer outro custo ou encargo relativo às obrigações previstas nesta Cláusula, se suportados pelo Município de Itarana/ES, serão descontados dos pagamentos



devidos a CONTRATADA ou das garantias oferecidas ou, ainda, cobrados judicialmente, servindo para tanto o instrumento como título executivo extrajudicial.

17. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

17.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17.1.1 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

17.1.2 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

17.1.2.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

17.1.2.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

17.1.2.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

17.2 - Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.2.1 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem



acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.2.2 A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.3 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.3.1 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

17.3.2 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

17.4 - Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

17.5 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.



17.5.1 – Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

17.5.2 – A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

17.5.3 – A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

17.5.4 – Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

17.6 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Itarana – ES, 16 de julho de 2025.



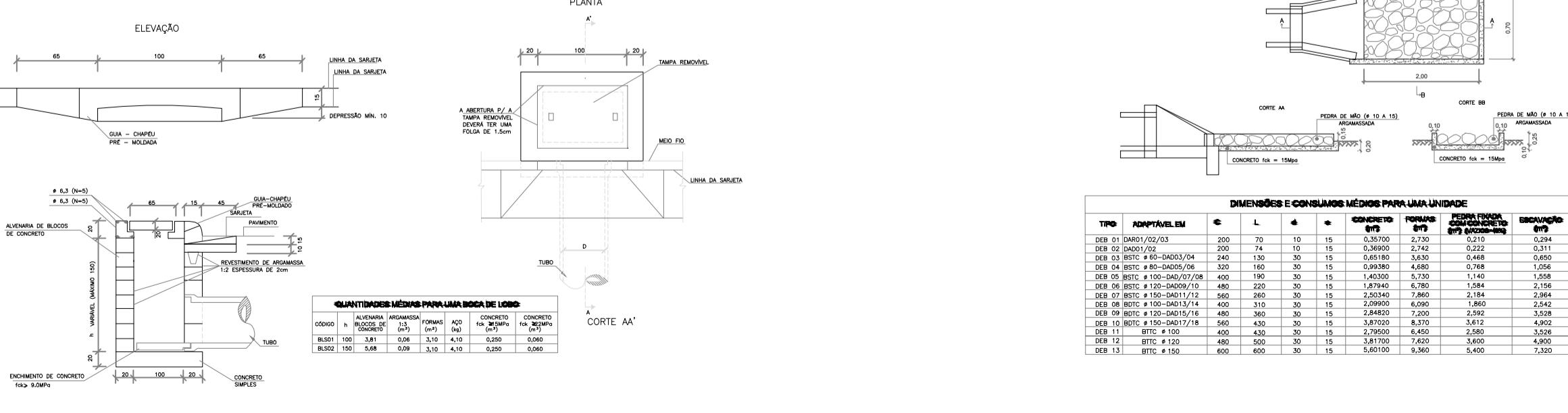
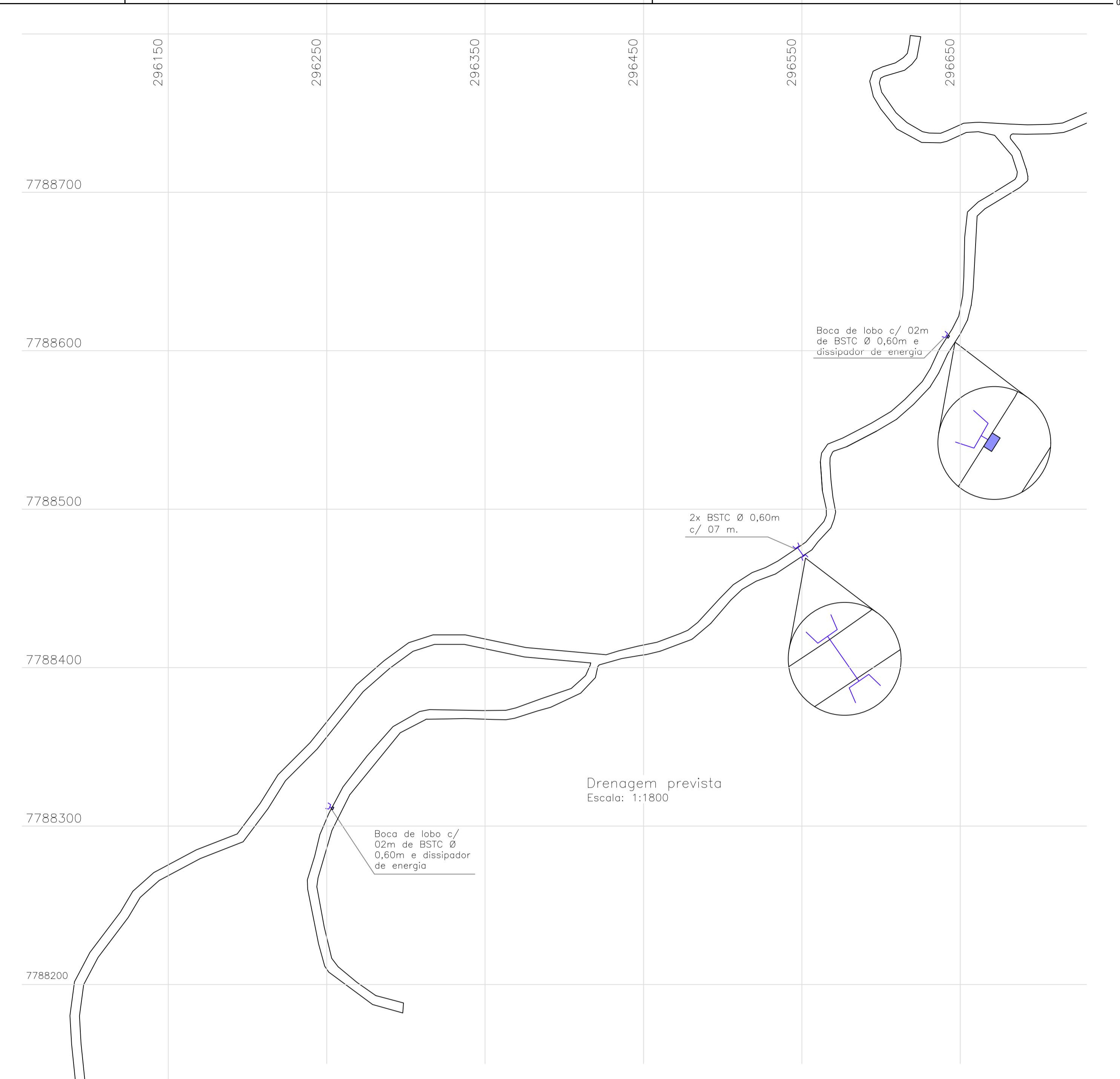
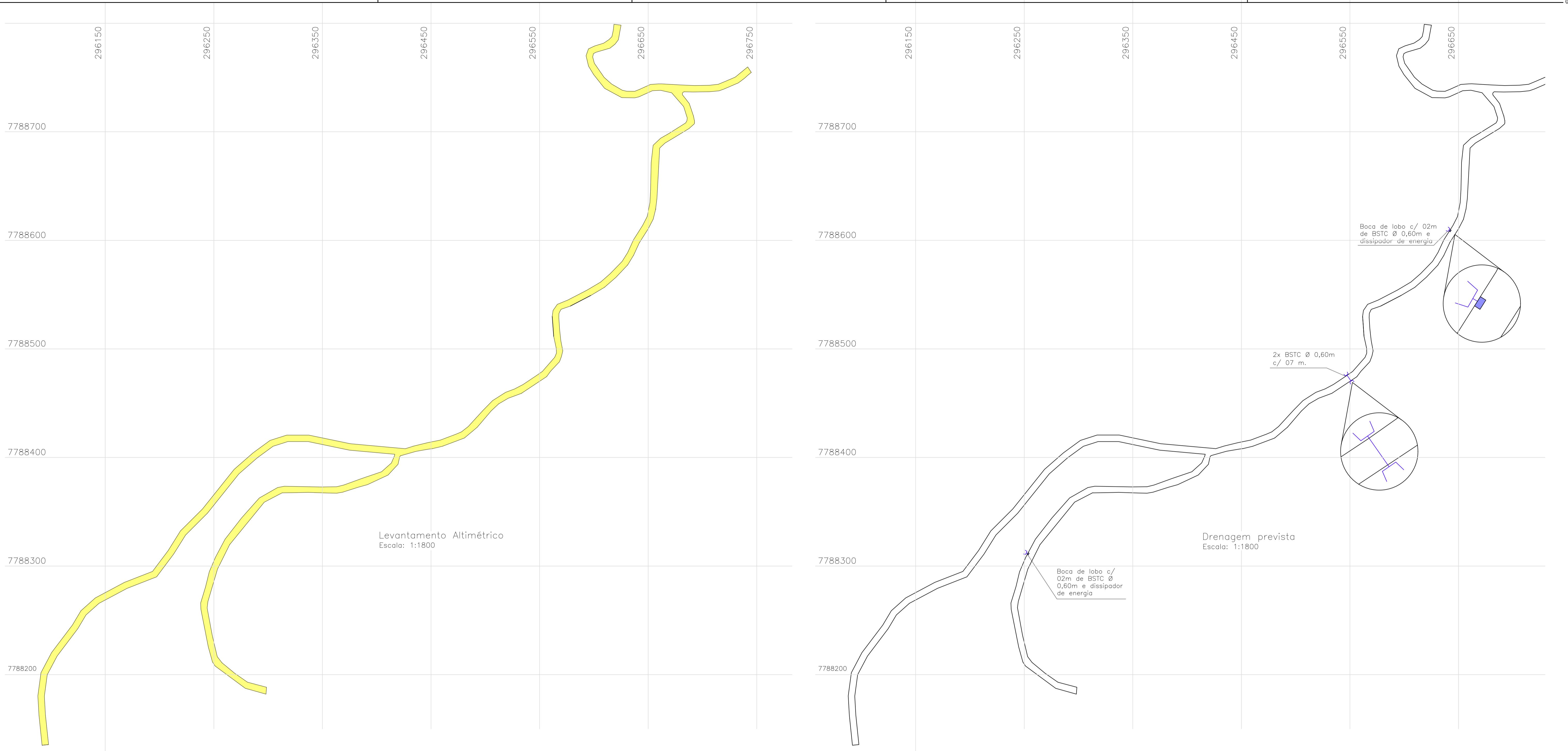
Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
21/07/2025 08:01:15

Gabriel Pesente Piorotti
Responsável Técnico PMI
Matrícula 006931

Assinado por CARLA DEMONER
MALTA 152.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
22/07/2025 08:06:46

Carla Demoner Malta
Responsável Técnico PMI
Matrícula 006954

Assinado por JOSIL CARLOS GALAZZI
088.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
21/07/2025 08:26:28
Josil Carlos Galazzi
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Portaria nº 008/2025





Projeto de Pavimentação

Setor: Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

Obra: Drenagem e Pavimentação no trecho de Santa Joana, Itarana/ES.

Endereço: Santa Joana, Zona Rural, Itarana/ES.

Título da Folha: Pavimentação prevista e detalhamentos executivos.

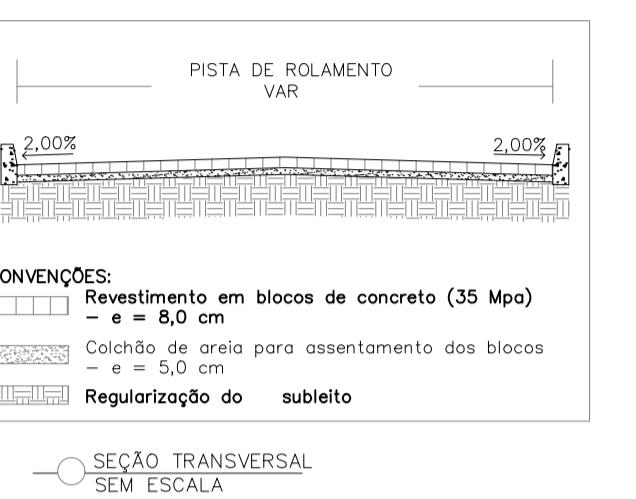
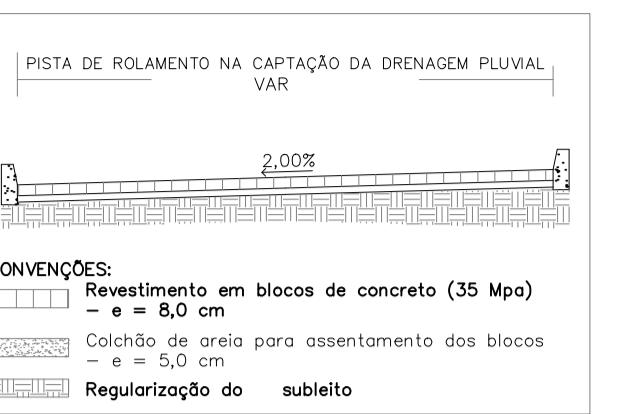
Proprietário: Prefeitura Municipal de Itarana **C.N.P.J.:** 27.104.363/0001-23

Projeto: Gabriel Pesente Piorotti **CREA:** ES-052453/D

Escala: Indicada **ART:**

Responsável Técnico: GABRIEL PESENTE PIOROTTI **Assinado de forma digital por GABRIEL PESENTE PIOROTTI** **Prefeito Municipal:** Dados: 2025.07.21 08:08:33 -03'00'

Prancha: **02/02**



Setor: Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

Obra: Drenagem e Pavimentação no trecho de Santa Joana, Itarana/ES.

Endereço: Santa Joana, Zona Rural, Itarana/ES.

Título da Folha: Pavimentação prevista e detalhamentos executivos.

Proprietário: Prefeitura Municipal de Itarana **C.N.P.J.:** 27.104.363/0001-23

Projeto: Gabriel Pesente Piorotti **CREA:** ES-052453/D

Escala: Indicada **ART:**

Responsável Técnico: GABRIEL PESENTE PIOROTTI **Assinado de forma digital por GABRIEL PESENTE PIOROTTI** **Prefeito Municipal:** Dados: 2025.07.21 08:08:33 -03'00'



1. Responsável Técnico

GABRIEL PESENTE PIOROTTITítulo profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0819800910

Registro: ES-052453/D

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

Registro: 999999



2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**CPF/CNPJ: **27104363000123**

Rua: RUA ELIAS ESTEVÃO COLNAGO

Nº:

Complemento:

CEP: 29620000

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**Bairro: **CENTRO**

Telefone:

Contrato:

Nº do Aditivo: **0**Valor do Contrato/Honorários: **R\$0,01**Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **SANTA JOANA**

Nº:

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Quadra Lote

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**

CEP: 29620000

Data de início: **01/04/2024**Prev. Término: **30/04/2024**

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

CPF/CNPJ:27104363000123

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0**Nº Pavimento(s): **0**Dimensão/Quantidade: **12907,77**Unidade de medida: **M2**ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **35 - 5.1 - ELABORAÇÃO DE PROJETO**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **103 - AUTORIA**NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **1102 - RODOVIAS,1206 - OBRAS DE DRENAGEM,9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)**TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **223 - TERRAPLENAGEM,307 - DRENAGEM PLUVIAL / OBRA DE ARTE CORRENTE,309 - PAVIMENTAÇÃO,408 - GALERIAS E BUEIROS**PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **14 - PROJETO TERRAPLE.DRENAGEM /PAVIMENTAÇÃO,110 - PROJETO TERRAPLENAGEM DRENAGEM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, PELO CALÇAMENTO RURAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DA SEAG, EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA COMUNIDADE DE SANTA JOANA (12.907,77 M²), ZONA RURAL, ITARANA, ESPÍRITO SANTO.

6. Declarações

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local **GABRIEL PESENTE PIOROTTI** Assinado de forma digital por **GABRIEL PESENTE PIOROTTI**
PIOROTTI Data: **2024.04.23 10:24:31**
-03'00'

GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CPF: 14098154714

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CPF/CNPJ: 27104363000123

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br

tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br

art@creaes.org.br





1. Responsável Técnico

GABRIEL PESENTE PIOROTTITítulo profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0819800910

Registro: ES-052453/D

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

Registro: 999999



2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**CPF/CNPJ: **27104363000123**

Rua: RUA ELIAS ESTEVÃO COLNAGO

Nº:

Complemento:

CEP: 29620000

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**Bairro: **CENTRO**

Telefone:

Contrato:

Nº do Aditivo: **0**Valor do Contrato/Honorários: **R\$0,01**Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **SANTA JOANA**

Nº:

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Quadra Lote

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**

CEP: 29620000

Data de início: **01/04/2024**Prev. Término: **30/04/2024**

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

CPF/CNPJ:27104363000123

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0** Nº Pavimento(s): **0** Dimensão/Quantidade: **12907,77** Unidade de medida: **M2**ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **59 - 23.1 - ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **1102 - RODOVIAS,1108 - SISTEMA DE DRENAGEM E/OU IRRIGAÇÃO,9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)**TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **223 - TERRAPLENAGEM,307 - DRENAGEM PLUVIAL / OBRA DE ARTE CORRENTE,309 - PAVIMENTAÇÃO,408 - GALERIAS E BUEIROS**PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **100 - NENHUM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, PELO CALÇAMENTO RURAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DA SEAG, EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA COMUNIDADE DE SANTA JOANA (12.907,77 M²), ZONA RURAL, ITARANA, ESPÍRITO SANTO.

6. Declarações

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local _____, de _____ de _____
Assinado de forma digital por _____
GABRIEL PESENTE PIOROTTI
Dados: 2024.04.23 10:24:52
-03'00'

GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CPF: 14098154714

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CPF/CNPJ: 27104363000123

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br

tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br

art@creaes.org.br





RESUMO DE ORÇAMENTO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

Itarana, 21 de julho de 2025

ORÇAMENTISTAS: Eng.^o Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

ITEM	DESCRÍÇÃO	%	VALORES (R\$)
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	5,86%	R\$ 34.441,71
02	DRENAGEM	40,50%	R\$ 237.902,11
03	TERRAPLENAGEM	3,97%	R\$ 23.301,83
04	PAVIMENTAÇÃO	48,37%	R\$ 284.162,99
05	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	0,93%	R\$ 5.465,92
06	OBRAS COMPLEMENTARES	0,37%	R\$ 2.170,50
RESUMO	CUSTO TOTAL (R\$)		587.445,06
	ÁREA PROJETADA (M ²)		9.238,86
	CUSTO POR M ²		63,58

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI 140.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
21/07/2025 08:15:10

Eng.^o Civil Gabriel Pesente Piorotti
CREA ES-052453/D



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade do Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana, Espírito Santo.

ORÇAMENTISTAS: Eng.^o Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

BDI: 23,32%

Ref. De Preços:

Data-base:

Encargos sociais: Horistas: 157,27%

Itarana, 21 de julho de 2025

DER-ES

mar/25

Mensalista: 84,04%

ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)		
						UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI + REAJUSTE	TOTAL
01 SERVIÇOS PRELIMINARES								
01.01	10512	DER-ES (Edif.)	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	0,20	R\$ 23.556,20	R\$ 29.049,51	R\$ 5.809,90
01.02	20305	DER-ES (Edif.)	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	8,00	R\$ 244,44	R\$ 301,44	R\$ 2.411,52
01.03	20702	DER-ES (Edif.)	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	10,00	R\$ 579,35	R\$ 714,45	R\$ 7.144,50
01.04	20713	DER-ES (Edif.)	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entre QDG	m	10,00	R\$ 454,75	R\$ 560,80	R\$ 5.608,00
01.05	20714	DER-ES (Edif.)	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	10,00	R\$ 436,22	R\$ 537,95	R\$ 5.379,50
01.06	20712	DER-ES (Edif.)	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	10,00	R\$ 55,94	R\$ 68,99	R\$ 689,90
01.07	20711	DER-ES (Edif.)	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	1,00	R\$ 2.144,98	R\$ 2.645,19	R\$ 2.645,19
01.08	20804	DER-ES (Edif.)	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1.21m ² /func./turno), conf. projeto (2 utilização)	m ²	10,00	R\$ 385,44	R\$ 475,32	R\$ 4.753,20
SUB-TOTAL - 01								R\$ 34.441,71
02 DRENAGEM								
02.01	40086	DER-ES	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	15,00	R\$ 40,72	R\$ 51,20	R\$ 768,00
02.02	40683	DER-ES	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	15,00	R\$ 452,61	R\$ 568,04	R\$ 8.520,60
02.03	40732	DER-ES	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	4,00	R\$ 718,33	R\$ 901,52	R\$ 3.606,08
02.04	40530	DER-ES	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	2,00	R\$ 1.328,46	R\$ 1.667,26	R\$ 3.334,52
02.05	40431	DER-ES	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	26,00	R\$ 424,36	R\$ 532,58	R\$ 13.847,08
02.06	60002	DER-ES	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	8,45	R\$ 29,23	R\$ 36,68	R\$ 309,95
02.07	41144	DER-ES	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	2,00	R\$ 2.938,05	R\$ 3.687,33	R\$ 7.374,66
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	2.101,73	R\$ 40,34	R\$ 50,63	R\$ 106.410,59
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	1.000,00	R\$ 70,05	R\$ 87,92	R\$ 87.920,00
02.10	30210	DER-ES (Edif.)	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m ³	139,58	R\$ 33,76	R\$ 41,63	R\$ 5.810,63
SUB-TOTAL - 02								R\$ 237.902,11
03 TERRAPLENAGEM								



03.01	40167	DER-ES	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m ²	3.101,73	R\$ 0,71	R\$ 0,90	R\$ 2.791,56
03.02	40754	DER-ES	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m ²	9.238,86	R\$ 1,75	R\$ 2,22	R\$ 20.510,27
SUB-TOTAL - 03								R\$ 23.301,83
04 PAVIMENTAÇÃO								
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	9.238,86	R\$ 23,68	R\$ 29,58	R\$ 273.285,48
04.02	Comp. 03	DER-ES	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	1.977,73	R\$ 4,40	R\$ 5,50	R\$ 10.877,51
SUB-TOTAL - 04								R\$ 284.162,99
05 SINALIZAÇÃO VIÁRIA								
SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA (DURANTE A OBRA)								
05.01	40145	DER-ES	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m ²	4,00	R\$ 228,30	R\$ 285,73	R\$ 1.142,92
05.02	41359	DER-ES	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	30,00	R\$ 21,81	R\$ 27,30	R\$ 819,00
SINALIZAÇÃO PERMANENTE								
05.03	40936	DER-ES	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m ²	4,00	R\$ 699,92	R\$ 876,00	R\$ 3.504,00
SUB-TOTAL - 05								R\$ 5.465,92
06 OBRAS COMPLEMENTARES								
06.01	41226	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 31,42	R\$ 39,51	R\$ 1.185,30
06.02	41225	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 26,12	R\$ 32,84	R\$ 985,20
SUB-TOTAL - 07								R\$ 2.170,50
TOTAL GERAL								R\$ 587.445,06



MEMORIAL DE CÁLCULO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

Itarana/ES - 025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	ESTACA		POSIÇÃO	QUANTIDADE	EXTENSÃO (m)	LARGURA (m)	PROF. (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	COEF.	DESC.	TOTAL	UNIDADE
		INICIAL	FINAL											
01	SERVIMENTOS PRELIMINARES													
01.01	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio) Locação e levantamento final da pavimentação				0,20									
	QUANTIDADE													0,20 mês
01.02	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI Canteiro de obras			1,00		4,00		2,00						8,00
	QUANTIDADE													8,00 m²
01.03	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz Canteiro de obras								10,00					10,00 m²
	QUANTIDADE													
01.04	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG Canteiro de obras							10,00						10,00 m
	QUANTIDADE													
01.05	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m Canteiro de obras							10,00						10,00 m
	QUANTIDADE													
01.06	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m Canteiro de obras							10,00						10,00 m
	QUANTIDADE													
01.07	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m Canteiro de obras						1,00							1,00 und
	QUANTIDADE													
01.08	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1,21m²/func./turno), conf. projeto (2 utilização) Canteiro de obras									10,00				10,00 m²
	QUANTIDADE													
02	DRENAGEM													
02.01	Limpeza e desobstrução de bueiros Projeto de Drenagem				5,00		3,00							15,00 m
	QUANTIDADE													
02.02	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau Projeto de Drenagem - saída dos BSTC 0,60m							15,00						15,00 m
	QUANTIDADE													
02.03	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01) Projeto de Drenagem - saída de cada BSTC 0,60m						4,00							4,00 und
	QUANTIDADE													
02.04	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m Projeto de Drenagem						2,00							2,00 und
	QUANTIDADE													
02.05	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo													



MEMORIAL DE CÁLCULO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

Itarana/ES - 05/04/2025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	ESTACA		POSIÇÃO	QUANTIDADE	EXTENSÃO (m)	LARGURA (m)	PROF. (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	COEF.	DESC.	TOTAL	UNIDADE
		INICIAL	FINAL											
	Projeto de Drenagem				26,00								26,00	
	QUANTIDADE												26,00	m
02.06	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km) Transporte (0,325 toneladas por metro de BSTC)				26,00								0,325	8,45
	QUANTIDADE												8,45	t
02.07	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2 Projeto de Drenagem				2,00								2,00	
	QUANTIDADE												2,00	und
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio Assentamento de meio fio			LE/LD		2.101,73							2.101,73	
	QUANTIDADE												2.101,73	m
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação Assentamento de meio fio - fornecimento de material			LE/LD		1.000,00							1.000,00	
	QUANTIDADE												1.000,00	m
02.10	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio) Aterro dos meios fios com aproveitamento do material terraplenado			LE/LD	3.101,73	0,30	0,15						139,58	
	QUANTIDADE												139,58	m³
03	TERRAPLENAGEM													
03.01	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira Projeto de Pavimentação			LE/LD	2,00	3.101,73	0,50		3.101,73				3101,73	
	QUANTIDADE												3.101,73	m²
03.02	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m Projeto de Pavimentação	Est. 200	+ 0,00	Est. 224	+ 5,44			485,44	VAR.				2.912,64	
	Projeto de Pavimentação	Est. 100	+ 0,00	Est. 42	+ 1,62			214,37	VAR.				1.286,22	
	Projeto de Pavimentação	Est. 01	+ 0,00	Est. 43	+ 0,00			840,00	VAR.				5.040,00	
	QUANTIDADE												9.238,86	m²
04	PAVIMENTAÇÃO													
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia Projeto de Pavimentação	Est. 200	+ 0,00	Est. 224	+ 5,44			485,44	VAR.				2.912,64	
	Projeto de Pavimentação	Est. 100	+ 0,00	Est. 42	+ 1,62			214,37	VAR.				1.286,22	
	Projeto de Pavimentação	Est. 01	+ 0,00	Est. 43	+ 0,00			840,00	VAR.				5.040,00	
	QUANTIDADE												9.238,86	m²
04.02	Transporte, carga e desarga de material de pavimentação - Bloco e Meio fio Projeto de Pavimentação - Bloco					9.238,86							0,192	1.773,86
	Projeto de Pavimentação - Meio Fio					2.101,73							0,097	203,87
	QUANTIDADE													1.977,73
05	SINALIZAÇÃO VIÁRIA													
05.01	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira Sinalização durante a obra (provisória)							4,00					4,00	
	QUANTIDADE												4,00	m²
05.02	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras Sinalização durante a obra (provisória)							30,00					30,00	
	QUANTIDADE												30,00	m
05.03	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira Sinalização permanente							4,00					4,00	



MEMORIAL DE CÁLCULO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

Itarana/ES - 003365/2025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	ESTACA		POSIÇÃO	QUANTIDADE	EXTENSÃO (m)	LARGURA (m)	PROF. (m)	ÁREA (m ²)	VOLUME (m ³)	COEF.	DESC.	TOTAL	UNIDADE
		INICIAL	FINAL											
	QUANTIDADE												4,00	m ²
06	OBRAS COMPLEMENTARES													
06.01	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões Caso eventual quebra de cano durante a terraplenagem												30,00	30,00
	QUANTIDADE												30,00	m
06.02	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões Caso eventual quebra de cano durante a terraplenagem												30,00	30,00
	QUANTIDADE												30,00	m



PLANILHA DE CÁLCULO DE REAJUSTES DOS VALORES DOS SERVIÇOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	CARACTERIZAÇÃO DE SERVIÇO	CUSTO (R\$)			
						PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	ÍNDICE DE CORREÇÃO	TOTAL
01 SERVIÇOS PRELIMINARES									
01.01	10512	DER-ES (Edif.)	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	23.556,20	R\$ 29.049,51	1,0000	R\$ 29.049,51
01.02	20305	DER-ES (Edif.)	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	244,44	R\$ 301,44	1,0000	R\$ 301,44
01.03	20702	DER-ES (Edif.)	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	579,35	R\$ 714,45	1,0000	R\$ 714,45
01.04	20713	DER-ES (Edif.)	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG	m	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	454,75	R\$ 560,80	1,0000	R\$ 560,80
01.05	20714	DER-ES (Edif.)	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	436,22	R\$ 537,95	1,0000	R\$ 537,95
01.06	20712	DER-ES (Edif.)	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	55,94	R\$ 68,99	1,0000	R\$ 68,99
01.07	20711	DER-ES (Edif.)	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	2.144,98	R\$ 2.645,19	1,0000	R\$ 2.645,19
01.08	20356	DER-ES (Edif.)	Aluguel mensal container para almoxarifado, incl. porta, 2 janelas, 1 pt iluminação, isolamento térmico (teto), piso em comp. Naval pintado, cert. NR18, incl. laudo descontaminação	mês	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	385,44	R\$ 475,32	1,0000	R\$ 475,32
02 DRENAGEM									
02.01	40086	DER-ES	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	OBRAS COMPLEMENTARES E MEIO AMBIENTE	R\$ 40,72	R\$ 50,22	1,0195	R\$ 51,20
02.02	40683	DER-ES	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	DRENAGEM	R\$ 452,61	R\$ 558,16	1,0177	R\$ 568,04
02.03	40732	DER-ES	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	DRENAGEM	R\$ 718,33	R\$ 885,84	1,0177	R\$ 901,52
02.04	40530	DER-ES	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	DRENAGEM	R\$ 1.328,46	R\$ 1.638,26	1,0177	R\$ 1.667,26



02.05	40431	DER-ES	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	DRENAGEM	R\$ 424,36	R\$ 523,32	1,0177	R\$ 532,58
02.06	60002	DER-ES	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,507XP + 1,569XR + 6,281 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	DRENAGEM	R\$ 29,23	R\$ 36,04	1,0177	R\$ 36,68
02.07	41144	DER-ES	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	DRENAGEM	R\$ 2.938,05	R\$ 3.623,20	1,0177	R\$ 3.687,33
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	DRENAGEM	R\$ 40,34	R\$ 49,75	1,0177	R\$ 50,63
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	DRENAGEM	R\$ 70,05	R\$ 86,39	1,0177	R\$ 87,92
02.10	30210	DER-ES (Edif.)	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m³	TERRAPLENAGEM	R\$ 33,76	R\$ 41,63	1,0000	R\$ 41,63
03 TERRAPLENAGEM									
03.01	40167	DER-ES	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m²	TERRAPLENAGEM	R\$ 0,71	R\$ 0,88	1,0262	R\$ 0,90
03.02	40754	DER-ES	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m²	TERRAPLENAGEM	R\$ 1,75	R\$ 2,16	1,0262	R\$ 2,22
04 PAVIMENTAÇÃO									
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m²	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 23,68	R\$ 29,20	1,0131	R\$ 29,58
04.02	Comp. 03	DER-ES	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 4,40	R\$ 5,43	1,0131	R\$ 5,50
05 SINALIZAÇÃO VIÁRIA									
SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA (DURANTE A OBRA)									
05.02	40145	DER-ES	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m²	SINALIZAÇÃO VERTICAL	R\$ 228,30	R\$ 281,54	1,0149	R\$ 285,73
05.03	41359	DER-ES	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	SINALIZAÇÃO VERTICAL	R\$ 21,81	R\$ 26,90	1,0149	R\$ 27,30
SINALIZAÇÃO PERMANENTE									
05.04	40936	DER-ES	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m²	SINALIZAÇÃO VERTICAL	R\$ 699,92	R\$ 863,14	1,0149	R\$ 876,00
06 OBRAS COMPLEMENTARES									
06.01	41226	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	OBRAS COMPLEMENTARES E MEIO AMBIENTE	R\$ 31,42	R\$ 38,75	1,0195	R\$ 39,51
06.02	41225	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	OBRAS COMPLEMENTARES E MEIO AMBIENTE	R\$ 26,12	R\$ 32,21	1,0195	R\$ 32,84



Setor de Const. e Conservação - Engenharia Civil - Prefeitura Municipal de Itarana
Relatório de Composição do Serviço

Serviço: Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia						Composição 01	Unidade: m ²
(A) Equipamento	Código Padrão	Quant.	Ut. Pr.	Ut. Impr	Vl. Hr. Prod.	Vl. Hr. Imp	Custo Horário
Compactador manual LF-100 gasol marca de referência Honda asfal 500mm ou equivalente	30075	1	0,1	0,9	20,96	18,55	18,79
(A) Total:							18,79
(B) Mão-de-Obra	Código Padrão	Eq. Salarial	Encargos (%)	Sal/Hora	Consumo	Custo Horário	
Calceteiro	20035	1,24	157,27	21,23	1,0000	21,23	
Encarregado de pavimentação	20065	2,26	157,27	38,69	0,5000	19,34	
Servente	20002	1,00	157,27	17,12	2,0000	34,24	
(B) Total:							74,81
(C) Itens de Incidência	Código Padrão	%	M.O.	Equip.	Mat.	Custo	
Ferramentas manuais	2000	5,0000	X			3,74	
(C) Total:							3,74
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C):							97,34
(D) Produção da Equipe:							5,0000
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D):							19,46
(F) Materiais	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário		
Areia grossa jazida com carregamento mecânico	10109	m ³	84,42	0,0500	4,22		
(F) Total:							4,22
(G) Serviços	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário		
(G) Total:							0,00
(H) Itens de Transporte	Código Padrão	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo
Consumo							Custo Unit.
(H) Total:							
Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H):							23,68
BDI 23,32%:							5,52
Preço Unitário Total:							29,20

Observações: Coeficientes retirados do Relatório de Composição do Serviço do DER-ES (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Espírito Santo), **composição 40884: Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, inclusive fornecimento e transporte dos blocos e areia**



Setor de Const. e Conservação - Engenharia Civil - Prefeitura Municipal de Itarana Relatório de Composição do Serviço									
					Composição 02		Unidade: m		
(A) Equipamento	Código Padrão	Quant.	Ut. Pr.	Ut. Impr	Vl. Hr. Prod.	Vl. Hr. Imp	Custo Horário		
					(A) Total:		0,00		
(B) Mão-de-Obra	Código Padrão	Eq. Salarial	Encargos (%)	Sal/Hora	Consumo		Custo Horário		
Calceteiro	20035	1,24	157,27	21,23	0,5000		10,61		
Encarregado de O.A.C	20060	2,26	157,27	38,69	0,1000		3,86		
Servente	20002	1,00	157,27	17,12	1,0000		17,12		
					(B) Total:		31,59		
(C) Itens de Incidência	Código Padrão	%	M.O.	Equip.	Mat.		Custo		
Ferramentas manuais	2000	5,0000	X				1,57		
					(C) Total:		1,57		
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C):							33,16		
(D) Produção da Equipe:							1,0000		
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D):							33,16		
(F) Materiais	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário				
					(F) Total:				
					0,00				
(G) Serviços	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário				
Argamassa cimento e areia traço 1:4, tudo incluído	40348	m³	535,89	0,0065	3,48				
Caiação de meios fios, sarjetas, etc	40658	m²	7,01	0,2800	1,96				
Escavação manual em mat. 1ª cat. H=0,00 a 1,50 m	40258	m³	77,38	0,0225	1,74				
					(G) Total:				
					7,18				
(H) Itens de Transporte	Código Padrão	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo		
					Consumo		Custo Unit.		
					(H) Total:		0,00		
Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H):							40,34		
BDI 23,32%:							9,40		
Preço Unitário Total:							49,74		

Observações: Coeficientes retirados do Relatório de Composição do Serviço do DER-ES (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Espírito Santo), **composição 40141: Meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive caiação e transporte do meio-fio**



Setor de Const. e Conservação - Engenharia Civil - Prefeitura Municipal de Itarana Relatório de Composição do Serviço									
Serviço: Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação						Composição 03	Unidade: t		
(A) Equipamento	Código Padrão	Quant.	Ut. Pr.	Ut. Impr	Vl. Hr. Prod.	Vl. Hr. Imp	Custo Horário		
Retroescavadeira MF 86 TM (MASSEY FERGUSSON) ou equivalente	30029	1	0,2	0,8	193,69	75,24	98,93		
						(A) Total:	98,93		
(B) Mão-de-Obra	Código Padrão	Eq. Salarial	Encargos (%)	Sal/Hora	Consumo	Custo Horário			
						(B) Total:	0		
(C) Itens de Incidência	Código Padrão	%	M.O.	Equip.	Mat.	Custo			
						(C) Total:	0		
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C):						98,93			
(D) Produção da Equipe:						35,0000			
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D):						2,82			
(F) Materiais	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário				
						(F) Total:	0,00		
(G) Serviços	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário				
						(G) Total:	0,00		
(H) Itens de Transporte	Código Padrão	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo	Consumo	Custo Unit.
TR-201-00 (Comercial - Caminhão basculante) - Transp. De Bloco	60002	t	$1,185XP + 1,234XR + 4,939$	0,00	0,50	4,846	5,463	0,192	1,05
TR-201-00 (Comercial - Caminhão basculante) - Transp. De Meio Fio	60002	t	$1,185XP + 1,234XR + 4,939$	0,00	0,50	4,846	5,463	0,097	0,53
XP = 0,00 KM; XR = 0,50 KM									1,58
Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H):								4,40	
BDI 23,32%:								1,02	
Preço Unitário Total:								5,42	

Observações: Coeficientes retirados do Relatório de Composição do Serviço do DER-ES (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Espírito Santo), *Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação*



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

ITEM	DESCRÍÇÃO	VALORES (R\$)	Período Licitatório			Execução de Obra					
			1	2	3	4	5	6	7		
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	Físico (%)	R\$ 34.441,71			91,57%	0,00%		8,43%		
		Financeiro (R\$)				R\$ 31.536,76			R\$ 2.904,95		
02	DRENAGEM	Físico (%)	R\$ 237.902,11			50,00%	50,00%				
		Financeiro (R\$)				R\$ 118.951,06	R\$ 118.951,06				
03	TERRAPLENAGEM	Físico (%)	R\$ 23.301,83			100,00%					
		Financeiro (R\$)				R\$ 23.301,83					
04	PAVIMENTAÇÃO	Físico (%)	R\$ 284.162,99			10,00%	20,00%	35,00%	35,00%		
		Financeiro (R\$)				R\$ 28.416,30	R\$ 56.832,60	R\$ 99.457,05	R\$ 99.457,05		
05	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Físico (%)	R\$ 5.465,92			17,95%	17,95%		64,11%		
		Financeiro (R\$)				R\$ 980,96	R\$ 980,96		R\$ 3.504,00		
06	OBRAS COMPLEMENTARES	Físico (%)	R\$ 2.170,50				50,00%		50,00%		
		Financeiro (R\$)					R\$ 1.085,25		R\$ 1.085,25		
Total Parcial (%)			R\$ 587.445,06			34,59%	30,28%	16,93%	18,21%		
Total Acumulado (%)						34,59%	64,86%	81,79%	83,07%		
Total Financeiro (R\$)						203.186,90	177.849,86	99.457,05	106.951,25		
Total Acumulado (R\$)						203.186,90	381.036,77	480.493,81	587.445,06		



MEMORIAL DESCritivo DA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS

ITARANA-ES

2025



MEMORIAL DESCRIPTIVO

Projeto: Execução de obra de drenagem e pavimentação, com blocos de concreto intertravados, tipo Unistein, na Comunidade de Santa Joana, Zona Rural, Itarana, Espírito Santo.

Proprietário: Prefeitura Municipal de Itarana, Espírito Santo.

Localização: Comunidade de Santa Joana, Zona Rural, Itarana/ES.

1 - IDENTIFICAÇÃO

O presente Memorial tem como objetivo especificar os materiais e técnicas referentes à execução de obra de pavimentação, em blocos de concreto intertravados, tipo Unistein, na Comunidade de Santa Joana.

2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

É de responsabilidade da CONTRATADA, o fornecimento de todos os materiais (exceto blocos de concreto e meio-fio, que serão doados pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da SEAG), equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se nos projetos básicos fornecidos bem como nos respectivos memoriais descritivos, responsabilizando-se pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, bem como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT e demais pertinentes, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, etc., e por todos os danos causados às obras e ou serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, resarcindo, etc., os seus respectivos proprietários.

Quando houver dúvidas nos projetos, nas especificações, no memorial deverá ser consultada a FISCALIZAÇÃO e aos projetistas para as definições finais.

3 - OBSERVAÇÕES GERAIS

3.1 - Execução e controle

3.1.1 - Responsabilidades

Fica reservada a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES, neste ato representado pelo SETOR DE ENGENHARIA E PROJETOS, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, e



nos demais e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou outros elementos fornecidos.

Na existência de serviços não descritos, a CONTRATADA somente poderá executá-los após aprovação da FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento ou norma neste memorial, nos projetos, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, e demais pertinentes.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes citadas ou não neste memorial. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuirão as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes, no Município, Estado e na União.

É da máxima importância, que o Engenheiro Residente e ou R.T. promovam um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, envolvidos nos serviços, durante todas as fases de organização e construção. A coordenação deverá ser precisa, enfatizando-se a importância do planejamento e da previsão. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam à melhor técnica preconizada para os serviços objetos desta licitação.

Caso haja discrepâncias, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam sobre os projetos, bem como os projetos específicos de cada área predominam sobre os gerais das outras áreas, e as cotas deverão predominar sobre as escalas, devendo o fato, de qualquer forma, ser



comunicado com a devida antecedência à FISCALIZAÇÃO, para as providências e compatibilizações necessárias.

As especificações, os desenhos dos projetos e o memorial descritivo destinam-se a descrição e a execução dos serviços completamente acabados nos termos deste memorial e objeto da contratação, e com todos os elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento. Portanto, estes elementos devem ser considerados complementares entre si, e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em todos os demais.

A CONTRATADA aceita e concorda que os serviços, objeto dos documentos contratuais, deverão ser complementados em todos os detalhes ainda que cada item necessariamente envolvido não seja especificamente mencionado.

O profissional residente deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá se necessário manter contato com as repartições competentes, a fim de obter as necessárias aprovações dos serviços a serem executados, bem como fazer os pedidos de ligações e inspeções pertinentes e providenciar todos os materiais e serviços necessários a estas ligações às suas expensas.

A CONTRATADA deverá visitar o local dos serviços e inspecionar as condições gerais do terreno, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, taludes, árvores existentes, passeios existentes, cercas existentes, etc., bem como verificar as cotas e demais dimensões do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "In Loco", pois deverão constar na proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, mesmo que não constem da planilha estimativa fornecida, bem como todas as outras demolições, cortes de árvores e adaptações necessárias à conclusão dos serviços, não cabendo, após assinatura do contrato nenhum termo aditivo visando acrescentar itens ou quantitativos previstos inicialmente.



3.1.2 – Acompanhamento

Os serviços serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA, o qual será doravante, aqui designado FISCALIZAÇÃO.

Os serviços serão conduzidos por pessoal pertencente à CONTRATADA, competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo dos serviços, para que o cronograma físico e financeiro seja cumprido à risca.

A CONTRATADA não poderá executar, qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência e necessários ao andamento ou segurança dos serviços.

Além dos procedimentos técnicos indicados nos capítulos a seguir, terão validade contratual para todos os fins de direito, as normas editadas pela ABNT, DER, DNER, e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas, com os materiais e serviços objetos do contrato.

No caso de serviços executados com materiais fornecidos pela CONTRATADA, que apresentarem defeitos na execução, estes serão refeitos à custa da mesma e com material e ou equipamento às suas expensas.

3.2 – Observações sobre materiais

3.2.1 - Observações Gerais

Todos os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser de Primeira Qualidade ou Qualidade Extra, entendendo-se primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material a ser utilizado, satisfazer as especificações da ABNT/INMETRO e demais normas citadas, e ainda, serem de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto, neste memorial ou nas especificações gerais, e devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenham idêntica função e se presta às mesmas condições do material,



equipamento ou serviço especificado, sendo que para sua utilização deverá haver aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO.

Caso o material especificado nos projetos e ou memorial, tenha saído de linha, ou encontrar obsoleto, o mesmo deverá ser substituído pelo novo material lançado no mercado, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos, especificações e contrato.

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará, por escrito, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas do pedido de orçamento comparativo, de acordo com o que reza o contrato entre as partes sobre a equivalência.

O estudo e aprovação pela PREFEITURA, dos pedidos de substituição, só serão efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

- Declaração de que a substituição se fará sem ônus para a CONTRATANTE, no caso de materiais equivalentes.
- Apresentação de provas, pelo interessado, da equivalência técnica do produto proposto ao especificado, compreendendo como peça fundamental o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério da FISCALIZAÇÃO.
- Indicação de marca, nome de fabricante ou tipo comercial, que se destinam a definir o tipo e o padrão de qualidade requerida.
- A substituição do material especificado, de acordo com as normas da ABNT, só poderá ser feita quando autorizada pela FISCALIZAÇÃO e nos casos previstos no contrato.
- Outros casos não previstos serão resolvidos pela FISCALIZAÇÃO, depois de satisfeitas as exigências dos motivos ponderáveis ou aprovada à possibilidade de atendê-las.



3.2.2 – Segurança geral

Toda a área do canteiro das obras deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes.

Instalações apropriadas para combate a incêndios deverão ser previstas em todas as edificações e áreas de serviço sujeitas a incêndios, incluindo-se o canteiro de serviços, almoxarifados e adjacências.

Todos os panos, estopas, trapos oleosos e outros elementos que possam ocasionar fogo deverão ser mantidos em recipiente de metal e removidos para fora das edificações ou de suas proximidades, e das proximidades dos serviços, cada noite, e sob nenhuma hipótese serão deixados acumular. Todas as precauções deverão ser tomadas para evitar combustão espontânea.

Deverá ser prevista uma equipe de segurança interna para controle e vigia das instalações, almoxarifados, etc. e disciplina interna, cabendo à CONTRATADA toda a responsabilidade por quaisquer desvios ou danos, furtos, decorrentes da negligência durante a execução dos serviços até a sua entrega definitiva.

Deverá ser obrigatória pelo pessoal que deverá trabalhar nos serviços, a utilização de equipamentos de segurança, como botas, capacetes, cintos de segurança, óculos e demais proteções de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho.

4 – SERVIÇOS A EXECUTAR

As obras descritas a seguir, devem obedecer rigorosamente às normas técnicas pertinentes. Antes de iniciar a obra, é necessária a determinação ou locação das coordenadas de projeto, assim como medidas de proteção e sinalização, quando necessárias.

4.1 – Serviços Preliminares

4.1.1 – Placa de Obra

A placa de obra será confeccionada em chapa galvanizada fixada com estrutura de madeira. Terá área de 8,00m², com altura de 2,00 m e largura de 4,00



m, e deverá ser afixada em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização.

Deverá ser mantida em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, **durante todo o período de execução das obras.**

Imagen 01 – Modelo da placa de obra, padrão PMI



4.1.2 – Aluguel mensal de container

A contratada deverá alugar, mensalmente, durante o período previsto para a obra, um container para almoxarifado, com porta, 02 janelas, 01 pontos de iluminação, isolamento térmico (teto), piso em compensado naval pintado, com certificado da NR18, incluindo laudo de descontaminação.

4.1.3 - Escavação e carga de material de 1^a categoria

O serviço de terraplenagem é baseado no item de regularização e compactação do subleito, os quais consistem em efetuar escavação de cortes e rebaixos de pista para execução das correções do greide e implantação da camada estrutural do pavimento em função da via apresentar irregularidades transversais e longitudinais, como também pontos de passagem obrigatórios (edificações existentes e emboques de ruas) para implantar a nota de serviço de terraplanagem e o gabarito projetado.



4.2 – Drenagem

A execução dos serviços de drenagem previstos, devem, obrigatoriamente, seguir as preconizações nas Normas DNIT abaixo:

- Norma DNIT 026/2004 – ES: Drenagem – Caixas Coletoras – Especificação de serviços e suas atualizações;
- Norma DNIT 023/2006 – ES: Drenagem – Bueiro Tubulares de concreto – Especificação de serviços e suas atualizações;
- Norma DNIT 022/2004 – ES: Drenagem – Dissipadores de energia – Especificação de serviço e suas atualizações;
- Norma DNIT 018/2006 – ES: Drenagem – Sarjetas e valetas – Especificação de serviço e suas atualizações;
- Norma DNIT 021/2004 – ES: Drenagem - Entradas e descidas d'água - Especificação de serviço;

4.3 – Pavimentação

4.3.1 – Regularização e compactação do Subleito

A regularização deverá adequar o terreno, nos trechos que forem necessários, no sentido transversal e longitudinal, compreendendo cortes ou aterros de até 0,20 m de espessura. Toda a vegetação e material orgânico, por ventura existentes, serão removidos.

Após essas duas etapas, procede-se a compactação do subleito, molhado e compactado, no mínimo a 98% do *Proctor* Intermediário, comprovado por ensaio de “densidade *in situ*” e dentro das normas técnicas.

A condução do serviço de Regularização e compactação do subleito, deve ser regida especificação da Norma DNIT 137/2010 – ES: Pavimentação – Regularização do subleito – Especificação de serviço e suas atualizações.

4.3.2 – Assentamento de blocos de concreto

Os blocos de pavimentação serão do tipo **holandês** e só devem ser assentados quando as camadas subjacentes estiverem liberadas quanto aos requisitos de aceitação de materiais e execução.



A superfície deve estar perfeitamente limpa, desempenada e sem excessos de umidade antes da execução do pavimento de peças pré-moldadas de concreto. Durante todo o tempo que durar a execução do pavimento, os serviços devem ser protegidos contra a ação destrutiva das águas pluviais, do trânsito e de outros agentes que possam danificá-los. É obrigação da executante a responsabilidade desta conservação, não sendo permitida a execução dos serviços em dia de chuva.

O preparo do subleito deve ser adequadamente compactado até 60 cm de profundidade, no mínimo e a compactação será especificada de modo a se obter, no mínimo, 100% da massa específica aparente máxima seca, com a energia normal.

A sequência executiva segue a ordem: preparo do subleito, instalação dos confinamentos laterais (meio-fio) e colocação da camada de areia de assentamento.

Sobre a regularização do sub-leito deve ser lançada uma camada de material granular inerte, areia ou pó de pedra (preferencialmente), com diâmetro máximo de 4,8 mm e com espessura uniforme, depois de compactada de 03 cm a 05 cm, na qual devem ser assentados os blocos de concreto.

As peças transportadas para a pista devem ser empilhadas, de preferência, à margem desta. Cada pilha de blocos deve ser disposta de tal forma que cubra a primeira faixa à frente, mais o espaçamento entre elas. Se não for possível o depósito nas laterais, as peças podem ser empilhadas na própria pista, desde que haja espaço livre para as faixas destinadas à colocação de linhas de referência para o assentamento.

Deverão ser assentadas vigas de travamento, utilizando o próprio meio fio em concordância com o *greide* regularizado e pavimentação, no sentido transversal desta.

O assentamento das peças deve obedecer a seguinte sequência:

a) iniciar com uma fileira de blocos, dispostos na posição normal ao eixo, ou na direção da menor dimensão da área a pavimentar, a qual deve servir como guia para melhor disposição das peças;

b) o nivelamento do assentamento deve ser controlado por meio de uma régua de madeira, de comprimento um pouco maior que a distância entre os cordéis,



acertando o nível dos blocos entre estes e nivelando as extremidades da régua a esses cordéis;

c) o controle do alinhamento deve ser feito acertando a face das peças que se encostam aos cordéis, de forma que as juntas definam uma reta sobre estes;

d) o arremate com alinhamentos existentes ou com superfícies verticais deve ser feito com auxílio de peças pré-moldadas, ou cortadas em forma de $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{2}$ ou $\frac{3}{4}$ de bloco;

e) de imediato ao assentamento da peça, deve ser feito o acerto das juntas com o auxílio de uma alavanca de ferro própria, igualando assim, a distância entre elas. Esta operação deve ser feita antes da distribuição do pedrisco para o rejuntamento, pois o acomodamento deste nas juntas prejudicará o acerto. Para evitar que areia da base também possa prejudicar o acerto, certos tipos de peça possuem chanfros nas arestas da face inferior;

f) o assentamento das peças deve ser feito do centro para as bordas, colocando-as de cima para baixo evitando-se o arrastamento da areia para as juntas, permitindo espaçamento mínimo entre as peças, assegurando um bom travamento, de modo que a face superior de cada peça fique um pouco acima do cordel;

g) O acabamento será feito pela colocação de uma camada de areia fina (que será responsável pelo rejunte) e nova compactação, cuidando para que os vãos entre as peças sejam preenchidos pela areia. O excesso de areia deverá ser eliminado por varrição. O trânsito sobre a pavimentação só poderá ser liberado quando todos os serviços estiverem completos.

4.3.3 – Meio-fio

Para assentamento dos meios-fios, deverá ser aberta uma vala ao longo do bordo do subleito preparado, de acordo com o projeto, conforme alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas. Acompanhando o alinhamento previsto no projeto, as guias serão colocadas dentro das valas, de modo que a face que não apresente falhas ou depressões seja colocada para cima.



Os meios-fios serão de concreto pré-moldado, com 15x12x30x100 cm, rejuntados com argamassa de cimento e areia e servirão para o travamento dos blocos de concreto pré-moldados.

5.0 – RECEBIMENTOS DOS SERVIÇOS E OBRAS

Concluímos todos os serviços, objetos desta licitação, se estiverem em perfeitas condições atestada pela **FISCALIZAÇÃO**, e depois de efetuados todos os testes e ensaios necessários, bem como recebida toda a documentação exigida neste memorial e nos demais documentos contratuais, serão recebidos provisoriamente por esta através de Termo de Recebimento Provisório Parcial, emitido juntamente com a última medição.

Decorridos 15 (quinze) dias corridos a contar da data do requerimento da Contratada, os serviços serão recebidos **provisoriamente** pela **FISCALIZAÇÃO**, e que lavrará “Termo de Recebimento Provisório”.

A Contratada fica obrigada a manter os serviços e obras por sua conta e risco, até a lavratura do “Termo de Recebimento Definitivo”, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

Decorridos o prazo de 60 (sessenta) dias após a lavratura do “Termo de Recebimento Provisório”, se os serviços de correção das anormalidades por ventura verificadas forem executados e aceitos pela Comissão de Recebimento de Obras ou pela **FISCALIZAÇÃO**, e comprovado o pagamento da contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução dos serviços, será lavrado o “Termo de Recebimento Definitivo”.

Aceitos os serviços e obras, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correções e segurança dos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

Desde o recebimento provisório, o MUNICIPIO entrará de posse plena dos serviços podendo utilizar os locais. Este fato será levado em consideração quando do recebimento definitivo, para os defeitos de origem da utilização normal dos serviços.

O recebimento em geral também deverá estar de acordo com a **NBR-5675**.



Itarana – ES, 21 de julho de 2025.

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI 140.***.***-

**
MUNICÍPIO DE ITARANA
21/07/2025 08:18:09

Gabriel Pesente Piorotti
Engenheiro Civil CREA ES-052453/D

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: e97a37de-0b4e-4677-8780-fc421a5129c2
Anexo Nº 000687/2025



ANÁLISE TÉCNICA CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assunto: Concorrência – Art. 6, Inciso XXXVIII, da Lei 14.133/2021.

DESPACHO

Nos termos do **§4º do artigo 4º da Portaria nº 1.494/2024**, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, deverão ser encaminhadas para análise e aprovação da Comissão de Planejamento das Contratações.

Vale ressaltar que, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, trata-se de demanda específica de alta complexidade, cuja unidade demandante possui especialidade no objeto, o qual, assim, solicita por compra não compartilhada com demais órgãos.

Por se tratar de objeto específico para o órgão demandante, os quais documentos foram elaborados por sua equipe técnica, caberá a Comissão de Planejamento das Contratações, verificar nos autos do processo, o atendimento mínimo estabelecido para elaboração de documentos na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2011/2024, não entrando no mérito do estudo do objeto e viabilidade.

Ressalta-se, também que, os documentos elaborados pela equipe da demandante, já vem assinado e aprovado pela autoridade do órgão demandante, deverá passar pelo crivo jurídico e, por fim, a autorização de abertura de compra pela autorização máxima do Município de Itarana/ES.

Diante de todo exposto acima, passamos análise dos documentos constantes nos autos do processo:

- 1) Consta nos autos do Processo Documento de Formalização de Demanda, devidamente preenchido com os requisitos mínimos para contratação;



2) Quanto ao Estudo Técnico Preliminar, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	SIM	NÃO
DESCRÍÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021	X	
ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021	X	
DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES Art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021	X	
LEVANTAMENTO DE MERCADO Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DO VALOR Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021	X	
DESCRÍÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO Art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021	X	
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
RESULTADOS PRETENDIDOS Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021	X	
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021	X	
COMPRA/CONTRATAÇÃO CORRELATIVA/OU INTERDEPENDENTE Art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSICIONAMENTO CONCLUSIVO Art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
DO MAPA DE RISCO Art. 18, X da Lei n. 14.133/2021	X	
OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: Sem necessidade de complemento.		



3) Quanto ao Termo de Referência, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

TERMO DE REFERÊNCIA	SIM	NÃO
Art. 6º, inciso XXIII, letra "a" da Lei n. 14.133/2021 Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "b" da Lei n. 14.133/2021 Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "c" da Lei n. 14.133/2021 Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "d" da Lei n. 14.133/2021 Requisitos da contratação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "e" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "f" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "g" da Lei n. 14.133/2021 Critérios de medição e de pagamento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "h" da Lei n. 14.133/2021 Forma e critérios de seleção do fornecedor.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "i" da Lei n. 14.133/2021 Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "j" da Lei n. 14.133/2021 Adequação orçamentária.	X	
Art. 40, inciso V, § 1º, I da Lei n. 14.133/2021 Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.	X	



Art. 40, inciso V, § 1º, II da Lei n. 14.133/2021 Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso.	-	-
Art. 40, inciso V, § 1º, III da Lei n. 14.133/2021 Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.	X	
<p>OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: * No item 5 do Termo de Referência, referente à "Fundamentação da Contratação", especificamente no subitem 5.1, consta que as fundamentações relativas à contratação estão detalhadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP). No entanto, ao proceder com a análise do ETP que acompanha os autos, verifica-se que não há um item específico no referido documento que centralize ou consolide de forma explícita a fundamentação da contratação, o que pode gerar ambiguidades na interpretação do conteúdo técnico por parte dos responsáveis pela instrução processual, controle interno ou órgãos de controle externo.</p> <p>Ainda que se considere que a "Descrição da Necessidade da Contratação" contenha parte das justificativas, tal seção não atende plenamente à finalidade de reunir de forma objetiva e estruturada os fundamentos técnicos, legais, orçamentários e estratégicos que justificam a contratação como um todo.</p> <p>Dessa forma, entende-se mais apropriado ajustar a redação do subitem 5.1 do TR para reconhecer que o Estudo Técnico Preliminar, em seu conjunto, embasa e fundamenta a elaboração do Termo de Referência e não por meio de um item isolado ou exclusivo. Tal correção não apenas alinha o TR ao conteúdo real do ETP, mas também contribui para a consistência e integridade documental do processo.</p> <p>Aproveita-se a oportunidade para sugerir o aprimoramento geral do item 5 do TR, visando conferir maior robustez e clareza técnica à seção de fundamentação. A estrutura atual do item pode ser enriquecida com contextualização mais precisa dos objetivos estratégicos da contratação, vínculo com o PPA vigente, justificativas da solução escolhida e detalhamento das vantagens operacionais, econômicas e sociais decorrentes da execução da obra. Ressalta-se que a boa especificação dos fundamentos é condição essencial para a legalidade, a transparência e a eficiência do procedimento licitatório, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.</p> <p>* Não se aconselha que a seção "Descrição da Solução Como Um Todo Considerando o Ciclo de Vida do Objeto" do Termo de Referência se limite a uma simples referência ao conteúdo do Estudo Técnico Preliminar (ETP). Embora o ETP seja essencial para a definição da necessidade e das alternativas analisadas, sua natureza é exploratória e analítica, enquanto o Termo de Referência demanda uma abordagem mais conclusiva, precisa e operacional, compatível com o estágio de planejamento da contratação.</p> <p>Portanto, entende-se que o item 6 do TR deve ser devidamente descrito de forma autônoma, refletindo de maneira clara e definitiva a solução escolhida, suas características técnicas, o modelo de execução previsto e os parâmetros que nortearão o processo licitatório e a futura execução contratual. Isso assegura maior clareza, robustez técnica e segurança jurídica ao documento, além de facilitar a compreensão por parte dos licitantes, da equipe de fiscalização e dos órgãos de controle.</p> <p>Recomenda-se, assim, que o item 6 seja redigido de forma completa no próprio Termo de Referência, ainda que com base nas informações extraídas do ETP, evitando-se remissões genéricas que possam comprometer a objetividade e a completude do instrumento.</p> <p>* Como parte do processo de aprimoramento e atualização do Termo de Referência, identificou-se a necessidade de revisar e estruturar de forma mais sistemática os "Requisitos Técnicos", atualmente dispostos no item 6 do documento. Verificou-se que diversas</p>		



exigências relevantes, embora já constem no TR, encontram-se dispersas ou alocadas em seções distintas, o que compromete a organização lógica do documento e pode dificultar a compreensão por parte dos licitantes e demais interessados.

Dessa forma, recomenda-se a **inclusão e/ou realocação, sob o item 6, Requisitos Técnicos, dos seguintes elementos fundamentais** à adequada execução contratual e ao atendimento das diretrizes legais e normativas aplicáveis:

- **Critérios de Sustentabilidade:** em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, é necessário estabelecer requisitos mínimos de sustentabilidade ambiental, sempre que técnica e economicamente viável;
- **Participação de Consórcio:** definição clara quanto à admissão ou vedação de participação de licitantes na forma de consórcio, com base na natureza e complexidade do objeto;
- **Subcontratação:** delimitação das hipóteses permitidas e dos limites máximos de subcontratação, conforme o art. 122 da Lei nº 14.133/2021;
- **Garantia da Contratação:** previsão das modalidades e percentual exigido para a garantia contratual, nos termos do art. 96 da nova Lei de Licitações;
- **Tratamento Favorecido para MEI, ME, EPP e Equiparadas:** inclusão das disposições aplicáveis ao regime diferenciado e favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme o art. 4º da LC nº 123/2006;
- **Catálogo do Produto (ou Memória Técnica):** exigência de apresentação de catálogo, memorial técnico ou especificação do produto ofertado, quando aplicável, como forma de garantir a compatibilidade com os requisitos do objeto.

Recomenda-se, portanto, que as cláusulas e exigências já existentes no Termo de Referência e que tratam desses temas sejam **repositionadas e agrupadas no item 6**, com formatação padronizada e linguagem objetiva, reforçando a coerência interna do documento. Para os aspectos ainda não contemplados, recomenda-se sua inclusão com base em modelos de referência que seguem em anexo ou nas boas práticas já consolidadas pela Administração.

Tal reorganização contribuirá para a melhor compreensão dos critérios de habilitação e execução, além de reforçar a transparência e a segurança jurídica do procedimento licitatório.

Modelos:

4.4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

4.4.1 Fica permitida a participação de consórcios no presente certame, conforme disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA / CATÁLOGO:

4.5.1. Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

4.5.2. **CATÁLOGO DO PRODUTO:** Poderá ser solicitado catálogo do produto, manuais técnicos, prospectos, folders, e folhetos, de forma a auxiliar na análise precisa e detalhada das especificações técnicas dos objetos, para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência.



4.5.2.1. Os documentos técnicos, acima relacionados, deverão ser emitidos em nome dos fabricantes dos produtos.

4.6. SUBCONTRATAÇÃO:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. DO TRATAMENTO FAVORECIDO MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS

4.8.1. Após a estimativa de preços, na elaboração da minuta de edital, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 2013/2024, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME, EPP e empresas equiparadas.

4.8.1.1. Para item(ns) divisível(is), com valor(es) superior(es) ao estipulado no artigo 6º do Decreto Municipal nº 2013/2024, deverá ser aplicado o sistema de cotas, constante no artigo 9º do referido decreto, no percentual de até 25% (vinte e cinco) por cento.

Para dar continuidade à inclusão da nova **exigência relativa à participação de consórcios**, e visando garantir a devida coerência interna do Termo de Referência, recomenda-se que, além da inserção no item "Requisitos Técnicos", o tema também seja tratado no item "**Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**".

8.4.1.7. CONDIÇÕES E COMPROVAÇÕES CONSÓRCIOS, PREVISTAS NO ART. 15 DA LEI N° 14.133/2021.

8.4.1.7.1. Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

8.4.1.7.2. A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

8.4.1.7.3. No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.4.1.7.4. As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:



- a)** A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;
- b)** A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
- c)** Discriminar a empresa líder;
- d)** O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
- e)** Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- f)** Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

8.4.1.7.5. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

8.4.1.7.6. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.4.1.7.7. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

8.4.1.7.8. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

8.4.1.7.9. No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

8.4.1.7.10. No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

À frente da análise de atendimento aos requisitos mínimos de preenchimento dos relatórios constantes nos autos do processo, a Comissão de Planejamento das Contratações, **por unanimidade**, conclui que, **Há Óbice** ao Prosseguimento da Demanda.



Os itens a serem revisados pela Secretaria requerente se encontram no **Termo de Referência** e devem ser indicados corretamente para sequência aos trâmites, como seguem:

*** OBSERVAÇÕES FINAIS CPC.**

Feitas as considerações necessárias, os autos devem retornar com os novos documentos a esta Comissão para nova análise e considerações.

Atenciosamente,

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
22/07/2025 09:38:01

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER 009.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
22/07/2025 15:24:49

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024

Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
22/07/2025 09:45:06

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024



DESPACHO

De: Setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU)

Para: Comissão de Planejamento das Contratações (CPC)

Segue Termo de Referência corrigido e atualizado de acordo com as orientações.

Itarana/ES, 28 de julho de 2025

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
28/07/2025 08:53:32

Gabriel Pesente Piorotti
Matrícula 006931





PROJETO BÁSICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM E
PAVIMENTAÇÃO, COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS, NA COMUNIDADE
SANTA JOANA, ITARANA/ES.



PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos apresenta o Projeto Básico para contratação de empresa visando a execução da “Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES”.

O Projeto Básico visa ainda esclarecer as empresas participantes do processo de contratação quanto aos seus direitos e obrigações, identificando os tipos de serviços a executar e estabelecendo as diretrizes gerais para sua execução, definindo critérios de execução, materiais e equipamentos a incorporar aos serviços, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento. Todas as exigências da Contratante contidas neste Projeto Básico serão consideradas como de conhecimento das empresas interessadas que apresentarem propostas, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

2. DECLARAÇÃO DO OBJETO

2.1 – Do Objeto

Contratação de empresa para a execução das obras de infraestrutura de “Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES.”

2.2 – Quantitativos

2.2.1 - Os quantitativos contratados serão de acordo à planilha orçamentária em anexo, no qual foi elaborada baseando-se nas demandas a realização da obra e nos projetos executivos.

2.2.2 - Os valores unitários para a execução dos serviços tiveram suas composições extraídas dos sistemas públicos de preço de referência.



2.2.3 - Quando inexistência da composição nos sistemas públicos de preço de referência, a mesma foi elaborada através dos preços dos insumos e serviços neles existentes.

2.3 – Vigência contratual

2.3.1 - O prazo de vigência do contrato será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.

2.3.2 - O prazo de vigência do contrato é superior ao tempo de execução dos serviços pelos seguintes motivos:

- a)** Amparar a necessidade de se prorrogar o prazo de execução, no caso de intercorrência na execução de algum serviço, não sendo a contratada a responsável, limitado ao prazo de vigência do contrato.
- b)** Propiciar tempo hábil para que sejam realizados serviços burocráticos, tais como, pagamentos de medição e de reajuste, quando necessário, ou ainda, realização de correções por parte da contratada.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1 - Especificações técnicas e quantidades do objeto a ser contratado, estão descritas no anexo I (pedido de compras), deste Projeto Básico.

ITEM	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01 SERVIÇOS PRELIMINARES			
01.01	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	0,20
01.02	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	8,00
01.03	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	10,00
01.04	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG	m	10,00
01.05	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	10,00




MUNICÍPIO DE ITARANA
 Estado do Espírito Santo
Poder Executivo

01.06	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	10,00
01.07	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	1,00
01.08	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1.21m2/func./turno), conf. projeto (2 utilização)	m ²	10,00
02 DRENAGEM			
02.01	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	15,00
02.02	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	15,00
02.03	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	4,00
02.04	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	2,00
02.05	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	26,00
02.06	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	8,45
02.07	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	2,00
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	2.101,73
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	1.000,00
02.10	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m ³	139,58
03 TERRAPLENAGEM			
03.01	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m ²	3.101,73
03.02	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m ²	9.238,86
04 PAVIMENTAÇÃO			
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	9.238,86
04.02	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	1.977,73
05 SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA (DURANTE A OBRA)			
05.01	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m ²	4,00
05.02	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	30,00
SINALIZAÇÃO PERMANENTE			
05.03	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m ²	4,00
06 OBRAS COMPLEMENTARES			



06.01	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	30,00
06.02	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	30,00

Tabela 01 - Itens da planilha orçamentária

4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - O(s) serviço(s) objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A presente contratação está devidamente fundamentada nos Estudos Técnicos Preliminares que integram este Projeto Básico como apêndice, onde se detalham as justificativas técnicas, a caracterização da necessidade e a definição dos quantitativos, com base em levantamentos in loco e diretrizes de planejamento previamente estabelecidas.

5.2 - Trata-se de demanda prevista no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2022/2025, especificamente vinculada à iniciativa “Calçamento no posto de Santa Joana até as duas igrejas”, o que demonstra o alinhamento da contratação com os objetivos estratégicos da Administração Municipal, em especial quanto à melhoria da mobilidade urbana e da infraestrutura de comunidades rurais.

5.3 – Ressalta-se, ainda, que os blocos de concreto e o meio-fio necessários à execução da obra serão fornecidos, a título de doação, pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), o que representa uma economia direta aos cofres municipais e reforça o caráter colaborativo da iniciativa, viabilizando sua execução com maior eficiência e menor custo global.

5.4 - A presente contratação será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, o Decreto Municipal nº 2011/2024 e demais disposições estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando que



todos os procedimentos sejam realizados conforme as normas legais e regulamentares vigentes.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CLICO DE VIDA DO OBJETO

6.1 - Descrição

6.1.1 - Considerando a necessidade de melhorar a infraestrutura urbana da localidade de Santa Joana, especialmente no trecho compreendido entre o posto de saúde e as duas igrejas da comunidade, e visando garantir a mobilidade dos moradores, o escoamento adequado das águas pluviais e o acesso seguro a equipamentos públicos, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar. Neste Estudo, foram analisadas as condições da via, realizado levantamento técnico e avaliada a melhor forma de contratação da obra, levando em conta os recursos disponíveis, o planejamento estratégico da gestão municipal e as normativas vigentes.

6.1.2 - A partir da análise realizada, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na execução de pavimentação com blocos de concreto intertravados, com implantação de meio-fio e estrutura de base e sub-base compatível com o tráfego local. Tal escolha visa garantir maior durabilidade da via, facilidade de manutenção e menor impacto ambiental. Além disso, trata-se de uma tecnologia apropriada ao contexto da localidade, que apresenta topografia acentuada em certos trechos e grande circulação de pedestres.

6.1.3 - A opção pela modalidade de Concorrência justifica-se pelo valor estimado da obra, que se enquadra nos limites legais para adoção desse rito licitatório, bem como pela complexidade técnica dos serviços envolvidos, o que demanda ampla disputa entre empresas especializadas, garantindo à Administração a proposta mais vantajosa sob os aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

6.1.4 - Importa destacar que os materiais principais, blocos de concreto e meios-fios, serão fornecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), por meio de doação formalizada. Essa condição representa uma vantagem significativa para o Município, pois reduz substancialmente o custo da obra e permite que os



recursos municipais sejam direcionados às etapas de infraestrutura, transporte dos materiais, execução dos serviços e acabamento.

6.1.5 - A empresa contratada será responsável por toda a execução da obra, incluindo a regularização e preparação do solo, implantação das camadas estruturais, assentamento dos blocos e meios-fios, compactação e acabamento final. Também caberá à contratada zelar pelo correto recebimento, transporte, armazenamento e utilização dos materiais doados, bem como observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis (notadamente da ABNT), o cronograma físico-financeiro aprovado e as exigências estabelecidas no projeto básico.

6.1.6 - Dessa forma, a solução proposta assegura a melhoria das condições urbanas da comunidade de Santa Joana, com investimentos otimizados por meio da parceria com o Governo do Estado, e promove o desenvolvimento local com responsabilidade fiscal, eficiência técnica e foco no interesse público. A execução da obra contribui diretamente para o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA 2022–2025), reforçando o compromisso da Administração com a qualidade de vida da população e com a valorização dos espaços públicos.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 – Das obrigações da contratada

7.1.1 - Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

7.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.3 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as



demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.1.4 - Comunicar ao Fiscal de Obra do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.1.5 - Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

7.1.6 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.1.7 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.8 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.1.9 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico, no prazo determinado.

7.1.10 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.11 - Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



7.1.12 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.13 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.1.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

7.1.16 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.1.17 - Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

7.1.18 - Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

7.1.19 - Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

7.1.20 - Manter integralmente responsável técnico preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.1.21 - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;



7.1.22 - Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.1.23 - Providenciar junto ao CREA/ES – Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ART) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);

7.1.24 - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

7.1.25 - Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

7.1.26 - Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

7.1.27 - Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.1.28 - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos;

7.1.29 - Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas



trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.1.30 - Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

7.1.31 - Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.1.32 - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

7.1.33 - Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021.

7.1.34 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.1.35 - Realizar, quando necessário, levantamentos e estudos complementares pertinentes a execução dos serviços, sem constituir custos adicionais, ou mesmo a prorrogação de seu prazo de vigência.

7.1.36 - Caso a CONTRATADA não cumpra com cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma para que possa ser analisado. A justificativa e o novo cronograma devem ser feitos via ofício protocolado e direcionados ao departamento de engenharia.



7.1.37 - A empresa CONTRATADA deverá proceder previamente ao estudo e análise dos documentos, que compõe este projeto básico, antes de sua execução, para que não haja nenhuma dúvida ou falta de informação que possa prejudicar o andamento dos serviços.

7.1.38 - As vistorias realizadas pela fiscalização do departamento de engenharia deverão ser obrigatoriamente acompanhadas pelo responsável técnico da CONTRATADA.

7.1.39 - Fornecer documentos para lançamento no sistema CIDADES sempre que for solicitado pelo departamento de engenharia.

7.1.40 - Entregar a obra dentro dos parâmetros estabelecidos em planilhas e memorial descritivo, devidamente limpa e pronta para utilização.

7.1.41 - Atender as Legislações Federais, Estaduais e Municipais.

7.2 – Das obrigações da contratante

7.2.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.2.3 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.2.4 - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.2.4.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;



7.2.4.2 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

7.2.4.3 - Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.2.5 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.2.6 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.2.7 - Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.2.8 - Comunicar por escrito e tempestivamente a CONTRATADA qualquer alteração ou irregularidade apontadas pelo Setor de Obra Pública e Engenharia na execução deste Contrato.

7.2.9 - Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

7.2.10 - A CONTRATANTE deverá emitir Ordem de Início dos Serviços para a CONTRATADA.

7.2.11 - Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo. Podendo a CONTRATANTE rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

7.2.12 - A CONTRATANTE deve observar para que sejam mantidas, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.



7.2.13 - Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

7.2.14 - Fornecer os materiais “bloco de concreto e meio-fio” no local de execução do calçamento rural, sem nenhum ônus para a CONTRATADA.

7.3 – Da participação de consórcio

7.3.1 - Fica permitida a participação de consórcios no presente certame, conforme disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Projeto Básico e no edital.

7.4 – Da exigência de amostra/catálogo

7.4.1 - Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

7.5 – Do tratamento favorecido MEI, ME, EPP e equiparadas

7.5.1 – Após a estimativa de preços, na elaboração da minuta de edital, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 2013/2024, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME, EPP e empresas equiparadas.

7.5.2 - Para item(ns) divisível(is), com valor(es) superior(es) ao estipulado no artigo 6º do Decreto Municipal nº 2013/2024, deverá ser aplicado o sistema de cotas, constante no artigo 9º do referido decreto, no percentual de até 25% (vinte e cinco) por cento.

7.6 – Da sustentabilidade

7.6.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente incluídos na descrição do objeto, é necessário cumprir os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nos incisos I a VI do art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.2 – A contratada deve cumprir com rigor os critérios estabelecidos em normas, especial o Decreto Municipal Nº 2011/2024, se atentando a questão da sustentabilidade esperados por este estudo.



7.6.3 – O procedimento das contratações públicas visa sempre atender ao interesse público. Esse conceito vai além da simples comparação de menores preços, exigindo a análise dos impactos positivos e negativos da aquisição, considerando aspectos como:

7.6.3.1 – Observância de normas e critérios de sustentabilidade;

7.6.3.2 – O emprego apurado dos recursos públicos;

7.6.3.3 – Conservação e gestão responsável de recursos naturais;

7.6.3.4 - Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;

7.6.3.5 - Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.

7.6.4 – No art. 45, Lei nº 14.133/21, as obras e serviços de engenharia devem observar, de forma prioritária, diretrizes que assegurem a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a aplicação de medidas de mitigação e compensação ambiental, e a preferência por soluções que promovam a eficiência energética e o uso racional de recursos naturais. Também é essencial considerar os efeitos sobre a vizinhança e garantir a preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, por meio da análise dos impactos, diretos ou indiretos, associados à execução do objeto pela CONTRATADA.

7.6.5 - Considerando o marco normativo aplicável, a contratação objeto desta Concorrência configura-se como obra de engenharia, cuja execução resultará, inevitavelmente, na geração de resíduos da construção civil. Dessa forma, caberá à empresa contratada adotar medidas para reduzir ao máximo a produção desses resíduos e assegurar a destinação ambientalmente adequada dos materiais gerados, com o objetivo de mitigar eventuais impactos ao meio ambiente.

7.6.6 - Diante disso, na execução da pavimentação e drenagem deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.



7.7 – Da subcontratação

7.7.1 - Não será permitido nenhum tipo de subcontratação.

7.8 – Da visita técnica.

7.8.1 - Apesar de não ser um critério obrigatório, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos recomenda que todos os licitantes visitem o local da execução dos serviços para terem conhecimento pleno da obra a ser executada e dos impactos ambientais consequentes. O objetivo da visita é que os preços ofertados pelas empresas reflitam com exatidão nos serviços a serem executados, evitando-se futuros pleitos de aditivos indevidos ao contrato.

7.8.2 - Caso a empresa participante queira realizar a visita ao local, o licitante deverá agendar junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos através do e-mail smtosu@itarana.es.gov.br.

7.8.3 - As empresas participantes deverão apresentar uma declaração formal, sob as penas cabíveis, de que possui pleno conhecimento das condições da execução das obras e ou serviços, bem como dispõe de instalações, pessoal especializado, máquinas e equipamentos, os quais deverão estar disponíveis nas quantidades e qualidades mínimas necessárias ao cumprimento do objetivo.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 – Do local e execução do serviço

8.1.1 – A obra deverá ser executada no local conforme mapa abaixo.



Fonte: Google Earth Pro

8.2 – Prazo para início e execução da obra

8.2.1 - O prazo para início da execução da obra deve ser em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica, conforme Art.183, §2º da Lei 14.133/21.

8.2.2 - O prazo estipulado para execução e conclusão da obra será de 120 (cento e vinte) dias, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme Art. 6º, inciso XVII da Lei 14.133/21;

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 – Do controle e da fiscalização da execução



9.1.1 - A fiscalização e coordenação dos serviços serão feitas por representantes da PMI – através de suas respectivas designações por portaria antes da emissão da ordem de serviço.

9.1.2 - Antes de iniciar a execução da obra em questão o Fiscal de Execução do Contrato juntamente com o Fiscal Gestor do Contrato fará uma reunião para conhecer os responsáveis pela execução da CONTRATADA e alinhar todas as questões pertinentes ao bom funcionamento da obra.

9.1.3 - O Fiscal de Execução do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.1.4 - A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor. O controle de qualidade e outras exigências da Fiscalização não eximem a Contratada de sua inteira responsabilidade técnica e civil pelas obras que executar.

9.1.5 - O fiscal designado deverá fazer avaliação dos materiais utilizados na execução dos serviços e sua conformidade com as especificações da Planilha Orçamentária e Proposta Comercial.

9.1.6 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei 14.133/21.

9.1.7 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.



9.1.8 - A execução dos serviços obedecerá rigorosamente a todas as orientações dos projetos contidos no Projeto Básico e no Memorial Descritivo, ficando a critério da Fiscalização impugnar, mandar demolir ou refazer qualquer serviço que não estejam de acordo com os documentos supracitados. As incompatibilidades deverão ser tratadas com autor do projeto e o Fiscal de Execução do Contrato, objetivando solução técnica compatível com as condições reais do processo executivo. Não é permitido modificação/alteração dos projetos, sem autorização expressa do autor do projeto.

9.1.9 - A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.1.10 - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.1.11 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.1.12 - Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.1.13 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.1.14 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos



toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.1.15 - A empresa CONTRATADA deve manter na obra um ou mais profissionais que façam parte do seu quadro permanente, e que sejam de nível Técnico Superior, detentores de atestado de capacidade técnica, e registrados em sua entidade profissional.

9.1.16 - A Empresa CONTRATADA deverá manter no local da execução da obra, um RDO (relatório diário de obra) atualizado, com informações importantes sobre o desenvolvimento das atividades em cada dia. Nele, deverá ser anotado tudo o que acontecer de importante na obra durante o dia, quais sejam, números de funcionários (divididos por função), os serviços feitos, os equipamentos utilizados, materiais recebidos no local, as condições do clima, os impactos sobre o andamento da obra, divergência entre planilha orçamentária e projetos. Caso haja visita de autoridade municipal ou estadual no canteiro de obras, a contratada deverá registrar essa ocorrência e falhas nos equipamentos que refletem em horas improdutivas, entretanto se houver paralisação, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra.

9.1.17 - A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, tela dentre outros meios com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

9.1.18 - Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material.

9.1.19 - A CONTRATADA deverá manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s (Certificado de Aprovação (CA)) e 9.1.20 - Equipamento de Proteção Coletiva – EPC’s, durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados.

9.1.20 - A CONTRATADA deverá se informar com ao Fiscal de Execução do Contrato sobre o local onde serão instalados os tapumes e os barracões, que servirá de base para a administração da obra por parte da CONTRATADA (caso seja necessário).



9.1.21 - Para a realização dos serviços, a Empresa CONTRATADA deverá sinalizar convenientemente os locais de intervenções, obedecendo à indicação da Administração, de forma a garantir a segurança necessária para os seus funcionários, que executam os serviços, e para os moradores do local. Os custos referentes a esses serviços deverão ser incluídos nos preços unitários propostos, bem como todos os equipamentos de proteção individual exigidos para utilização durante a fase da obra.

9.1.22 - Todos os serviços de sinalização deverão ser instalados antes de se iniciar qualquer serviço em vias como: sinalização a partir de placas, telas de proteção, cavaletes de madeira e cones, além de iluminação noturna para os moradores transitarem e adentrarem em suas casas em segurança.

9.1.23 - Todos os serviços que forem aditivados aos projetos iniciais, só deverão ser executados/liquidados após contrato do serviço aditivado assinado.

9.1.24 - O local onde serão realizados os serviços deverá ser entregue limpo, sem material excedente, pronto para o uso público.

9.2 – Das sanções administrativas

9.2.1 - Independente de outras sanções legais cabíveis, o MUNICÍPIO poderá aplicar cominações a CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições previstas para a contratação, de acordo com a previsão do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.2 - A CONTRATADA que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos, que não gerem prejuízo para à MUNICIPALIDADE.

b) MULTA

b.1) MULTA DE MORA pelo atraso injustificado no início da execução da obra, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação.



$$M = (C/T) \times N \times F$$

Onde:

M=valor da multa

C=valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso.

T=prazo para execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis

N=período de atraso em dias corridos

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	F
1º- Até 10 dias	0,05
2º- De 11 a 20 dias	0,08
3º-De 21 a 30 dias	0,10
4º-De 31 a 40 dias	0,12
5º-Acima de 41 dias	0,15

b.2) MULTA COMINATÓRIA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando o CONTRATADO, sem a existência de motivo justo, der causa à inexecução parcial do Contrato;

b.3) Multa COMINATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

b.4) As multas moratórias e cominatórias são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

b.5) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.



b.6) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

b.7) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nas letras "a", "c", "d" e "e" abaixo.

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com o Município de ITARANA por um período de até 02 (dois) anos, nos casos de recusa nos casos de recusa quanto à assinatura do instrumento contratual, fornecimento de produtos ou prestação dos serviços.

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.

e) IMPEDIMENTO de licitar e contratar com o Município de ITARANA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas para a contratação, ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato e/ou instrumento substitutivo, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.2.3 - Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no Art. 157 e Art. 158, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.4 - As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Municipalidade, através do Chefe do Poder Executivo, após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

9.2.5 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com acuso de recebimento, onde será indicada a conduta



considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

9.2.6 - O prazo para apresentação da defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no Art.157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.7 - A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

9.3 – Do recebimento e do aceite do objeto

9.3.1 - O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto no Artigo 140 da Lei nº 14.133 de 2021.

9.3.2 - A obra deverá ser entregue livre de entulhos, depósito de materiais utilizados na obra ou qualquer forma de material estranho, resultantes da execução da obra.

9.3.3 - O objeto desta licitação será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no período de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 30 (trinta) dias.

9.3.4 - O recebimento definitivo não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.



9.3.5 - A obra deverá ser recebida pelo Setor de Engenharia, sendo este o órgão fiscalizador, podendo o mesmo solicitar exigências que, porventura não foram cumpridas no projeto ou no memorial.

9.3.6 - Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com os projetos, sob pena de rejeição do serviço.

9.3.7 - O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma aprovado.

9.3.8 - A utilização de material de má qualidade que não for aprovado pelo fiscal da obra, deverá ser substituído e reavaliado quando da aplicação do novo material de acordo com a fiscalização da obra.

9.4 – Das garantias

9.4.1 – Da garantia do serviço

9.4.1.1 - A obra terá garantia de 05 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo dos serviços e obras, por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, que descreve o seguinte: “nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”.

9.4.2 - Da garantia de execução do contrato

9.4.2.1 - O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

9.4.2.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por:



- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia,
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.4.2.3 - Caso a contratada optar pela modalidade prevista na alínea "b" do item anterior, terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para a prestação da garantia.

9.4.2.4 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento).

9.4.2.5 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

9.4.2.6 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Em ambos os casos o prazo para liberação ou restituição será de até 90 (noventa) dias.

9.5 – Do reajuste



9.5.1 - Os preços propostos serão reajustados, conforme a Lei nº 14.133/2021, decorrido 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento base da PMI.

9.5.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após um ano contado da data do orçamento base da PMI, aplicando-se o índice para obras públicas Parceria FGV, IBRE e DNIT.

9.5.3 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.5.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.5.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

9.5.6 - Critério de Reajustamento:

$$K = \frac{Ii - Io}{Io}$$

Onde:

k = Coeficiente de reajustamento no período;

Ii = Índice no mês de aniversário do reajustamento;

Io = Índice de preços iniciais. Será o índice INCC do período de apresentação da proposta de licitação

$$R = M \times k$$

Onde:

R = Valor do reajuste a ser aplicado;

M = Medição com valores da apresentação da proposta de licitação.

k = Coeficiente de reajustamento no período;

9.6 – Do reequilíbrio econômico-financeiro



9.6.1 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

9.6.2 - A análise para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato será baseada em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repactuação objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.6.3 - Ainda para fins de análise do pedido de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, será utilizado como parâmetro principal a matriz de alocação de riscos, sendo ela cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Sendo assim, para fins de pleito de reequilíbrio, somente será analisado os itens que não estejam definidos como responsabilidade da contratada.

9.6.4 - O prazo para fins de primeira análise e resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 60 (sessenta) dias úteis.

9.7 – Da repactuação de preços

9.7.1 - O presente objeto não se enquadra pedidos de repactuação de preços, visto que tal metodologia se aplica unicamente a contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, o que não é o caso.

9.8 - Das condições de importação e taxa de câmbio

9.8.1 - O objeto desta licitação possui metodologias de execução e insumos com fornecimentos nacionais, não vislumbrando este setor técnico da necessidade de importação ou mesmo taxas para câmbio, portanto no que se refere o Art. 92, inciso XV da Lei 14.133/21 não se aplica ao objeto desta licitação.

9.9 – Das ações de responsabilidade ambiental



9.9.1 - Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar estritamente as normas técnicas de proteção ambiental, de forma a promover sempre o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

9.9.2 - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautarão em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela CONTRATADA:

I — Utilizar-se das medidas de controle para cada impacto ambiental citado no Estudo Técnico Preliminar;

II - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes;

III - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

IV - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, repassando a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água;

V - Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

VI - Execução dos serviços de forma a minimizar os impactos ambientais sobre os elementos naturais (flora, fauna, recursos hídricos, etc.) existentes no local da realização.

9.9.3 - A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

9.9.4 - Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.



9.9.5 - A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética de seus equipamentos.

9.9.6 - A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

9.9.7 - A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil da obra, visando à classificação e separação ambientalmente adequada dos resíduos.

9.9.8 - Os resíduos devem ser separados na fonte de acordo com a sua classificação (A, B, C e D) e acondicionados nas áreas específicas no canteiro de obras. A separação na fonte facilita a remoção e o encaminhamento à destinação diferenciada.

9.9.9 - Os procedimentos para triagem e acondicionamento dos resíduos de construção civil gerados na implantação das obras de infraestrutura do empreendimento, terão 03 vertentes distintas: segregação e acondicionamento transitório na fonte geradora, acumulação final e remoção.

10. DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 - DAS MEDIÇÕES

10.1.1 - As medições dos serviços executados serão realizadas preferencialmente mensalmente, cujo período será do primeiro ao último dia do mês, exceto a primeira e a última medição que dependerá da data de início e término da execução da obra.

10.1.2 - Para quitação das medições, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- i) Certidões de Regularidades Fiscais (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito Estadual, Certidão Negativa



de Débito Municipal da Sede da licitante e do município de Itarana) e Certidão de Regularidade com o FGTS-CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidão Negativa de Falência e Concordata;

- ii) Anotação de Responsabilidade técnica - ART da obra (apenas na 1^a medição ou quando mudar o responsável técnico pela execução da obra);
- iii) Matrícula da obra junto ao CNO (apenas na 1^a medição);
- iv) Prova de recolhimento junto ao FGTS, referente ao mês de execução dos serviços;
- v) Prova de recolhimento junto ao INSS (vinculado ao CNO da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- vi) Folha de pagamento (vinculado ao CNO da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- vii) Relatório que demonstre a relação de empregados cadastrados no CNO – GFD – Guia do FGTS Digital gerado pelo ambiente FGTS DIGITAL;
- viii) Declaração de regularidade dos documentos contábeis da empresa assinada pelo contador.

10.1.3 - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar juntamente com a nota fiscal Declaração comprovando que a alíquota utilizada para o desconto está de acordo com o faturamento da empresa e extrato do simples nacional.

10.2 - DO PAGAMENTO

10.2.1 - O faturamento do serviço ocorrerá no ato de entrega dos mesmos, conforme a Autorização de fornecimento/Execução e nota de empenho, mediante apresentação dos documentos (s) fiscal (is) hábil (eis), sem emendas ou rasuras, e dos documentos de regularidade fiscal.



10.2.2 - O pagamento ocorrerá após entrega dos serviços e verificação e posterior aceitação e quitação da Nota Fiscal. A Secretaria requisitante, após a conferência e a certificação, fará um ATESTADO de que o serviço foi entregue de forma satisfatória.

10.2.3 - Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento após o recebimento dos mesmos.

10.2.4 - Caso a Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção, ficando estabelecido que o valor e prazo para pagamento sejam considerados a partir da data da apresentação dos documentos fiscais devolvidos sem erros.

10.2.5 - O pagamento dar-se-á em até 20 (vinte) dias corridos após o aceite e ateste da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, em favor da CONTRATADA e será pago mediante ordem bancária diretamente na conta corrente do mesmo, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

10.2.6 - Após o prazo acima referenciado será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND$$

100

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso

10.2.6.1 - Incumbirá a CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo MUNICÍPIO, juntando-se à respectiva discriminação do serviço efetuado, e o memorial de cálculo da fatura.

10.2.7 - Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos ao CONTRATADO para correção, ficando estabelecido que o valor e prazo para



pagamento sejam considerados a partir da data da apresentação dos documentos fiscais devolvidos sem erros.

10.2.8 - Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

10.2.9 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária da CONTRATADA, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.

10.2.10 - O pagamento poderá ser suspenso no caso de não cumprimento de quaisquer das obrigações que possam de qualquer forma, prejudicar o interesse do Município.

10.2.11 - É vedada, terminantemente, a antecipação de pagamentos sem a efetiva entrega do objeto.

10.2.12 - Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais, trabalhista, FGTS e recuperação judicial e extrajudicial.

10.2.13 - A CONTRATADA será responsável pela prestação dos serviços, aos preços unitários por ela propostos e aceitos pelo MUNICÍPIO.

10.2.14 - O pagamento poderá ser sustado nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o Contratante;
- b) inadimplência de obrigações da Contratada para com o Município de Itarana, por conta do estabelecido no Contrato;
- c) não entrega do objeto Contratado nas condições estabelecidas; e
- d) erros ou vícios na Nota Fiscal/Fatura.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 – Modalidade



11.1.1 - A contratação será através da modalidade de licitação “Concorrência”, conforme Art. 28, inciso II, da lei 14.133/21, com julgamento da proposta pelo tipo “menor preço”, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

11.1.2 - A escolha do tipo menor preço é mais vantajosa para a Administração, contudo, deve ser obedecido o disposto no inciso V, §4º e §5º do Art.59 da Lei 14.133/2021.

11.1.3 - A escolha pelo regime de empreitada por preço unitário é justificada pela imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, visto se tratar de uma obra de pavimentação, como por exemplo, no caso de movimentação de terra.

11.2 - Critérios de seleção/condições de habilitação

11.2.1 - Documentos para habilitação:

- Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;
- Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho de Classe correspondente (CREA/CAU), com jurisdição sobre o domicílio da sede da mesma, através da apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica;
- Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho de Classe (CREA/CAU) da região da sede da empresa ou outra entidade profissional competente do profissional de nível superior;
- Capacitação técnico-profissional, cuja comprovação se dará pelo fato de a licitante possuir em seu quadro, profissional devidamente reconhecido pelo CREA/CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obras de características semelhantes a do objeto do presente edital, conforme tabela abaixo.



ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	UNID.	CUSTO CONF. PLANILHA	Porcentagem em relação ao valor total
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	R\$ 106.410,59	18,11%
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	R\$ 87.920,00	14,97%
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	R\$ 273.285,48	46,52%

Tabela 02 - Ordem dos serviços considerados como relevantes.

a) O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

b) O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

- Atestado(s) técnico-operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução pretérita pela licitante de serviços compatíveis em características com o objeto licitado, nos termos do projeto básico que a especifica, sendo necessária, para efeito de compatibilidade a demonstração de execução pretérita de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, segundo o §1º do Art. 67 da Lei nº 14.133/21, além de considerar também quantitativo mínimo de 30% a incidir sobre o quantitativo individual de cada item solicitado como maior relevância, em observação ao Art. 67, § 2º da Lei 14.133/21, conforme segue:

ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	UNID.
------	--------	-------	-------------------	-------





MUNICÍPIO DE ITARANA
 Estado do Espírito Santo
Poder Executivo

					Quant. a apresentar (30%)
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	630,51
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	300,00
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	2.771,66

Tabela 03 - Ordem dos valores dos serviços considerados como relevantes.

ITEM	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	JUSTIFICATIVA
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	<p>Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 106.410,59, representando 18,11% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo.</p> <p>A relevância deste item é considerada com base na importância do assentamento do meio fio para garantir eficiência do travamento dos blocos intertravados, garantindo eficiência do pavimento.</p>
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	<p>Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 87.920,00, representando 14,97% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo.</p> <p>A relevância deste item é considerada com base na importância do assentamento do meio fio para garantir eficiência do travamento dos blocos intertravados, garantindo eficiência do pavimento, além, de seu fornecimento com a qualidade prevista.</p>
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	<p>Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 273.285,48, representando, 46,52% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo.</p> <p>A relevância desse item é considerada com base na importância de se executar corretamente a declividade transversal do pavimento para assim obter o perfeito escoamento da água pluvial, e também executar o nivelamento da pista de rolamento conforme projeto.</p>

Tabela 04 - Justificativa dos serviços considerados como relevantes.



- Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura), caso a empresa ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos os documentos a serem apresentados limitar-se-ão ao último exercício;
- Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE)}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{(ATIVO\ TOTAL)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE)}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{(ATIVO\ CIRCULANTE)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE)}$$

As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação, devido ao valor total previsto da obra e a previsão do cronograma físico-financeiro.

A porcentagem definida reflete um patrimônio mínimo necessário para execução da 1ª etapa da obra.

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Negativa de Pedido de Falência, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);
- Declaração de atendimento ao Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- Declaração de Responsabilidade Ambiental, conforme;
- Declaração de indicação e de responsabilidade técnica.

11.3 – Da proposta de preços

11.3.1 - A proposta de preços será dividida entre **Orçamento sintético** (planilha com descrição dos itens, quantidades, valores unitários com e sem BDI e valores globais) e quando solicitado pela comissão licitatória, **Orçamento analítico** (Composição de custo de todos os itens, cronograma físico-financeiro, detalhamento do BDI e detalhamento dos encargos sociais).

11.3.2 - Após a fase de lances, a Licitante melhor classificada será convocada para reelaborar e apresentar a Administração a proposta de preços adequada ao seu último lance, juntamente com o **Orçamento Sintético** indicando os quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração;

11.3.3 - Juntamente com a proposta de preços atualizada, na forma do item anterior, em caso de solicitado pela equipe licitatória, a licitante melhor classificada deverá apresentar de forma atualizada o **Orçamento Analítico** (Composição detalhada das especificações e dos custos dos preços unitários de **TODOS** os itens da planilha orçamentária, discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, o Cronograma Físico-



Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais).

11.3.4 - Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

11.3.4.1 - Preço unitário de cada item da planilha orçamentária e global, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), obedecidos os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, Planilha orçamentária e demais condições previstas neste Projeto Básico e no Edital;

11.3.4.2 - Inclusão de todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

11.3.4.3 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão da licitação.

11.3.5 - Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, equipamentos e serviços;

11.3.6 - O licitante deverá apresentar os preços unitários e detalhamento dos encargos sociais e de BDI;

11.3.7 - Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

11.3.8 - Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

11.3.9 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

11.3.10 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.



11.3.11 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

11.3.12 - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.4 - Condições e comprovações de consórcios, previstas no art. 15 da lei nº 14.133/2021

11.4.1 – Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

11.4.2 – A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

11.4.3 – No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

11.4.4 – As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;

b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;



- c) Discriminar a empresa líder;
- d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
- e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

11.5.5 - A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

11.5.6 - Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.5.7 – Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

11.5.8 - O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

11.5.9 – No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

11.5.10 - No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

12. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO



12.1 - Os preços unitários para a execução dos serviços tiveram suas composições extraídas dos sistemas públicos de preço de referência, sem desoneração.

12.2 - Nos casos em que a composição foi inexistente em todos os sistemas, ela foi montada através dos preços de insumos e /ou serviços neles existentes.

12.3 - O Valor do referido objeto será de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), conforme planilha Orçamentária em anexo.

13. ADEQUEÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Trata-se de obra a ser realizada por recurso de leilão e royalties estadual, conforme dotação orçamentária:

Recurso	Dotação
Leilão	Ficha: 266 Fonte: 1755
Royalties Estadual	Ficha: 266 Fonte: 1705

14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA OBRA

A obra será fiscalizada tanto no andamento quanto na execução pelo fiscal responsável.

Atribuições do Fiscal Técnico: acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, avaliando sua quantidade e qualidade, prazo e modo de execução, bem como resolver todas as questões técnicas relativas aos serviços contratados.

- a. Esclarecer incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Projeto Básico ou Projeto Executivo do processo licitatório que deu origem ao contrato sob sua responsabilidade;
- b. Analisar e aprovar partes e etapas da obra ou serviço, em obediência ao previsto no Projeto Básico ou executivo do processo licitatório que deu origem ao contrato sob sua responsabilidade;
- c. Verificar e atestar as medições dos serviços;



- d. Acompanhar a elaboração do “As built” da obra (como construído), ao longo da execução dos serviços;
- e. Verificar o cumprimento do cronograma físico-financeiro apresentado por ocasião da licitação, bem como exigir a apresentação de readequações por ocasião de prorrogações e/ou alteração dos serviços, de forma a facilitar o acompanhamento e a execução das obras e serviços de engenharia sob sua responsabilidade;
- f. Com relação ao atendimento de prazos e cronograma, verificar se o quantitativo de materiais, equipamentos e funcionários especificados na planilha orçamentária conferem com os alocados efetivamente no canteiro de obras;
- g. Verificar as condições de saúde e segurança do trabalho, bem como se os equipamentos de proteção individual estão sendo fornecidos e utilizados, a fim de evitar futura responsabilização subsidiária trabalhista;
- h. Certificar-se de que a contratada mantém um “Diário de Ocorrências”, permanentemente disponível no local da obra ou serviço;
- i. Se houver a necessidade de suspensão dos serviços, o(s) Fiscal (ais) deverão comunicar ao Gestor, que, por sua vez, deverá notificar a Contratada, emitindo a Ordem de Suspensão de Serviços ou documento equivalente;
- j. Se houver a necessidade de modificações nos projetos e /ou alterações quantitativas e/ou qualitativas, o(s) Fiscal (ais) deverão comunicar ao Gestor, devendo conferir se as planilhas orçamentárias estão de acordo com as alterações efetuadas e os valores em acordo com os índices setoriais e/ou pesquisa de mercado;
- k. Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade.

Atribuições do Fiscal Administrativo: servidor representante da área administrativa, indicado para fiscalizar contratos quanto a seus aspectos administrativos, previdenciárias,



fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

- a. Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- b. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- c. Acompanhar e verificar se a caução da garantia do contrato foi emitida, se está válida, e ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo de serviços, de acordo com a Lei, a CONTRATADA deverá proceder o reforço da caução inicial no mesmo percentual acima estabelecido.

Fiscalização Técnica

Ficam indicados o Engenheiro Civil **Gabriel Pesente Piorotti**, CREA-ES 052453/D, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, como representante da Administração responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto do contrato.

Em caso de afastamento ou impedimento do Fiscal em exercer suas funções, a fiscalização será realizada pela Arquiteta e Urbanista **Carla Demoner Malta**, CAU A232085-1.

Fiscalização administrativa

- a. **Fernanda Medeiros da Vitória**, lotada no cargo de auxiliar administrativa, matrícula nº 006573.

O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

15. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- a) O Município se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021.



- a.1) A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado, expressamente, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, poderão ultrapassar o limite estabelecido.
- b) Na hipótese de inclusão de "itens novos" que não estavam previstos em contrato, deverá ser utilizado o referencial de preços da Planilha Orçamentária licitada com a seguinte metodologia para determinação dos preços unitários:
- b.1) BDI será corrigido para o percentual apresentado pela contratada na proposta da licitação e ainda aplicado o índice de desconto utilizado pela mesma à época da licitação.
- c) Na necessidade de interrupção da execução da obra, a eventual mobilização e posterior desmobilização da contratada não implicará em qualquer acréscimo do valor contratual.

16. DO MEIO AMBIENTE

16.1 - Independentemente da obra ou serviço objeto do presente Contrato possuir ou não Licença Ambiental em nome do Município de Itarana/ES, a CONTRATADA deverá obter, antes do início das obras, sem ônus para o Município de Itarana/ES, todas as licenças ou autorizações ambientais que sejam de sua responsabilidade e necessárias para a operacionalização dos serviços e atividades que irá desenvolver, e para as áreas de apoio que irá utilizar para execução do objeto contratado, tais como: licença para instalação de canteiro de obra, outorga para o uso de recursos hídricos, autorização para supressão florestal em áreas de apoio, licença para instalação de equipamentos para beneficiamento de materiais, como por exemplo, britador, usina de asfalto ou de concreto e autorização para armazenamento de material betuminoso e combustível.

16.2 - A CONTRATADA deverá utilizar materiais terrosos e pedregosos somente de áreas de empréstimo ou jazidas devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes, quando couber. Caso haja necessidade de utilizar áreas que ainda não possuem licença a CONTRATADA deverá informar ao Município de Itarana/ES, com antecedência, para que sejam tomadas as providências cabíveis.



16.3 - A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado as exigências de limpeza, higiene e segurança.

16.4 - A CONTRATADA fica responsável, inclusive por atos de seus empregados, pela preservação da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.

16.5 - A CONTRATADA se responsabilizará, sem ônus para o Município de Itarana/ES, pela completa desmobilização de todas as estruturas de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços, bem como pela recuperação/reabilitação das áreas utilizadas, e pela adequada gestão dos resíduos (coleta, armazenamento e destinação) por ela gerados na obra;

16.6 - Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a Administração:

- a) recuperação ou restauração por impacto ao meio ambiente que, por sua culpa, tenha ocorrido, nos termos definidos pelo órgão fiscalizador;
- b) as multas que venham a ser aplicadas pelo órgão fiscalizador, por descumprimento do que disposto neste Contrato.
- c) Eventuais multas e qualquer outro custo ou encargo relativo às obrigações previstas nesta Cláusula, se suportados pelo Município de Itarana/ES, serão descontados dos pagamentos devidos a CONTRATADA ou das garantias oferecidas ou, ainda, cobrados judicialmente, servindo para tanto o instrumento como título executivo extrajudicial.

17. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

17.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto



Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17.1.1 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

17.1.2 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

17.1.2.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

17.1.2.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

17.1.2.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

17.2 - Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.2.1 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.2.2 A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.3 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e



informações de acessos não autorizados e de situações accidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.3.1 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

17.3.2 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

17.4 - Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

17.5 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

17.5.1 – Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

17.5.2 – A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.



17.5.3 – A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

17.5.4 – Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

17.6 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Itarana – ES, 28 de julho de 2025.

Assinado por GABRIEL PESENTE
PIOROTTI 140.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
28/07/2025 08:55:02

Gabriel Pesente Piorotti

Responsável Técnico PMI

Matrícula 006931

Assinado por CARLA DEMONER
MALTA 152.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
28/07/2025 09:09:49

Carla Demoner Malta

Responsável Técnico PMI

Matrícula 006954



Assinado por JOSIL CARLOS GALAZZI 088.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
28/07/2025 09:07:57

Josil Carlos Galazzi

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Portaria nº 008/2025



ANÁLISE TÉCNICA CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assunto: Concorrência – Art. 6, Inciso XXXVIII, da Lei 14.133/2021.

DESPACHO

Nos termos do **§4º do artigo 4º da Portaria nº 1.494/2024**, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, deverão ser encaminhadas para análise e aprovação da Comissão de Planejamento das Contratações.

Vale ressaltar que, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, trata-se de demanda específica de alta complexidade, cuja unidade demandante possui especialidade no objeto, o qual, assim, solicita por compra não compartilhada com demais órgãos.

Por se tratar de objeto específico para o órgão demandante, os quais documentos foram elaborados por sua equipe técnica, caberá a Comissão de Planejamento das Contratações, verificar nos autos do processo, o atendimento mínimo estabelecido para elaboração de documentos na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2011/2024, não entrando no mérito do estudo do objeto e viabilidade.

Ressalta-se, também que, os documentos elaborados pela equipe da demandante, já vem assinado e aprovado pela autoridade do órgão demandante, deverá passar pelo crivo jurídico e, por fim, a autorização de abertura de compra pela autorização máxima do Município de Itarana/ES.

Diante de todo exposto acima, passamos análise dos documentos constantes nos autos do processo:

- 1) Consta nos autos do Processo Documento de Formalização de Demanda, devidamente preenchido com os requisitos mínimos para contratação;



2) Quanto ao Estudo Técnico Preliminar, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	SIM	NÃO
DESCRÍÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021	X	
ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021	X	
DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES Art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021	X	
LEVANTAMENTO DE MERCADO Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DO VALOR Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021	X	
DESCRÍÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO Art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021	X	
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
RESULTADOS PRETENDIDOS Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021	X	
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021	X	
COMPRA/CONTRATAÇÃO CORRELATIVA/OU INTERDEPENDENTE Art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSICIONAMENTO CONCLUSIVO Art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
DO MAPA DE RISCO Art. 18, X da Lei n. 14.133/2021	X	
OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: Sem necessidade de complemento.		



3) Quanto ao Termo de Referência, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

TERMO DE REFERÊNCIA	SIM	NÃO
Art. 6º, inciso XXIII, letra "a" da Lei n. 14.133/2021 Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "b" da Lei n. 14.133/2021 Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "c" da Lei n. 14.133/2021 Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "d" da Lei n. 14.133/2021 Requisitos da contratação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "e" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "f" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "g" da Lei n. 14.133/2021 Critérios de medição e de pagamento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "h" da Lei n. 14.133/2021 Forma e critérios de seleção do fornecedor.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "i" da Lei n. 14.133/2021 Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "j" da Lei n. 14.133/2021 Adequação orçamentária.	X	
Art. 40, inciso V, § 1º, I da Lei n. 14.133/2021 Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.	X	



Art. 40, inciso V, § 1º, II da Lei n. 14.133/2021 Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso.	-	-
Art. 40, inciso V, § 1º, III da Lei n. 14.133/2021 Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.	X	
OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: Sem necessidade de complemento.		

À frente da análise de atendimento aos requisitos mínimos de preenchimento dos relatórios constantes nos autos do processo, a Comissão de Planejamento das Contratações, **por unanimidade**, conclui que, **Não Há Óbice** ao Prosseguimento da Demanda.

Segue processo administrativo que tem por objeto a contratação para a execução da obra de drenagem e pavimentação com blocos de concreto intertravados na Comunidade de "Santa Joana", localizada na zona rural do município de Itarana/ES. Considerando a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos (SMTOSU), bem como os elementos constantes nos autos, dá-se prosseguimento à instrução do processo, com vistas à formalização dos atos necessários à deflagração do certame licitatório para contratação da obra.

A obra em questão reveste-se de relevante interesse público, considerando sua contribuição direta para a melhoria da infraestrutura urbana da comunidade em questão.

À senhora Secretária de Administração e Finanças, Roselene Monteiro Zanetti, a análise financeira e contábil do processo, com atenção especial para os seguintes pontos:

- Verificação de Contratação de Despesas de Mesma Natureza:** A Secretaria de Administração e Finanças (Semaf) deve realizar a análise da compatibilidade e conformidade das despesas com a natureza da aquisição, ou



seja, verificar se o que está sendo contratado corresponde exatamente à necessidade identificada nas unidades escolares.

- 2. Verificação dos Recursos Orçamentários Disponíveis:** É necessário revisar os saldos das dotações orçamentárias específicas alocadas para esta aquisição, para garantir que os recursos financeiros estão disponíveis para suportar os custos previstos e que não haverá sobrecarga no orçamento da Secretaria.
- 3. Aportes e Tramitações Financeiras:** A análise deve incluir a verificação dos saldos disponíveis para aportes adicionais, caso necessário, bem como o acompanhamento das tramitações financeiras do processo, para garantir que todos os pagamentos e fluxos de recursos sejam realizados de maneira regular e dentro do cronograma estabelecido.
- 4. Confirmação de Dotação Orçamentária e Procedimentos Sucessivos:** Confirmar a correta alocação de recursos na dotação orçamentária apropriada. Além disso, a Secretaria de Administração e Finanças deve garantir que todas as etapas seguintes do processo, incluindo o cumprimento de requisitos legais e a execução do contrato, sejam realizadas de forma adequada, respeitando todos os normativos fiscais e orçamentários.

Caso a análise seja bem-sucedida, com o acompanhamento detalhado e rigoroso da execução financeira, o processo poderá seguir para a elaboração da minuta do edital e seus anexos, garantindo que a contratação do serviço ocorra de forma transparente, eficiente e em conformidade com as diretrizes legais e o planejamento orçamentário da Secretaria.

Atenciosamente,

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118...
MUNICÍPIO DE ITARANA
28/07/2022 09:41:32

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024



ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



DESPACHO

AO SETOR DE CONTABILIDADE

REFERÊNCIA: Processo nº 003365/2025.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

ASSUNTO: Solicitação de elaboração do Estudo Técnico Preliminar, referente à execução de obra de Drenagem e Pavimentação na Comunidade de Santa Joana.

Processo Administrativo Nº 003365/2025, autuado em Segunda-feira, 21 de Julho de 2025003 interessado Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos - Smtosu, referente solicitação de contratação de serviços de execução de obras de infraestrutura de "Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES.";

Solicito ao Setor de Contabilidade, verificar a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como, informar dotação orçamentária e confirmar se estão corretas a ficha e as fontes indicadas no Projeto Básico página nº 154;

Após, retornar à Comissão de Planejamento de Contratações - CPC para elaboração da Minuta do Edital e Minuta do Contrato;

Na sequência, à PGM para análise dos Atos do processo, da minuta do edital/contrato; e emissão do parecer jurídico;

Por fim, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a abertura do procedimento licitatório.

Tramite- com **Urgência**.

Atenciosamente,

Itarana 28, de julho de 2025

Assinado por ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
674.***_**
MUNICÍPIO DE ITARANA
28/07/2025 11:09:58

ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Portaria nº 003/2025



Ao: Comissão de Planejamento de Contratações - CPC

Remetente: Setor de Contabilidade

DESPACHO:

Informo que a ficha está de acordo com a despesa requerida e que a fonte de recursos está contemplada no orçamento 2025, de acordo com o ppa e as diretrizes orçamentárias, conforme dotação orçamentária em anexo.

Após, retornar à comissão de planejamento de contratações - cpc para elaboração da minuta do edital e minuta do contrato;

Na sequência, à pgm para análise dos atos do processo, da minuta do edital/contrato; E emissão do parecer jurídico;

Por fim, ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a abertura do procedimento licitatório.

Tramite- com urgência.

Atenciosamente,

Assinado por LILIANE.SARMENTO
104.***.***_**
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 09:13:52
Liliane Sarmento

Matrícula nº006930/2025





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
SALDO DAS DOTAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2025**

Emissão: 29/07/2025 09:10:55

Descrição	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real									
			Atualizada																
080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVICOS URBANOS																			
001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVICOS URBANOS																			
080001.1545100043.018 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS URBANAS E RURAIS																			
44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0000266	170500000000	300.000,00		300.000,00					300.000,00									
44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0000266	175500000000	287.450,00		287.450,00					287.450,00									
Total do Projeto/Atividade :			587.450,00		587.450,00					587.450,00									
Total da Unidade Orçamentária:			587.450,00		587.450,00					587.450,00									
Total do Órgão:			587.450,00		587.450,00					587.450,00									
Total do Geral:			587.450,00		587.450,00					587.450,00									

Assinado por FRANCIANE DE MARTIN
ROSSONI 005.***.**_
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 10:48:15



CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assunto: Concorrência – Art. 6, Inciso XXXVIII, da Lei 14.133/2021.

DESPACHO

Inicialmente é imprescindível verificar a regularidade do processo administrativo em conformidade com a legislação pertinente. Deve-se observar se foram analisados os princípios da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparéncia, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Em suma, ao analisar a minuta do edital, é imperativo assegurar que todas as cláusulas obrigatórias estipuladas pela legislação aplicável, bem como as disposições do termo de referência, estejam devidamente contempladas, garantindo assim a validade e eficácia do instrumento contratual.

Encaminha-se o presente processo à Procuradoria Municipal para análise e emissão de parecer prévio acerca da minuta do edital e seus anexos. Após manifestação jurídica, o processo será submetido à autoridade máxima do órgão para deliberação e autorização quanto à abertura do procedimento licitatório, conforme a legislação vigente.





Atenciosamente,

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.***.***_**
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 14:32:21

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER 009.***.***_**
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 14:12:07

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.***.***_**
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 13:53:52

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024





MINUTA DO EDITAL E ANEXOS

PREÂMBULO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° ____/2025

CÓDIGO DA UASG: 985657

Processo n° 003365/2025 de 21 de julho de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

ID CidadES Contratação nº.: 2024.036E0700001.01.0002____

O **MUNICÍPIO DE ITARANA**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.104.363/0001-23, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, na forma de execução indireta, mediante o regime de empreitada por preço unitário, com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2011/2024 e Decreto Municipal nº 2013/2024.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, o qual será conduzido através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº. 1.508/2024, publicada em 15/05/2024 - DOM/ES.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia ____/____/2024

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h59min do dia ____/____/2024

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h00min do dia ____/____/2024

Local: Portal de Compras do Governo Federal, <http://www.gov.br/compras/pt-br>

Código da UASG: 985657

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF**, pois a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e as condições de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será aferida por meio deste Sistema.

Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

I – DO OBJETO E VISITA TÉCNICA



1.1. Contratação de empresa para a execução de obra de drenagem e pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na comunidade Santa Joana, Itarana-ES, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Projeto Básico anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. A Contratada se obrigará a executar as obras e serviços empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente aos Projetos, Normas e Especificações Técnicas, contidas neste Edital.

1.4. Poderá o Município de Itarana/ES, exigir a reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com os Projetos, planilhas, Normas e Especificações próprias.

1.5. A proponente vencedora estará obrigada à manutenção e segurança do tráfego do corredor onde estiver trabalhando, com a devida sinalização, durante a execução dos serviços de que diz respeito o presente Edital, na forma prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

1.6. A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra ao licitante é de caráter facultativo.

1.6.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta Concorrência Eletrônica.

1.7. A licitante poderá vistoriar o local onde será executado o objeto desta Concorrência Eletrônica, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário, por escrito, junto ao protocolo da Prefeitura Municipal de Itarana ou por meio eletrônico para o e-mail smtos@itarana.es.gov.br, ou pelos telefones (27) 3720-4647 ou (27) 3720-4646 (Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos) das 07h às 11h e das 13h às 16h, devendo comparecer por intermédio de representante legal e/ou seu engenheiro devidamente qualificado para esse fim, acompanhado do representante deste Município.

1.7.1. O prazo para visita técnica iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública da licitação, de segunda à sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 16h.

1.8. Ressalta-se que a visita técnica não é obrigatória.

II – DO VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 587.445,06** (quinquzentos e oitenta e sete mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), conforme Planilha Orçamentária e Projetos constantes dos Anexos deste Edital.

2.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária:



080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVICOS URBANOS

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVICOS URBANOS

080001.1545100043.018 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS URBANAS E RURAIS

44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES / FICHA: 266 / FONTE: 270500000000

III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural, pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



3.6.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.10. que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município de Itarana/ES;

3.6.11. que estejam cumprindo sanção na forma de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública que trata o artigo 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.11 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida



nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. Para a participação de CONSÓRCIOS deverão ser atendidas as condições previstas no Art.15 da Lei nº 14.133/2021.

3.13.1. Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

3.13.2. A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

3.13.3. No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

3.13.4. As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;

b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;

c) Discriminar a empresa líder;

d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;

e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados

3.13.5. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.



3.13.6. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

3.13.7. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

3.14. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

3.14.1. No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

3.14.2. No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

3.15. O Agente da Contratação poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados pelas empresas licitantes acerca das condições de participação.

3.16. As diligências promovidas pelo Agente da Contratação poderão envolver a solicitação de outros documentos e informações para a tomada de decisão.

3.17. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

3.18. Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento licitatório serão efetuados pelo Agente da Contratação aos licitantes por meio do campo de mensagens do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), ficando sob inteira responsabilidade do licitante acompanhar o trâmite do certame.

IV - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos



de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias



ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. Será adotado para o envio de lances no Concorrência eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

6.10.1. A etapa inicial de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

6.10.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas



com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

6.10.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

6.10.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.10.3 e 6.10.4, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade;

6.10.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.10.3 e 6.10.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.10.5;

6.10.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Agente da Contratação poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.10.6.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

6.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente da Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e/ou site <https://www.itarana.es.gov.br/licitacao>.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



6.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber, sujeitando-se a Licitante às sanções previstas neste Edital.

6.20.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou por e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo estipulado no chat e/ou do prazo de início de seguimento das demais fases da sessão.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor - **SICAF**;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

VIII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA



8.1. O Agente da Contratação, conforme prazo do item 6.20 deste edital, convocará o vencedor do certame e fixará prazo para enviar, pelo sistema, a PROPOSTA ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado, nos termos do § 5º, do artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo da proposta atualizada no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), será admitido o envio para o e-mail **licitacao@itarana.es.gov.br**, com cópia para **cplitarana@gmail.com**;

8.1.2. No caso de envio por e-mail, será considerada a data e hora de efetivo recebimento na caixa postal da equipe de apoio.

8.1.3. A prorrogação do prazo poderá ocorrer por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente da Contratação, bem como de ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos;

8.2. A Proposta Atualizada deverá ser entregue no sistema, sendo necessário o upload de seu arquivo e/ou nos termos do item 8.1.1, juntamente com a documentação complementar, quando exigida no edital, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor.

8.2.1. A proposta de preços deverá conter:

8.2.1.1. Carta de apresentação da proposta, preenchida de conformidade com o modelo constante no ANEXO VIII, declarando expressamente que:

a) aceita todas as condições deste Edital;

b) que no preço global estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita realização do objeto, representando a compensação integral para a execução do mesmo, cobrindo todos os custos diretos, indiretos, encargos, impostos, lucros, administração e outros, considerando as especificações e composições dos serviços definidas nas Planilhas orçamentárias e Projeto que integram este Edital, bem como as normas técnicas vigentes, abrangendo todos os custos de mão-de-obra, inclusive folgadores, encargos sociais, materiais, equipamentos, transportes, alimentação, lucros, encargos fiscais e parafiscais, despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para proporcionar e manter a higiene e segurança dos trabalhos.

c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão desta concorrência eletrônica.

8.2.1.2. Planilha orçamentária de serviços e quantidades, com os respectivos preços unitários de cada item e global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), conforme letra "b" do Anexo III deste edital, em papel timbrado do Licitante, obedecidos os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, Planilha orçamentária e demais condições previstas neste Edital e seus Anexos.

a) A proposta deverá contem descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia, marca e especificações detalhadas dos objetos ofertados.



- b) Nos preços deverão estar incluído todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- c) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- d) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

8.2.1.3. Detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES);

8.2.1.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo constante na letra "d" do Anexo III deste Edital.

- a) cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra;

8.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

8.4 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8.5 - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

a) cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

b) cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

c) independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6 - A Proposta de Preços não poderá conter valor unitário ou global superiores aos constantes na Planilha Orçamentária contida na letra "b" do Anexo III.

8.7 - Os orçamentos apresentados pelos licitantes deverão ser assinados por profissionais devidamente habilitados (art. 13, 14 e 15 da Lei Federal nº 5.194/1966).

8.8 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

8.9 - Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

8.10 -Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



8.11 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

8.12 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

8.13 - A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

8.14 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

8.15 - Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.16 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao Órgão sem ônus adicionais.

8.17 - O Agente da Contratação poderá solicitar parecer técnico de servidores da Administração Pública Municipal de Itarana/ES para orientar sua decisão.

8.18 - Quando necessário, o Agente da Contratação poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade da sua proposta, por meio de documentos.

8.19 - O Agente da Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço ofertado for aceitável e houver necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus anexos.

8.20 - Em caráter de diligência, os arquivos remetidos poderão ser solicitados a qualquer momento em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao Setor de Licitação, localizada no primeiro andar da sede da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sítio à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, no prazo estabelecido pelo Agente da Contratação.

8.21 - Será desclassificado o licitante que abandonar o certame deixando de enviar a documentação acima indicada, o que pode ensejar a instrução de processo para aplicação de sanções previstas neste edital.

IX - DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Os documentos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista, qualificação técnica, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, estão referenciados no **item 11.2 do Projeto Básico anexo I deste edital**;

9.1.2. As declarações do sistema, bem como as declarações complementares estão referenciadas no **item 9.4 deste edital**.



9.2 - A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos,tais como: habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

9.2.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.2.2 - A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.2.2.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.2.2.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.2.3 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.2.4 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.2.4.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.3 - A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.4 – DAS DECLARAÇÕES:

9.4.1 - Será verificado o preenchimento no sistema comprasgov das declarações constante no item 4.3 e seus subitens, deste edital.

9.4.2 - O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo no Anexo XII deste Edital;

9.4.3 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos



de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo no Anexo XII deste Edital;

9.4.4 - O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que possui disponibilidade de equipamentos para a execução das Obras e/ou dos Serviços de Engenharia ora licitados, conforme modelo no Anexo IX deste Edital;

9.4.5 - O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de pleno conhecimento do local e condições em que a obra será executada, conforme modelo no ANEXO X deste Edital.

9.4.6 - O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração do(s) Responsável(eis) Técnico(s) aceitando a sua indicado pela licitante, conforme modelo no ANEXO XI deste Edital.

9.5 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.5.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.5.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.2.1.

9.8 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.9 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida nos seguintes termos:

9.9.1. O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

9.9.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

9.9.3. O prazo acima poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período;



9.9.4. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado ao Município de Itarana convocar os licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.10 - COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

9.10.1. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

9.10.2. Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

9.10.3. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

9.10.4. A comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser aferida junto as informações dos dados cadastrais da empresa junto ao **SICAF**, ficando dispensada a apresentação e envio dos documentos arrolados nos itens 9.10.1. e 9.10.2.

9.11. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo de documentos de habilitação no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), será admitido o envio para o e-mail **licitacao@itarana.es.gov.br**, com cópia para **cplitarana@gmail.com**;

X - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. O Agente da Contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.1.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

10.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo a ser estabelecido, após solicitação do Agente da Contratação no sistema eletrônico.

10.2.1. O prazo estabelecido no subitem 10.2 poderá ser prorrogado pelo Agente da Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente da Contratação.



XI - DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

XII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;



12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.6. fraudar a licitação

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5 , 12.1.6 , 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5 , 12.1.6 , 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública municipal.

XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail **licitacao@itarana.es.gov.br**, com cópia para **cplitarana@gmail.com**.

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico (www.gov.br/compras) ou <https://www.itarana.es.gov.br/licitacao> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitação, localizada no primeiro andar da sede da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sítio à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h às 11h e das 13h às 16h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – PROJETO BÁSICO;

14.11.2. ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

14.11.3. ANEXO III – PLANILHAS CONTENDO:

- a) resumo de orçamento;
- b) planilha orçamentária;
- c) memorial de cálculo;
- d) cronograma físico-financeiro; e
- e) relatório de composição do serviço.

14.11.4. ANEXO IV – PROJETO EXECUTIVO;

14.11.5. ANEXO V – MEMORIAL DESCRIPTIVO;



- 14.11.6. ANEXO VI – ARTs DA OBRA;
- 14.11.7. ANEXO VII – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO; e
- 14.11.8. ANEXO VIII – MODELO DE CARTA PROPOSTA.
- 14.11.9. ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES;
- 14.11.10. ANEXO X – MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO;
- 14.11.11. ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS EXIGIDOS;
- 14.11.12. ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA.

Os anexos estão disponíveis para leitura e download, através de Drive Virtual, através do seguinte endereço:

Agente de contratação/pregoeiro deverá indicar o link.

Itarana-ES, __ de _____ de 2024

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 14:33:19

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER
009.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 14:20:42

Assinado por EMANUEL
BERGER COAN 120.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
29/07/2025 14:00:14



PROJETO BÁSICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM E
PAVIMENTAÇÃO, COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS, NA COMUNIDADE
SANTA JOANA, ITARANA/ES.



PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos apresenta o Projeto Básico para contratação de empresa visando a execução da “Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES”.

O Projeto Básico visa ainda esclarecer as empresas participantes do processo de contratação quanto aos seus direitos e obrigações, identificando os tipos de serviços a executar e estabelecendo as diretrizes gerais para sua execução, definindo critérios de execução, materiais e equipamentos a incorporar aos serviços, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento. Todas as exigências da Contratante contidas neste Projeto Básico serão consideradas como de conhecimento das empresas interessadas que apresentarem propostas, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

2. DECLARAÇÃO DO OBJETO

2.1 – Do Objeto

Contratação de empresa para a execução das obras de infraestrutura de “Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES.”

2.2 – Quantitativos

2.2.1 - Os quantitativos contratados serão de acordo à planilha orçamentária em anexo, no qual foi elaborada baseando-se nas demandas a realização da obra e nos projetos executivos.

2.2.2 - Os valores unitários para a execução dos serviços tiveram suas composições extraídas dos sistemas públicos de preço de referência.



2.2.3 - Quando inexistência da composição nos sistemas públicos de preço de referência, a mesma foi elaborada através dos preços dos insumos e serviços neles existentes.

2.3 – Vigência contratual

2.3.1 - O prazo de vigência do contrato será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.

2.3.2 - O prazo de vigência do contrato é superior ao tempo de execução dos serviços pelos seguintes motivos:

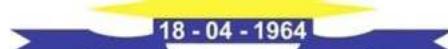
- a)** Amparar a necessidade de se prorrogar o prazo de execução, no caso de intercorrência na execução de algum serviço, não sendo a contratada a responsável, limitado ao prazo de vigência do contrato.
- b)** Propiciar tempo hábil para que sejam realizados serviços burocráticos, tais como, pagamentos de medição e de reajuste, quando necessário, ou ainda, realização de correções por parte da contratada.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1 - Especificações técnicas e quantidades do objeto a ser contratado, estão descritas no anexo I (pedido de compras), deste Projeto Básico.

ITEM	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01 SERVIÇOS PRELIMINARES			
01.01	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	0,20
01.02	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	8,00
01.03	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	10,00
01.04	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG	m	10,00
01.05	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	10,00




MUNICÍPIO DE ITARANA
 Estado do Espírito Santo
Poder Executivo

01.06	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	10,00
01.07	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	1,00
01.08	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1.21m2/func./turno), conf. projeto (2 utilização)	m ²	10,00
02 DRENAGEM			
02.01	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	15,00
02.02	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	15,00
02.03	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	4,00
02.04	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	2,00
02.05	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	26,00
02.06	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	8,45
02.07	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	2,00
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	2.101,73
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	1.000,00
02.10	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m ³	139,58
03 TERRAPLENAGEM			
03.01	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m ²	3.101,73
03.02	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m ²	9.238,86
04 PAVIMENTAÇÃO			
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	9.238,86
04.02	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	1.977,73
05 SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA (DURANTE A OBRA)			
05.01	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m ²	4,00
05.02	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	30,00
SINALIZAÇÃO PERMANENTE			
05.03	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m ²	4,00
06 OBRAS COMPLEMENTARES			



06.01	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	30,00
06.02	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	30,00

Tabela 01 - Itens da planilha orçamentária

4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - O(s) serviço(s) objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A presente contratação está devidamente fundamentada nos Estudos Técnicos Preliminares que integram este Projeto Básico como apêndice, onde se detalham as justificativas técnicas, a caracterização da necessidade e a definição dos quantitativos, com base em levantamentos in loco e diretrizes de planejamento previamente estabelecidas.

5.2 - Trata-se de demanda prevista no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2022/2025, especificamente vinculada à iniciativa “Calçamento no posto de Santa Joana até as duas igrejas”, o que demonstra o alinhamento da contratação com os objetivos estratégicos da Administração Municipal, em especial quanto à melhoria da mobilidade urbana e da infraestrutura de comunidades rurais.

5.3 – Ressalta-se, ainda, que os blocos de concreto e o meio-fio necessários à execução da obra serão fornecidos, a título de doação, pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), o que representa uma economia direta aos cofres municipais e reforça o caráter colaborativo da iniciativa, viabilizando sua execução com maior eficiência e menor custo global.

5.4 - A presente contratação será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, o Decreto Municipal nº 2011/2024 e demais disposições estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando que



todos os procedimentos sejam realizados conforme as normas legais e regulamentares vigentes.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CLICO DE VIDA DO OBJETO

6.1 - Descrição

6.1.1 - Considerando a necessidade de melhorar a infraestrutura urbana da localidade de Santa Joana, especialmente no trecho compreendido entre o posto de saúde e as duas igrejas da comunidade, e visando garantir a mobilidade dos moradores, o escoamento adequado das águas pluviais e o acesso seguro a equipamentos públicos, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar. Neste Estudo, foram analisadas as condições da via, realizado levantamento técnico e avaliada a melhor forma de contratação da obra, levando em conta os recursos disponíveis, o planejamento estratégico da gestão municipal e as normativas vigentes.

6.1.2 - A partir da análise realizada, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na execução de pavimentação com blocos de concreto intertravados, com implantação de meio-fio e estrutura de base e sub-base compatível com o tráfego local. Tal escolha visa garantir maior durabilidade da via, facilidade de manutenção e menor impacto ambiental. Além disso, trata-se de uma tecnologia apropriada ao contexto da localidade, que apresenta topografia acentuada em certos trechos e grande circulação de pedestres.

6.1.3 - A opção pela modalidade de Concorrência justifica-se pelo valor estimado da obra, que se enquadra nos limites legais para adoção desse rito licitatório, bem como pela complexidade técnica dos serviços envolvidos, o que demanda ampla disputa entre empresas especializadas, garantindo à Administração a proposta mais vantajosa sob os aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

6.1.4 - Importa destacar que os materiais principais, blocos de concreto e meios-fios, serão fornecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), por meio de doação formalizada. Essa condição representa uma vantagem significativa para o Município, pois reduz substancialmente o custo da obra e permite que os



recursos municipais sejam direcionados às etapas de infraestrutura, transporte dos materiais, execução dos serviços e acabamento.

6.1.5 - A empresa contratada será responsável por toda a execução da obra, incluindo a regularização e preparação do solo, implantação das camadas estruturais, assentamento dos blocos e meios-fios, compactação e acabamento final. Também caberá à contratada zelar pelo correto recebimento, transporte, armazenamento e utilização dos materiais doados, bem como observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis (notadamente da ABNT), o cronograma físico-financeiro aprovado e as exigências estabelecidas no projeto básico.

6.1.6 - Dessa forma, a solução proposta assegura a melhoria das condições urbanas da comunidade de Santa Joana, com investimentos otimizados por meio da parceria com o Governo do Estado, e promove o desenvolvimento local com responsabilidade fiscal, eficiência técnica e foco no interesse público. A execução da obra contribui diretamente para o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA 2022–2025), reforçando o compromisso da Administração com a qualidade de vida da população e com a valorização dos espaços públicos.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 – Das obrigações da contratada

7.1.1 - Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

7.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.3 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as



demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.1.4 - Comunicar ao Fiscal de Obra do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.1.5 - Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

7.1.6 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.1.7 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.8 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.1.9 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico, no prazo determinado.

7.1.10 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.11 - Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



7.1.12 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.13 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.1.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

7.1.16 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.1.17 - Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

7.1.18 - Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

7.1.19 - Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

7.1.20 - Manter integralmente responsável técnico preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.1.21 - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;



7.1.22 - Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.1.23 - Providenciar junto ao CREA/ES – Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ART) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);

7.1.24 - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

7.1.25 - Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

7.1.26 - Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

7.1.27 - Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.1.28 - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos;

7.1.29 - Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas



trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.1.30 - Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

7.1.31 - Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.1.32 - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

7.1.33 - Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021.

7.1.34 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.1.35 - Realizar, quando necessário, levantamentos e estudos complementares pertinentes a execução dos serviços, sem constituir custos adicionais, ou mesmo a prorrogação de seu prazo de vigência.

7.1.36 - Caso a CONTRATADA não cumpra com cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma para que possa ser analisado. A justificativa e o novo cronograma devem ser feitos via ofício protocolado e direcionados ao departamento de engenharia.



7.1.37 - A empresa CONTRATADA deverá proceder previamente ao estudo e análise dos documentos, que compõe este projeto básico, antes de sua execução, para que não haja nenhuma dúvida ou falta de informação que possa prejudicar o andamento dos serviços.

7.1.38 - As vistorias realizadas pela fiscalização do departamento de engenharia deverão ser obrigatoriamente acompanhadas pelo responsável técnico da CONTRATADA.

7.1.39 - Fornecer documentos para lançamento no sistema CIDADES sempre que for solicitado pelo departamento de engenharia.

7.1.40 - Entregar a obra dentro dos parâmetros estabelecidos em planilhas e memorial descritivo, devidamente limpa e pronta para utilização.

7.1.41 - Atender as Legislações Federais, Estaduais e Municipais.

7.2 – Das obrigações da contratante

7.2.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.2.3 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.2.4 - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.2.4.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;



7.2.4.2 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

7.2.4.3 - Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.2.5 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.2.6 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.2.7 - Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.2.8 - Comunicar por escrito e tempestivamente a CONTRATADA qualquer alteração ou irregularidade apontadas pelo Setor de Obra Pública e Engenharia na execução deste Contrato.

7.2.9 - Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

7.2.10 - A CONTRATANTE deverá emitir Ordem de Início dos Serviços para a CONTRATADA.

7.2.11 - Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo. Podendo a CONTRATANTE rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

7.2.12 - A CONTRATANTE deve observar para que sejam mantidas, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.



7.2.13 - Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

7.2.14 - Fornecer os materiais “bloco de concreto e meio-fio” no local de execução do calçamento rural, sem nenhum ônus para a CONTRATADA.

7.3 – Da participação de consórcio

7.3.1 - Fica permitida a participação de consórcios no presente certame, conforme disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Projeto Básico e no edital.

7.4 – Da exigência de amostra/catálogo

7.4.1 - Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

7.5 – Do tratamento favorecido MEI, ME, EPP e equiparadas

7.5.1 – Após a estimativa de preços, na elaboração da minuta de edital, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 2013/2024, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME, EPP e empresas equiparadas.

7.5.2 - Para item(ns) divisível(is), com valor(es) superior(es) ao estipulado no artigo 6º do Decreto Municipal nº 2013/2024, deverá ser aplicado o sistema de cotas, constante no artigo 9º do referido decreto, no percentual de até 25% (vinte e cinco) por cento.

7.6 – Da sustentabilidade

7.6.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente incluídos na descrição do objeto, é necessário cumprir os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nos incisos I a VI do art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.2 – A contratada deve cumprir com rigor os critérios estabelecidos em normas, especial o Decreto Municipal Nº 2011/2024, se atentando a questão da sustentabilidade esperados por este estudo.



7.6.3 – O procedimento das contratações públicas visa sempre atender ao interesse público. Esse conceito vai além da simples comparação de menores preços, exigindo a análise dos impactos positivos e negativos da aquisição, considerando aspectos como:

7.6.3.1 – Observância de normas e critérios de sustentabilidade;

7.6.3.2 – O emprego apurado dos recursos públicos;

7.6.3.3 – Conservação e gestão responsável de recursos naturais;

7.6.3.4 - Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;

7.6.3.5 - Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.

7.6.4 – No art. 45, Lei nº 14.133/21, as obras e serviços de engenharia devem observar, de forma prioritária, diretrizes que assegurem a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a aplicação de medidas de mitigação e compensação ambiental, e a preferência por soluções que promovam a eficiência energética e o uso racional de recursos naturais. Também é essencial considerar os efeitos sobre a vizinhança e garantir a preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, por meio da análise dos impactos, diretos ou indiretos, associados à execução do objeto pela CONTRATADA.

7.6.5 - Considerando o marco normativo aplicável, a contratação objeto desta Concorrência configura-se como obra de engenharia, cuja execução resultará, inevitavelmente, na geração de resíduos da construção civil. Dessa forma, caberá à empresa contratada adotar medidas para reduzir ao máximo a produção desses resíduos e assegurar a destinação ambientalmente adequada dos materiais gerados, com o objetivo de mitigar eventuais impactos ao meio ambiente.

7.6.6 - Diante disso, na execução da pavimentação e drenagem deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.



7.7 – Da subcontratação

7.7.1 - Não será permitido nenhum tipo de subcontratação.

7.8 – Da visita técnica.

7.8.1 - Apesar de não ser um critério obrigatório, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos recomenda que todos os licitantes visitem o local da execução dos serviços para terem conhecimento pleno da obra a ser executada e dos impactos ambientais consequentes. O objetivo da visita é que os preços ofertados pelas empresas reflitam com exatidão nos serviços a serem executados, evitando-se futuros pleitos de aditivos indevidos ao contrato.

7.8.2 - Caso a empresa participante queira realizar a visita ao local, o licitante deverá agendar junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos através do e-mail smtosu@itarana.es.gov.br.

7.8.3 - As empresas participantes deverão apresentar uma declaração formal, sob as penas cabíveis, de que possui pleno conhecimento das condições da execução das obras e ou serviços, bem como dispõe de instalações, pessoal especializado, máquinas e equipamentos, os quais deverão estar disponíveis nas quantidades e qualidades mínimas necessárias ao cumprimento do objetivo.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 – Do local e execução do serviço

8.1.1 – A obra deverá ser executada no local conforme mapa abaixo.



Fonte: Google Earth Pro

8.2 – Prazo para início e execução da obra

8.2.1 - O prazo para início da execução da obra deve ser em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica, conforme Art.183, §2º da Lei 14.133/21.

8.2.2 - O prazo estipulado para execução e conclusão da obra será de 120 (cento e vinte) dias, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme Art. 6º, inciso XVII da Lei 14.133/21;

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 – Do controle e da fiscalização da execução



9.1.1 - A fiscalização e coordenação dos serviços serão feitas por representantes da PMI – através de suas respectivas designações por portaria antes da emissão da ordem de serviço.

9.1.2 - Antes de iniciar a execução da obra em questão o Fiscal de Execução do Contrato juntamente com o Fiscal Gestor do Contrato fará uma reunião para conhecer os responsáveis pela execução da CONTRATADA e alinhar todas as questões pertinentes ao bom funcionamento da obra.

9.1.3 - O Fiscal de Execução do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.1.4 - A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor. O controle de qualidade e outras exigências da Fiscalização não eximem a Contratada de sua inteira responsabilidade técnica e civil pelas obras que executar.

9.1.5 - O fiscal designado deverá fazer avaliação dos materiais utilizados na execução dos serviços e sua conformidade com as especificações da Planilha Orçamentária e Proposta Comercial.

9.1.6 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei 14.133/21.

9.1.7 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.



9.1.8 - A execução dos serviços obedecerá rigorosamente a todas as orientações dos projetos contidos no Projeto Básico e no Memorial Descritivo, ficando a critério da Fiscalização impugnar, mandar demolir ou refazer qualquer serviço que não estejam de acordo com os documentos supracitados. As incompatibilidades deverão ser tratadas com autor do projeto e o Fiscal de Execução do Contrato, objetivando solução técnica compatível com as condições reais do processo executivo. Não é permitido modificação/alteração dos projetos, sem autorização expressa do autor do projeto.

9.1.9 - A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.1.10 - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.1.11 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.1.12 - Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.1.13 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.1.14 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos



toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.1.15 - A empresa CONTRATADA deve manter na obra um ou mais profissionais que façam parte do seu quadro permanente, e que sejam de nível Técnico Superior, detentores de atestado de capacidade técnica, e registrados em sua entidade profissional.

9.1.16 - A Empresa CONTRATADA deverá manter no local da execução da obra, um RDO (relatório diário de obra) atualizado, com informações importantes sobre o desenvolvimento das atividades em cada dia. Nele, deverá ser anotado tudo o que acontecer de importante na obra durante o dia, quais sejam, números de funcionários (divididos por função), os serviços feitos, os equipamentos utilizados, materiais recebidos no local, as condições do clima, os impactos sobre o andamento da obra, divergência entre planilha orçamentária e projetos. Caso haja visita de autoridade municipal ou estadual no canteiro de obras, a contratada deverá registrar essa ocorrência e falhas nos equipamentos que refletem em horas improdutivas, entretanto se houver paralisação, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra.

9.1.17 - A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, tela dentre outros meios com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

9.1.18 - Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material.

9.1.19 - A CONTRATADA deverá manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s (Certificado de Aprovação (CA)) e 9.1.20 - Equipamento de Proteção Coletiva – EPC’s, durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados.

9.1.20 - A CONTRATADA deverá se informar com ao Fiscal de Execução do Contrato sobre o local onde serão instalados os tapumes e os barracões, que servirá de base para a administração da obra por parte da CONTRATADA (caso seja necessário).



9.1.21 - Para a realização dos serviços, a Empresa CONTRATADA deverá sinalizar convenientemente os locais de intervenções, obedecendo à indicação da Administração, de forma a garantir a segurança necessária para os seus funcionários, que executam os serviços, e para os moradores do local. Os custos referentes a esses serviços deverão ser incluídos nos preços unitários propostos, bem como todos os equipamentos de proteção individual exigidos para utilização durante a fase da obra.

9.1.22 - Todos os serviços de sinalização deverão ser instalados antes de se iniciar qualquer serviço em vias como: sinalização a partir de placas, telas de proteção, cavaletes de madeira e cones, além de iluminação noturna para os moradores transitarem e adentrarem em suas casas em segurança.

9.1.23 - Todos os serviços que forem aditivados aos projetos iniciais, só deverão ser executados/liquidados após contrato do serviço aditivado assinado.

9.1.24 - O local onde serão realizados os serviços deverá ser entregue limpo, sem material excedente, pronto para o uso público.

9.2 – Das sanções administrativas

9.2.1 - Independente de outras sanções legais cabíveis, o MUNICÍPIO poderá aplicar cominações a CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições previstas para a contratação, de acordo com a previsão do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.2 - A CONTRATADA que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos, que não gerem prejuízo para à MUNICIPALIDADE.

b) MULTA

b.1) MULTA DE MORA pelo atraso injustificado no início da execução da obra, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação.



$$M = (C/T) \times N \times F$$

Onde:

M=valor da multa

C=valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso.

T=prazo para execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis

N=período de atraso em dias corridos

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	F
1º- Até 10 dias	0,05
2º- De 11 a 20 dias	0,08
3º-De 21 a 30 dias	0,10
4º-De 31 a 40 dias	0,12
5º-Acima de 41 dias	0,15

b.2) MULTA COMINATÓRIA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando o CONTRATADO, sem a existência de motivo justo, der causa à inexecução parcial do Contrato;

b.3) Multa COMINATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

b.4) As multas moratórias e cominatórias são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

b.5) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.



b.6) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

b.7) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nas letras "a", "c", "d" e "e" abaixo.

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com o Município de ITARANA por um período de até 02 (dois) anos, nos casos de recusa nos casos de recusa quanto à assinatura do instrumento contratual, fornecimento de produtos ou prestação dos serviços.

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.

e) IMPEDIMENTO de licitar e contratar com o Município de ITARANA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas para a contratação, ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato e/ou instrumento substitutivo, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.2.3 - Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no Art. 157 e Art. 158, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.4 - As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Municipalidade, através do Chefe do Poder Executivo, após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

9.2.5 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com acuso de recebimento, onde será indicada a conduta



considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

9.2.6 - O prazo para apresentação da defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no Art.157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.7 - A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

9.3 – Do recebimento e do aceite do objeto

9.3.1 - O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto no Artigo 140 da Lei nº 14.133 de 2021.

9.3.2 - A obra deverá ser entregue livre de entulhos, depósito de materiais utilizados na obra ou qualquer forma de material estranho, resultantes da execução da obra.

9.3.3 - O objeto desta licitação será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no período de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 30 (trinta) dias.

9.3.4 - O recebimento definitivo não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.



9.3.5 - A obra deverá ser recebida pelo Setor de Engenharia, sendo este o órgão fiscalizador, podendo o mesmo solicitar exigências que, porventura não foram cumpridas no projeto ou no memorial.

9.3.6 - Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com os projetos, sob pena de rejeição do serviço.

9.3.7 - O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma aprovado.

9.3.8 - A utilização de material de má qualidade que não for aprovado pelo fiscal da obra, deverá ser substituído e reavaliado quando da aplicação do novo material de acordo com a fiscalização da obra.

9.4 – Das garantias

9.4.1 – Da garantia do serviço

9.4.1.1 - A obra terá garantia de 05 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo dos serviços e obras, por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, que descreve o seguinte: “nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”.

9.4.2 - Da garantia de execução do contrato

9.4.2.1 - O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

9.4.2.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por:



- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia,
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.4.2.3 - Caso a contratada optar pela modalidade prevista na alínea "b" do item anterior, terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para a prestação da garantia.

9.4.2.4 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento).

9.4.2.5 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

9.4.2.6 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Em ambos os casos o prazo para liberação ou restituição será de até 90 (noventa) dias.

9.5 – Do reajuste



9.5.1 - Os preços propostos serão reajustados, conforme a Lei nº 14.133/2021, decorrido 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento base da PMI.

9.5.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após um ano contado da data do orçamento base da PMI, aplicando-se o índice para obras públicas Parceria FGV, IBRE e DNIT.

9.5.3 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.5.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.5.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

9.5.6 - Critério de Reajustamento:

$$K = \frac{Ii - Io}{Io}$$

Onde:

k = Coeficiente de reajustamento no período;

Ii = Índice no mês de aniversário do reajustamento;

Io = Índice de preços iniciais. Será o índice INCC do período de apresentação da proposta de licitação

$$R = M \times k$$

Onde:

R = Valor do reajuste a ser aplicado;

M = Medição com valores da apresentação da proposta de licitação.

k = Coeficiente de reajustamento no período;

9.6 – Do reequilíbrio econômico-financeiro



9.6.1 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

9.6.2 - A análise para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato será baseada em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repactuação objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.6.3 - Ainda para fins de análise do pedido de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, será utilizado como parâmetro principal a matriz de alocação de riscos, sendo ela cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Sendo assim, para fins de pleito de reequilíbrio, somente será analisado os itens que não estejam definidos como responsabilidade da contratada.

9.6.4 - O prazo para fins de primeira análise e resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 60 (sessenta) dias úteis.

9.7 – Da repactuação de preços

9.7.1 - O presente objeto não se enquadra pedidos de repactuação de preços, visto que tal metodologia se aplica unicamente a contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, o que não é o caso.

9.8 - Das condições de importação e taxa de câmbio

9.8.1 - O objeto desta licitação possui metodologias de execução e insumos com fornecimentos nacionais, não vislumbrando este setor técnico da necessidade de importação ou mesmo taxas para câmbio, portanto no que se refere o Art. 92, inciso XV da Lei 14.133/21 não se aplica ao objeto desta licitação.

9.9 – Das ações de responsabilidade ambiental



9.9.1 - Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar estritamente as normas técnicas de proteção ambiental, de forma a promover sempre o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

9.9.2 - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautarão em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela CONTRATADA:

I — Utilizar-se das medidas de controle para cada impacto ambiental citado no Estudo Técnico Preliminar;

II - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes;

III - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

IV - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, repassando a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água;

V - Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

VI - Execução dos serviços de forma a minimizar os impactos ambientais sobre os elementos naturais (flora, fauna, recursos hídricos, etc.) existentes no local da realização.

9.9.3 - A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

9.9.4 - Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.



9.9.5 - A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética de seus equipamentos.

9.9.6 - A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

9.9.7 - A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil da obra, visando à classificação e separação ambientalmente adequada dos resíduos.

9.9.8 - Os resíduos devem ser separados na fonte de acordo com a sua classificação (A, B, C e D) e acondicionados nas áreas específicas no canteiro de obras. A separação na fonte facilita a remoção e o encaminhamento à destinação diferenciada.

9.9.9 - Os procedimentos para triagem e acondicionamento dos resíduos de construção civil gerados na implantação das obras de infraestrutura do empreendimento, terão 03 vertentes distintas: segregação e acondicionamento transitório na fonte geradora, acumulação final e remoção.

10. DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 - DAS MEDIÇÕES

10.1.1 - As medições dos serviços executados serão realizadas preferencialmente mensalmente, cujo período será do primeiro ao último dia do mês, exceto a primeira e a última medição que dependerá da data de início e término da execução da obra.

10.1.2 - Para quitação das medições, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- i) Certidões de Regularidades Fiscais (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito Estadual, Certidão Negativa



de Débito Municipal da Sede da licitante e do município de Itarana) e Certidão de Regularidade com o FGTS-CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidão Negativa de Falência e Concordata;

- ii) Anotação de Responsabilidade técnica - ART da obra (apenas na 1^a medição ou quando mudar o responsável técnico pela execução da obra);
- iii) Matrícula da obra junto ao CNO (apenas na 1^a medição);
- iv) Prova de recolhimento junto ao FGTS, referente ao mês de execução dos serviços;
- v) Prova de recolhimento junto ao INSS (vinculado ao CNO da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- vi) Folha de pagamento (vinculado ao CNO da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- vii) Relatório que demonstre a relação de empregados cadastrados no CNO – GFD – Guia do FGTS Digital gerado pelo ambiente FGTS DIGITAL;
- viii) Declaração de regularidade dos documentos contábeis da empresa assinada pelo contador.

10.1.3 - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar juntamente com a nota fiscal Declaração comprovando que a alíquota utilizada para o desconto está de acordo com o faturamento da empresa e extrato do simples nacional.

10.2 - DO PAGAMENTO

10.2.1 - O faturamento do serviço ocorrerá no ato de entrega dos mesmos, conforme a Autorização de fornecimento/Execução e nota de empenho, mediante apresentação dos documentos (s) fiscal (is) hábil (eis), sem emendas ou rasuras, e dos documentos de regularidade fiscal.



10.2.2 - O pagamento ocorrerá após entrega dos serviços e verificação e posterior aceitação e quitação da Nota Fiscal. A Secretaria requisitante, após a conferência e a certificação, fará um ATESTADO de que o serviço foi entregue de forma satisfatória.

10.2.3 - Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento após o recebimento dos mesmos.

10.2.4 - Caso a Nota Fiscal/Fatura esteja em desacordo, será devolvida para correção, ficando estabelecido que o valor e prazo para pagamento sejam considerados a partir da data da apresentação dos documentos fiscais devolvidos sem erros.

10.2.5 - O pagamento dar-se-á em até 20 (vinte) dias corridos após o aceite e ateste da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, em favor da CONTRATADA e será pago mediante ordem bancária diretamente na conta corrente do mesmo, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

10.2.6 - Após o prazo acima referenciado será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND$$

100

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso

10.2.6.1 - Incumbirá a CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo MUNICÍPIO, juntando-se à respectiva discriminação do serviço efetuado, e o memorial de cálculo da fatura.

10.2.7 - Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos ao CONTRATADO para correção, ficando estabelecido que o valor e prazo para



pagamento sejam considerados a partir da data da apresentação dos documentos fiscais devolvidos sem erros.

10.2.8 - Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a própria Nota de Empenho.

10.2.9 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária da CONTRATADA, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.

10.2.10 - O pagamento poderá ser suspenso no caso de não cumprimento de quaisquer das obrigações que possam de qualquer forma, prejudicar o interesse do Município.

10.2.11 - É vedada, terminantemente, a antecipação de pagamentos sem a efetiva entrega do objeto.

10.2.12 - Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais, trabalhista, FGTS e recuperação judicial e extrajudicial.

10.2.13 - A CONTRATADA será responsável pela prestação dos serviços, aos preços unitários por ela propostos e aceitos pelo MUNICÍPIO.

10.2.14 - O pagamento poderá ser sustado nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o Contratante;
- b) inadimplência de obrigações da Contratada para com o Município de Itarana, por conta do estabelecido no Contrato;
- c) não entrega do objeto Contratado nas condições estabelecidas; e
- d) erros ou vícios na Nota Fiscal/Fatura.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 – Modalidade



11.1.1 - A contratação será através da modalidade de licitação “Concorrência”, conforme Art. 28, inciso II, da lei 14.133/21, com julgamento da proposta pelo tipo “menor preço”, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

11.1.2 - A escolha do tipo menor preço é mais vantajosa para a Administração, contudo, deve ser obedecido o disposto no inciso V, §4º e §5º do Art.59 da Lei 14.133/2021.

11.1.3 - A escolha pelo regime de empreitada por preço unitário é justificada pela imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, visto se tratar de uma obra de pavimentação, como por exemplo, no caso de movimentação de terra.

11.2 - Critérios de seleção/condições de habilitação

11.2.1 - Documentos para habilitação:

- Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;
- Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho de Classe correspondente (CREA/CAU), com jurisdição sobre o domicílio da sede da mesma, através da apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica;
- Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho de Classe (CREA/CAU) da região da sede da empresa ou outra entidade profissional competente do profissional de nível superior;
- Capacitação técnico-profissional, cuja comprovação se dará pelo fato de a licitante possuir em seu quadro, profissional devidamente reconhecido pelo CREA/CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obras de características semelhantes a do objeto do presente edital, conforme tabela abaixo.



ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	UNID.	CUSTO CONF. PLANILHA	Porcentagem em relação ao valor total
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	R\$ 106.410,59	18,11%
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	R\$ 87.920,00	14,97%
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	R\$ 273.285,48	46,52%

Tabela 02 - Ordem dos serviços considerados como relevantes.

a) O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

b) O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

- Atestado(s) técnico-operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução pretérita pela licitante de serviços compatíveis em características com o objeto licitado, nos termos do projeto básico que a especifica, sendo necessária, para efeito de compatibilidade a demonstração de execução pretérita de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, segundo o §1º do Art. 67 da Lei nº 14.133/21, além de considerar também quantitativo mínimo de 30% a incidir sobre o quantitativo individual de cada item solicitado como maior relevância, em observação ao Art. 67, § 2º da Lei 14.133/21, conforme segue:

ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRÍÇÃO SERVIÇO	UNID.
------	--------	-------	-------------------	-------





MUNICÍPIO DE ITARANA
 Estado do Espírito Santo
Poder Executivo

					Quant. a apresentar (30%)
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	630,51
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	300,00
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	2.771,66

Tabela 03 - Ordem dos valores dos serviços considerados como relevantes.

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇO	JUSTIFICATIVA
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	<p>Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 106.410,59, representando 18,11% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo.</p> <p>A relevância deste item é considerada com base na importância do assentamento do meio fio para garantir eficiência do travamento dos blocos intertravados, garantindo eficiência do pavimento.</p>
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	<p>Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 87.920,00, representando 14,97% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo.</p> <p>A relevância deste item é considerada com base na importância do assentamento do meio fio para garantir eficiência do travamento dos blocos intertravados, garantindo eficiência do pavimento, além, de seu fornecimento com a qualidade prevista.</p>
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	<p>Conforme planilha orçamentária, o item possui valor de R\$ 273.285,48, representando, 46,52% em relação ao valor total, logo se considera serviço com valor significativo.</p> <p>A relevância desse item é considerada com base na importância de se executar corretamente a declividade transversal do pavimento para assim obter o perfeito escoamento da água pluvial, e também executar o nivelamento da pista de rolamento conforme projeto.</p>

Tabela 04 - Justificativa dos serviços considerados como relevantes.



- Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura), caso a empresa ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos os documentos a serem apresentados limitar-se-ão ao último exercício;
- Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE)}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{(ATIVO\ TOTAL)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE)}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{(ATIVO\ CIRCULANTE)}{(PASSIVO\ CIRCULANTE)}$$

As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação, devido ao valor total previsto da obra e a previsão do cronograma físico-financeiro.

A porcentagem definida reflete um patrimônio mínimo necessário para execução da 1ª etapa da obra.

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Negativa de Pedido de Falência, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);
- Declaração de atendimento ao Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- Declaração de Responsabilidade Ambiental, conforme;
- Declaração de indicação e de responsabilidade técnica.

11.3 – Da proposta de preços

11.3.1 - A proposta de preços será dividida entre **Orçamento sintético** (planilha com descrição dos itens, quantidades, valores unitários com e sem BDI e valores globais) e quando solicitado pela comissão licitatória, **Orçamento analítico** (Composição de custo de todos os itens, cronograma físico-financeiro, detalhamento do BDI e detalhamento dos encargos sociais).

11.3.2 - Após a fase de lances, a Licitante melhor classificada será convocada para reelaborar e apresentar a Administração a proposta de preços adequada ao seu último lance, juntamente com o **Orçamento Sintético** indicando os quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração;

11.3.3 - Juntamente com a proposta de preços atualizada, na forma do item anterior, em caso de solicitado pela equipe licitatória, a licitante melhor classificada deverá apresentar de forma atualizada o **Orçamento Analítico** (Composição detalhada das especificações e dos custos dos preços unitários de **TODOS** os itens da planilha orçamentária, discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, o Cronograma Físico-



Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais).

11.3.4 - Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

11.3.4.1 - Preço unitário de cada item da planilha orçamentária e global, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), obedecidos os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, Planilha orçamentária e demais condições previstas neste Projeto Básico e no Edital;

11.3.4.2 - Inclusão de todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

11.3.4.3 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão da licitação.

11.3.5 - Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, equipamentos e serviços;

11.3.6 - O licitante deverá apresentar os preços unitários e detalhamento dos encargos sociais e de BDI;

11.3.7 - Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

11.3.8 - Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

11.3.9 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

11.3.10 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.



11.3.11 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

11.3.12 - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.4 - Condições e comprovações de consórcios, previstas no art. 15 da lei nº 14.133/2021

11.4.1 – Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

11.4.2 – A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

11.4.3 – No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilidação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

11.4.4 – As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;

b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;



- c) Discriminar a empresa líder;
- d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
- e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

11.5.5 - A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

11.5.6 - Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.5.7 – Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

11.5.8 - O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

11.5.9 – No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

11.5.10 - No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

12. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO



12.1 - Os preços unitários para a execução dos serviços tiveram suas composições extraídas dos sistemas públicos de preço de referência, sem desoneração.

12.2 - Nos casos em que a composição foi inexistente em todos os sistemas, ela foi montada através dos preços de insumos e /ou serviços neles existentes.

12.3 - O Valor do referido objeto será de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), conforme planilha Orçamentária em anexo.

13. ADEQUEÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Trata-se de obra a ser realizada por recurso de leilão e royalties estadual, conforme dotação orçamentária:

Recurso	Dotação
Leilão	Ficha: 266 Fonte: 1755
Royalties Estadual	Ficha: 266 Fonte: 1705

14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA OBRA

A obra será fiscalizada tanto no andamento quanto na execução pelo fiscal responsável.

Atribuições do Fiscal Técnico: acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, avaliando sua quantidade e qualidade, prazo e modo de execução, bem como resolver todas as questões técnicas relativas aos serviços contratados.

- a. Esclarecer incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Projeto Básico ou Projeto Executivo do processo licitatório que deu origem ao contrato sob sua responsabilidade;
- b. Analisar e aprovar partes e etapas da obra ou serviço, em obediência ao previsto no Projeto Básico ou executivo do processo licitatório que deu origem ao contrato sob sua responsabilidade;
- c. Verificar e atestar as medições dos serviços;



- d. Acompanhar a elaboração do “As built” da obra (como construído), ao longo da execução dos serviços;
- e. Verificar o cumprimento do cronograma físico-financeiro apresentado por ocasião da licitação, bem como exigir a apresentação de readequações por ocasião de prorrogações e/ou alteração dos serviços, de forma a facilitar o acompanhamento e a execução das obras e serviços de engenharia sob sua responsabilidade;
- f. Com relação ao atendimento de prazos e cronograma, verificar se o quantitativo de materiais, equipamentos e funcionários especificados na planilha orçamentária conferem com os alocados efetivamente no canteiro de obras;
- g. Verificar as condições de saúde e segurança do trabalho, bem como se os equipamentos de proteção individual estão sendo fornecidos e utilizados, a fim de evitar futura responsabilização subsidiária trabalhista;
- h. Certificar-se de que a contratada mantém um “Diário de Ocorrências”, permanentemente disponível no local da obra ou serviço;
- i. Se houver a necessidade de suspensão dos serviços, o(s) Fiscal (ais) deverão comunicar ao Gestor, que, por sua vez, deverá notificar a Contratada, emitindo a Ordem de Suspensão de Serviços ou documento equivalente;
- j. Se houver a necessidade de modificações nos projetos e /ou alterações quantitativas e/ou qualitativas, o(s) Fiscal (ais) deverão comunicar ao Gestor, devendo conferir se as planilhas orçamentárias estão de acordo com as alterações efetuadas e os valores em acordo com os índices setoriais e/ou pesquisa de mercado;
- k. Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade.

Atribuições do Fiscal Administrativo: servidor representante da área administrativa, indicado para fiscalizar contratos quanto a seus aspectos administrativos, previdenciárias,



fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

- a. Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- b. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- c. Acompanhar e verificar se a caução da garantia do contrato foi emitida, se está válida, e ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo de serviços, de acordo com a Lei, a CONTRATADA deverá proceder o reforço da caução inicial no mesmo percentual acima estabelecido.

Fiscalização Técnica

Ficam indicados o Engenheiro Civil **Gabriel Pesente Piorotti**, CREA-ES 052453/D, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, como representante da Administração responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto do contrato.

Em caso de afastamento ou impedimento do Fiscal em exercer suas funções, a fiscalização será realizada pela Arquiteta e Urbanista **Carla Demoner Malta**, CAU A232085-1.

Fiscalização administrativa

- a. **Fernanda Medeiros da Vitória**, lotada no cargo de auxiliar administrativa, matrícula nº 006573.

O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

15. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- a) O Município se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021.



- a.1) A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado, expressamente, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, poderão ultrapassar o limite estabelecido.
- b) Na hipótese de inclusão de "itens novos" que não estavam previstos em contrato, deverá ser utilizado o referencial de preços da Planilha Orçamentária licitada com a seguinte metodologia para determinação dos preços unitários:
- b.1) BDI será corrigido para o percentual apresentado pela contratada na proposta da licitação e ainda aplicado o índice de desconto utilizado pela mesma à época da licitação.
- c) Na necessidade de interrupção da execução da obra, a eventual mobilização e posterior desmobilização da contratada não implicará em qualquer acréscimo do valor contratual.

16. DO MEIO AMBIENTE

16.1 - Independentemente da obra ou serviço objeto do presente Contrato possuir ou não Licença Ambiental em nome do Município de Itarana/ES, a CONTRATADA deverá obter, antes do início das obras, sem ônus para o Município de Itarana/ES, todas as licenças ou autorizações ambientais que sejam de sua responsabilidade e necessárias para a operacionalização dos serviços e atividades que irá desenvolver, e para as áreas de apoio que irá utilizar para execução do objeto contratado, tais como: licença para instalação de canteiro de obra, outorga para o uso de recursos hídricos, autorização para supressão florestal em áreas de apoio, licença para instalação de equipamentos para beneficiamento de materiais, como por exemplo, britador, usina de asfalto ou de concreto e autorização para armazenamento de material betuminoso e combustível.

16.2 - A CONTRATADA deverá utilizar materiais terrosos e pedregosos somente de áreas de empréstimo ou jazidas devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes, quando couber. Caso haja necessidade de utilizar áreas que ainda não possuem licença a CONTRATADA deverá informar ao Município de Itarana/ES, com antecedência, para que sejam tomadas as providências cabíveis.



16.3 - A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado as exigências de limpeza, higiene e segurança.

16.4 - A CONTRATADA fica responsável, inclusive por atos de seus empregados, pela preservação da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.

16.5 - A CONTRATADA se responsabilizará, sem ônus para o Município de Itarana/ES, pela completa desmobilização de todas as estruturas de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços, bem como pela recuperação/reabilitação das áreas utilizadas, e pela adequada gestão dos resíduos (coleta, armazenamento e destinação) por ela gerados na obra;

16.6 - Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a Administração:

- a) recuperação ou restauração por impacto ao meio ambiente que, por sua culpa, tenha ocorrido, nos termos definidos pelo órgão fiscalizador;
- b) as multas que venham a ser aplicadas pelo órgão fiscalizador, por descumprimento do que disposto neste Contrato.
- c) Eventuais multas e qualquer outro custo ou encargo relativo às obrigações previstas nesta Cláusula, se suportados pelo Município de Itarana/ES, serão descontados dos pagamentos devidos a CONTRATADA ou das garantias oferecidas ou, ainda, cobrados judicialmente, servindo para tanto o instrumento como título executivo extrajudicial.

17. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

17.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto



Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17.1.1 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

17.1.2 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

17.1.2.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

17.1.2.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

17.1.2.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

17.2 - Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.2.1 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.2.2 A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.3 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e



informações de acessos não autorizados e de situações accidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.3.1 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

17.3.2 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

17.4 - Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

17.5 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

17.5.1 – Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

17.5.2 – A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.



17.5.3 – A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

17.5.4 – Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

17.6 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Itarana – ES, 28 de julho de 2025.

Assinado por GABRIEL PESENTE
PIOROTTI 140.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
28/07/2025 08:55:02

Gabriel Pesente Piorotti

Responsável Técnico PMI

Matrícula 006931

Assinado por CARLA DEMONER
MALTA 152.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
28/07/2025 09:09:49

Carla Demoner Malta

Responsável Técnico PMI

Matrícula 006954



Assinado por JOSIL CARLOS GALAZZI 088.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
28/07/2025 09:07:57

Josil Carlos Galazzi

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Portaria nº 008/2025



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021

O município demanda a contratação da execução do serviço de Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obra de Drenagem e Pavimentação com Blocos de Concreto Intertravado na Comunidade de Santa Joana, Município de Itarana, com extensão total aproximada de 1.539,81 metros.

A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de drenagem e pavimentação em trecho não pavimentado da estrada que atende à Comunidade de Santa Joana, em Itarana, com extensão estimada de 1.539,81 metros lineares. A obra será realizada com o uso de blocos de concreto intertravado, técnica que proporciona maior durabilidade, facilidade de manutenção e drenagem eficiente.

Importa destacar que parte da obra já foi executada anteriormente, porém não foi concluída, o que motivou a necessidade de realizar uma nova contratação com foco na execução da parcela remanescente dos serviços. Há interesse público evidente na continuidade e finalização do objeto, visto que a conclusão da obra é fundamental para garantir os benefícios sociais e econômicos inicialmente previstos. Dessa forma, a realização de nova licitação, na modalidade concorrência, configura o meio mais viável e transparente para assegurar a continuidade e a finalização da obra com qualidade e eficiência.

Trata-se de uma via vicinal que conecta a rodovia ES-484 à Comunidade de Santa Joana, passando pelas comunidades do Rizzi e Santa Helena, já contemplada com pavimentação semelhante. No entanto, o trecho final da estrada, que dá acesso direto às residências familiares da Comunidade de Santa Joana, permanece sem qualquer tipo de pavimentação, o que dificulta o tráfego local, principalmente em períodos chuvosos.

A estrada em questão é de fundamental importância para a mobilidade da população local, sendo utilizada diariamente por moradores, estudantes e produtores rurais. A região tem forte vocação agrícola, com produção e escoamento de mercadorias que dependem diretamente da condição de trafegabilidade da via. A ausência de infraestrutura adequada tem causado transtornos frequentes, como lama, poeira e atoleiros, comprometendo a



segurança e a qualidade de vida dos moradores, além de dificultar o acesso de serviços essenciais, como transporte escolar e atendimento de emergência.

Diante do porte da intervenção e do valor estimado da obra, será adotado o procedimento de licitação pública na modalidade Concorrência, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Essa modalidade é indicada para contratações de maior vulto, pois assegura ampla publicidade, competitividade e igualdade de condições entre os participantes, sendo a forma mais eficaz de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A realização da licitação na modalidade concorrência garante vantajosidade sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, promove a economicidade, já que a competição entre empresas geralmente resulta em propostas com melhor custo-benefício. Em segundo lugar, permite a participação de empresas com maior capacidade técnica, experiência comprovada e estrutura adequada para executar obras de engenharia com qualidade e dentro do prazo estabelecido. Além disso, o processo respeita os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade e eficiência, fortalecendo a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Outro aspecto relevante é que a escolha da modalidade concorrência contribui para mitigar riscos de execução inadequada, uma vez que os critérios de habilitação exigem documentação técnica e operacional que ateste a capacidade da empresa para realizar obras de porte semelhante. Isso confere maior segurança jurídica e contratual para o município, reduzindo a probabilidade de paralisações, aditivos excessivos ou falhas construtivas.

Diante disso, estudos técnicos realizados apontam para a necessidade urgente de intervenção no trecho citado, a fim de garantir melhores condições de deslocamento, promover o desenvolvimento local, valorizar os imóveis da região e assegurar o direito de ir e vir da população.

2 - ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021

Destaca-se que o Município de Itarana possui Plano Plurianual (PPA) vigente, abrangendo o quadriênio de 2022 a 2025, instrumento legal que estabelece as diretrizes, objetivos e



metas da administração pública para o período. A presente contratação encontra respaldo direto nesse planejamento estratégico, uma vez que visa atender à demanda específica prevista no PPA, descrita como **“Calçamento no posto de Santa Joana até as duas igrejas”**.

Essa previsão no PPA demonstra que a obra ora proposta não surgiu de uma necessidade pontual ou isolada, mas sim de um processo de planejamento participativo, que envolveu consultas comunitárias, diagnósticos técnicos e definição de prioridades para o desenvolvimento local. Assim, a execução da pavimentação e drenagem do referido trecho integra um conjunto de ações previamente estruturadas com base em critérios de interesse coletivo, viabilidade técnica e impacto social positivo.

Cumprir com as metas estabelecidas no Plano Plurianual é fundamental para garantir a continuidade das políticas públicas e a efetividade da gestão pública municipal. Ao executar a presente obra, o Município não apenas responde às reivindicações da população da Comunidade de Santa Joana, como também assegura a coerência entre o planejamento e a execução orçamentária, promovendo a transparência, o controle social e o alinhamento das ações governamentais com os compromissos assumidos.

Além disso, ao atender a essa demanda do PPA, o Município reforça seu compromisso com a melhoria da infraestrutura urbana e rural, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, elementos centrais do plano de governo e das políticas públicas locais.

3 - DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021

- **Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- **Decreto Municipal Nº 2011**, de 15/01/2024, que regulamenta a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Itarana/ES.



• A empresa deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133/2021 e atender o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

• Os bens têm **natureza de bens comuns**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

• Presença do Responsável Técnico durante a execução, pois a ausência de um profissional habilitado na condução de atividades de projetos e execuções de obra pode ocasionar diversos problemas no momento da construção, como por exemplo desperdício de materiais, aumento no prazo e custos para realização das atividades, assim como pode colocar em risco à segurança dos colaboradores.

• Os profissionais da Contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados ao local dos trabalhos com o objetivo de facilitar a identificação dos mesmos.

• Dispor ou locar maquinário necessário para realizar os serviços presentes na planilha orçamentária, para que não haja atrasos e insuficiência na execução dos serviços.

• Entregar o objeto, na conformidade do estabelecido no Edital e Termo de referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

• A contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviço, no local indicado pela SMTOSU, para que se cumpra o prazo estabelecido no cronograma da obra.

• Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

• **Normas e Especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes)** - Essas normas servem de base para especificações técnicas nos Termos de Referência, garantindo qualidade, segurança e padronização dos materiais adquiridos:



1.1 Pavimentação

- **NBR 9781:** Peças de concreto para pavimentação - Especificação e métodos de ensaio;
- **NBR 6120:** Pavimento intertravado com peças de concreto – Execução;
- **DNER-ES 327/97:** Pavimento com peças pré-moldadas de concreto;
- **DNIT 139/2010-ES:** Sub-base estabilizada granulometricamente - Especificação de serviço.

1.2 Drenagem

- **NBR 8890:** Tubo de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário — Requisitos e métodos de ensaios;
- **DNIT 020/2023-ES:** Meios-fios e guias - Especificações de serviço;
- **DNIT 021/2023 - ES:** Entradas e descidas d'água - Especificação de serviço;
- **DNIT 022/2023-ES:** Dissipadores de energia - Especificação de serviço;
- **DNIT 023/2024-ES:** Bueiros tubulares de concreto - Especificação de serviço;
- **DNIT 026/2004-ES:** Caixas coletoras - Especificação de serviço;
- **DNIT 028/2004-ES:** Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem - Especificação de serviço.

1.3 Sinalização Viária

- **DNIT 100/2018-ES:** Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização horizontal - Especificação de serviço;
- **DNIT 101/2009-ES:** Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização vertical - Especificação de serviço.

1.4 Terraplenagem

- **DNIT 104/2009-ES:** Serviços preliminares - Especificação de serviço;
- **DNIT 105/2009-ES:** Caminhos de serviço - Especificação de serviço.

• **Manual de Obras Públicas (MPO) – Ministério da Gestão** - Manual técnico federal com orientações para obras e serviços de engenharia, útil para especificar materiais em obras próprias.

• Normas de Segurança, Sustentabilidade e Acessibilidade:

3.1 Segurança

- **NR-18 (Norma Regulamentadora do MTE):** Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

3.2 Sustentabilidade



- **ABNT NBR ISO 14001:** Sistemas de gestão ambiental.
- **Diretrizes do Plano Nacional de Contratações Sustentáveis:** Prioriza materiais recicláveis, reaproveitáveis ou com menor impacto ambiental.
- **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC 101/2000):** Exige dotação orçamentária e compatibilidade com PPA/LDO/LOA.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021

Os serviços a serem contratados serão rigorosamente definidos e quantificados com base nos projetos executivos detalhados, memórias de cálculo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos anexados a este estudo. Essas referências técnicas constituem o fundamento para a elaboração da estimativa das quantidades, garantindo que as especificações estejam alinhadas às necessidades reais da obra.

Além disso, a precisão dessas estimativas é fundamental para assegurar a adequação dos recursos financeiros, o planejamento eficaz da execução e o controle rigoroso dos materiais e serviços a serem empregados. A metodologia adotada contempla uma análise criteriosa dos quantitativos de materiais, equipamentos e mão de obra necessários, considerando ainda possíveis ajustes decorrentes das condições locais e exigências técnicas específicas do terreno e do projeto.

O valor total estimado para a licitação é de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos).

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021

5.1. O levantamento de mercado para a contratação de empresa especializada na execução de obra de pavimentação com blocos de concreto intertravado em trecho rural demonstra a existência de diversas modalidades de contratação. Considerando a natureza da obra, o porte do investimento, a necessidade de qualificação técnica da contratada e o compromisso com a economicidade e a legalidade, optou-se pela realização de licitação pública na modalidade Concorrência como a solução mais adequada para o Município de Itarana-ES.



Essa escolha assegura ampla competitividade entre os licitantes, garantindo que a Administração Pública selecione a proposta mais vantajosa, tanto sob o ponto de vista técnico quanto financeiro. O levantamento de mercado é essencial para que a prefeitura possa tomar decisões embasadas, promovendo transparência, eficiência na contratação e o melhor uso dos recursos públicos.

CONTRATAÇÃO: Execução de Obra de Drenagem e Pavimentação com Blocos de Concreto Intertravado.

PESQUISA DE MERCADO

Situação 1

Adesão à Ata de Registro de Preços (SRP): Nos municípios, há uma demanda frequente e descentralizada por obras de infraestrutura urbana e rural, especialmente no que se refere à execução de serviços de pavimentação e drenagem em vias públicas. A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos (SMTOSU), por exemplo, é responsável por executar e supervisionar serviços como manutenção e pavimentação de estradas vicinais, ruas urbanas, acessos a comunidades rurais e demais melhorias na malha viária municipal. Diante da amplitude das demandas e da limitação de recursos humanos e operacionais, muitas vezes recorre-se à contratação externa de empresas especializadas para a realização de obras em trechos específicos, previamente definidos por critérios técnicos e sociais.

Aplicação:

A Ata de Registro de Preços (SRP) permite à Administração Pública contratar bens e serviços com maior agilidade e eficiência, especialmente quando há necessidade recorrente, previsível e padronizada. Embora possa ser utilizada em casos excepcionais para obras, sua aplicação é mais adequada e vantajosa para a contratação de serviços continuados, serviços técnicos especializados (como elaboração de projetos) e para a aquisição de bens comuns.

Vínculo com políticas públicas:

- Aderência aos princípios da eficiência e da economicidade.



- Atendimento a diretrizes de planejamento e transparência, exigidas pelo art. 11 da Lei 14.133/2021.

Base legal:

- Art. 86 da Lei 14.133/2021.

Situação 2

Llicitação através de Pregão ou Concorrência: A realização de licitação própria, especialmente na modalidade Concorrência, amplia a competitividade e assegura a participação de empresas qualificadas, com capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade da obra. Esse modelo garante maior controle sobre os critérios de habilitação, execução contratual e prazos, promovendo maior segurança jurídica e qualidade na entrega do serviço à Administração Pública.

Aplicação:

Essa solução é útil especialmente em contratos mais robustos, especialmente quando se trata de intervenções com valores expressivos e impacto direto na infraestrutura urbana ou rural, assegurando que a obra seja executada em conformidade com o projeto básico, os padrões de qualidade estabelecidos e dentro dos prazos estipulados.

Vínculo com políticas públicas:

- Estímulo ao desenvolvimento local com a participação de empresas especializadas.
- Melhoria da efetividade nas compras públicas.
- Alinhamento ao Estatuto das MPEs (Lei Complementar nº 123/2006), promovendo acesso igualitário ao mercado público.

Base legal:

- Art. 06 da Lei 14.133/2021.
- Manual de Compras Públicas – SEGES/ME.

Situação 3

Aquisições Diretas por Dispensa de Licitação (valor ou emergência): Em diversas situações, as secretarias municipais enfrentam demandas pontuais e imediatas — como a quebra de uma caixa d'água em escola, infiltrações severas em postos de saúde ou danos



estruturais provocados por chuvas intensas. Nesses casos, a dispensa por valor (até R\$ 54.000 para obras e serviços ou R\$ 108.000 para compras, conforme art. 75, I, da Lei 14.133/2021) ou por emergência (art. 75, VIII) pode ser utilizada com respaldo legal.

Aplicação:

Ideal para resolver situações de manutenção corretiva imediata, quando não é possível aguardar trâmites licitatórios formais. Também pode complementar os modelos anteriores para casos excepcionais.

Vínculo com políticas públicas:

- Garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais.
- Cumprimento do dever constitucional de eficiência administrativa (art. 37 da CF/88).
- Evita agravamento de danos à infraestrutura pública ou à segurança dos usuários.

Base legal:

- Art. 75, incisos I e VIII da Lei 14.133/2021.
- Acórdão TCU 1.214/2013 – critérios para uso fundamentado da dispensa.
- Manual de Boas Práticas da CGU – controle e justificativa em dispensas.

QUADRO ANÁLISE GERAL

DECISÃO: 2. Solução Selecionada: Licitação através de Pregão ou Concorrência

Após análise técnica das alternativas disponíveis no mercado e considerando as características da demanda, foi escolhida como solução mais vantajosa a contratação por meio de licitação pública na modalidade Concorrência, nos termos dos arts. 6º e 28 da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de contratação para execução de obra de pavimentação com blocos de concreto intertravado em trecho rural da Comunidade de Santa Joana, uma intervenção de porte relevante, com valor expressivo e impacto direto na mobilidade, escoamento da produção agrícola e qualidade de vida da população local.

Diferente de demandas administrativas pontuais ou fragmentadas, essa contratação exige um processo robusto, com ampla competitividade e critérios técnicos que assegurem a seleção da empresa mais qualificada para a execução da obra. A escolha pela



Concorrência proporciona maior publicidade, igualdade de condições entre os participantes e maior segurança jurídica à Administração, favorecendo a economicidade e o controle dos resultados.

A opção por licitação própria, em detrimento da adesão a atas de registro de preços ou dispensa por valor, justifica-se também pelo interesse público na continuidade de uma obra que já teve parte executada, mas que não foi concluída, sendo necessária nova contratação para a execução da parcela remanescente. A conclusão da obra é essencial para garantir os benefícios sociais e econômicos previstos inicialmente, assegurando, ainda, o melhor aproveitamento dos investimentos públicos já realizados.

Além disso, a licitação na modalidade concorrência permite uma contratação com escopo claro, controle rigoroso de cronograma, qualidade dos materiais e prazos bem definidos, evitando improvisações e assegurando maior transparência e fiscalização do processo.

✖ Solução 1 – Adesão à Ata de Registro de Preços (SRP):

- **Vantagens:**

Agilidade e flexibilidade na aquisição de bens ou serviços recorrentes e padronizados, reduzindo a necessidade de múltiplos processos licitatórios.

- **Desvantagens:**

- Limitação para obras ou serviços complexos e específicos, podendo resultar em menor competitividade e inadequação do objeto contratado às necessidades locais.

- **Motivo do Descarte:**

Inadequação para obras complexas que exigem especificações técnicas detalhadas e customizadas, comprometendo a qualidade e eficiência da contratação.

✖ Solução 3 – Aquisições Diretas por Dispensa de Licitação

- **Vantagens:**

Agilidade e simplicidade em demandas pontuais.

- **Desvantagens:**

- Limitada por valores legais.
- Menor transparência.
- Risco de fracionamento indevido e baixa concorrência.

- **Motivo do Descarte:**



Não atende à regularidade e abrangência necessárias para obras contínuas ou de maior vulto, sendo adequada apenas para situações emergenciais ou pontuais.

6 - ESTIMATIVA DO VALOR

Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021

A estimativa de valor baseia-se nos valores obtidos da Tabela de Preços do Departamento de Edificações e Rodovias do estado do Espírito Santo (DER-ES), planilha de rodovias e edificações com data-base em março de 2025.

Para os itens pretendidos, os valores registrados são os seguintes:

Itens	Especificação	Und	Quant.	Unitário	BDI	Valor Total com BDI
01 - SERVIÇOS PRELIMINARES						
01.01	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nívelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	0,20	R\$ 23.556,20	R\$ 29.049,51	R\$ 5.809,90
01.02	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	8,00	R\$ 244,44	R\$ 301,44	R\$ 2.411,52
01.03	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	10,00	R\$ 579,35	R\$ 714,45	R\$ 7.144,50
01.04	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG	m	10,00	R\$ 454,75	R\$ 560,80	R\$ 5.608,00
01.05	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	10,00	R\$ 436,22	R\$ 537,95	R\$ 5.379,50
01.06	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	10,00	R\$ 55,94	R\$ 68,99	R\$ 689,90
01.07	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	1,00	R\$ 2.144,98	R\$ 2.645,19	R\$ 2.645,19
01.08	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1.21m ² /func./turno), conf. projeto (2 utilização)	m ²	10,00	R\$ 385,44	R\$ 475,32	R\$ 4.753,20
02 - DRENAGEM						
02.01	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	15,00	R\$ 40,72	R\$ 51,20	R\$ 768,00
02.02	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	15,00	R\$ 452,61	R\$ 568,04	R\$ 8.520,60



02.03	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	4,00	R\$ 718,33	R\$ 901,52	R\$ 3.606,08
02.04	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	2,00	R\$ 1.328,46	R\$ 1.667,26	R\$ 3.334,52
02.05	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	26,00	R\$ 424,36	R\$ 532,58	R\$ 13.847,08
02.06	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	8,45	R\$ 29,23	R\$ 36,68	R\$ 309,95
02.07	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	2,00	R\$ 2.938,05	R\$ 3.687,33	R\$ 7.374,66
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	2.101,73	R\$ 40,34	R\$ 50,63	R\$ 106.410,59
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	1.000,00	R\$ 70,05	R\$ 87,92	R\$ 87.920,00
02.10	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m³	139,58	R\$ 33,76	R\$ 41,63	R\$ 5.810,63

03 - TERRAPLENAGEM

03.01	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m²	3.101,73	R\$ 0,71	R\$ 0,90	R\$ 2.791,56
03.02	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m²	9.238,86	R\$ 1,75	R\$ 2,22	R\$ 20.510,27

04 – PAVIMENTAÇÃO

04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m²	9.238,86	R\$ 23,68	R\$ 29,58	R\$ 273.285,48
04.02	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	1.977,73	R\$ 4,40	R\$ 5,50	R\$ 10.877,51

05 – SINALIZAÇÃO VIÁRIA

05.01	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m²	4,00	R\$ 228,30	R\$ 285,73	R\$ 1.142,92
05.02	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	30,00	R\$ 21,81	R\$ 27,30	R\$ 819,00
05.03	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m²	4,00	R\$ 699,92	R\$ 876,00	R\$ 3.504,00

06 – OBRAS COMPLEMENTARES

06.01	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 31,42	R\$ 39,51	R\$ 1.185,30
06.02	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 26,12	R\$ 32,84	R\$ 985,20



	TOTAL GERAL	R\$ 587.445,06
--	-------------	----------------

A quantidade estimada a ser adquirida resulta no valor total estimado de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução completa dos serviços de drenagem e pavimentação em blocos de concreto intertravados tipo holandês, no trecho rural da Comunidade de Santa Joana, Município de Itarana/ES. A intervenção abrange a preparação do terreno, implantação da rede de drenagem pluvial para garantir o adequado escoamento das águas da chuva, prevenção de erosões e alagamentos, e a pavimentação da via, proporcionando maior durabilidade, segurança e funcionalidade para a mobilidade local.

Os materiais principais, como blocos e meios-fios, serão fornecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), enquanto a empresa contratada ficará responsável pela execução integral dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos e transporte, conforme especificações técnicas detalhadas nos projetos e memorial descritivo anexos.

Diante da complexidade técnica, vulto financeiro e da necessidade de garantir ampla participação, transparência e competitividade, optou-se pela realização de licitação pública na modalidade Concorrência, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Essa modalidade é a mais adequada para obras dessa natureza, pois assegura a seleção da proposta mais vantajosa e permite critérios rigorosos de habilitação técnica e financeira.

A licitação por concorrência fortalece a segurança jurídica do processo, minimiza riscos de execução inadequada e possibilita maior controle sobre a qualidade e os prazos da obra, promovendo a eficiência na aplicação dos recursos públicos e garantindo o atendimento pleno do interesse coletivo da comunidade beneficiada.

A vigência do Contrato formalizado através da Licitação por concorrência será de



210 (duzentos e dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade da obra, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, ressaltando que oferece um maior nível de controle pela administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da obra e garantia dos resultados em uma só empresa.

Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízos ao conjunto ou ao objeto a ser contratado.

9 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021

Pretende-se, com esta contratação, promover uma significativa redução nos gastos de tempo e recursos da administração municipal relacionados às manutenções constantes dos trechos atualmente não pavimentados, que são executadas com o maquinário próprio da Secretaria Municipal. A ausência de uma pavimentação adequada implica em intervenções frequentes e custosas, além de demandar esforços operacionais contínuos. Ao viabilizar a pavimentação definitiva, a administração poderá direcionar esses recursos para outras prioridades, otimizando a eficiência da gestão pública e promovendo o uso mais racional dos equipamentos e mão de obra disponíveis.

Além disso, a obra contribuirá diretamente para a redução de perdas agrícolas e para a melhoria do escoamento da produção local. A pavimentação em blocos de concreto intertravados proporcionará uma via mais resistente e com maior capacidade de tráfego,



mesmo em períodos chuvosos, eliminando pontos críticos de atoleiros e erosões que dificultam o transporte de mercadorias. Essa melhoria logística fortalecerá a economia local, beneficiando especialmente a agricultura familiar, que é a base da subsistência e geração de renda da comunidade. Com acesso facilitado, os produtores poderão comercializar seus produtos com mais eficiência e menor custo, ampliando suas oportunidades de mercado.

Por fim, a execução da obra visa assegurar o conforto e a segurança dos moradores e demais usuários da via. A pavimentação adequada eliminará problemas como poeira excessiva, lama e buracos, que atualmente comprometem a qualidade de vida e aumentam os riscos de acidentes. A implementação da rede de drenagem integrada garantirá o controle das águas pluviais, evitando alagamentos e deslizamentos que podem colocar em perigo as pessoas e comprometer a integridade da via. Dessa forma, a intervenção promoverá um ambiente mais seguro, acessível e digno para a população local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021

10.1. Para garantir a efetividade da contratação e o alcance dos resultados pretendidos, serão adotadas as seguintes providências pela Prefeitura Municipal de Itarana:

a) Designação de equipe técnica multidisciplinar para acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados

Assegurar a qualidade e conformidade dos projetos executados. Essa equipe deverá integrar diferentes expertises, garantindo o cumprimento dos prazos, especificações técnicas e normas vigentes, promovendo transparência e eficiência na gestão pública.

b) Disponibilização de todas as informações, documentos técnicos, levantamentos topográficos e sondagens existentes, e dados necessários à execução dos serviços pela contratada

Será disponibilizado à contratada todo o conjunto de informações, documentos técnicos, levantamentos topográficos, sondagens e demais dados necessários para a correta execução dos serviços.



c) Articulação com órgãos estaduais e federais para obtenção de licenças, autorizações e apoio técnico, quando necessário

Estabelecer contato direto com os órgãos estaduais e federais responsáveis pelas licenças e autorizações pertinentes. Isso inclui a identificação dos requisitos legais específicos, o encaminhamento de toda a documentação necessária, a solicitação de pareceres técnicos e a coordenação das etapas burocráticas até a obtenção das aprovações. Além disso, é importante manter um canal de comunicação ativo para receber orientações e suporte técnico durante a execução dos projetos, assegurando o cumprimento das normas vigentes e evitando possíveis entraves administrativos.

d) Promoção do diálogo e sensibilização da comunidade local sobre a importância e os impactos das intervenções

É essencial promover o diálogo aberto e contínuo com a comunidade local, sensibilizando-a quanto à importância das intervenções planejadas e seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Essa interação contribui para o entendimento, apoio e colaboração da população, reduzindo resistências e fortalecendo a transparência e a responsabilidade social do projeto.

f) Capacitação dos Setores Requisitantes e Fiscalizadores

Promover ações de capacitação dos servidores envolvidos no recebimento e fiscalização dos projetos, de modo a garantir o conhecimento técnico necessário para verificar a conformidade dos serviços, realizar inspeções de qualidade e identificar falhas ou técnicas indevidas. Isso contribuirá para a efetividade do controle interno e da correta aplicação dos recursos públicos.

g) Definição de Metas Operacionais e Indicadores de Acompanhamento

Estabelecer objetivos mensuráveis relacionados à entrega dos projetos, como prazos médios de atendimento, cumprimento dos padrões técnicos e normativos e satisfação das secretarias atendidas. Implantar indicadores de desempenho e relatórios de acompanhamento que permitam avaliar periodicamente os resultados da contratação.

10.2. O gestor da contratação deverá designar os servidores responsáveis pela fiscalização dos projetos elaborados, indicando ao menos um titular e um substituto. Esses fiscais terão a função de verificar a conformidade dos serviços entregues com



as especificações estabelecidas, acompanhar a execução contratual, relatar ocorrências e zelar pela economicidade, regularidade e eficiência da contratação.

10.3. Para que a pretendida contratação por Licitação, na modalidade Concorrência seja concretizada, devem ser observadas as seguintes providências administrativas:

a) Elaboração do Projeto Básico e Memorial Descritivo;

Desenvolver com rigor técnico o projeto básico e o memorial descritivo detalhado, contemplando todas as especificações, quantitativos, prazos e condições técnicas necessárias para a execução da obra, garantindo a clareza e a precisão do objeto licitado.

b) Estimativa Orçamentária Detalhada;

Preparar a planilha orçamentária com base em levantamentos atualizados de preços de mercado, considerando insumos, mão de obra, equipamentos e demais custos envolvidos, assegurando a economicidade e a viabilidade financeira do processo.

c) Definição dos Critérios de Julgamento e Habilitação;

Estabelecer os critérios objetivos para julgamento das propostas, bem como os requisitos técnicos e jurídicos para habilitação das empresas concorrentes, de forma a garantir a participação de licitantes qualificados e idôneos.

d) Publicação do Edital e Divulgação Ampla;

Elaborar o edital de licitação conforme as exigências legais e normativas vigentes, garantindo ampla divulgação e publicidade para assegurar a competitividade e o acesso igualitário de interessados.

e) Condução do Processo Licitatório;

Realizar todas as fases do certame (sessões públicas, análise documental, julgamento das propostas, recursos e homologação) observando os prazos legais, princípios da transparência e imparcialidade.

f) Formalização do Contrato Administrativo;

Após o julgamento e homologação, proceder à formalização do contrato com a empresa vencedora, contendo todas as cláusulas necessárias para assegurar o cumprimento do objeto, condições de pagamento, prazos, garantias e penalidades.

g) Acompanhamento e Fiscalização da Execução;

Designar equipe técnica qualificada para acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da obra, garantindo conformidade com o projeto, qualidade dos materiais e serviços, cumprimento de prazos e aplicação correta dos recursos públicos.



Art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021

11.1. Não se faz necessário proceder a outras contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação do serviço licitado atende toda necessidade existente.

12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021

12.1. A Responsabilidade Ambiental da Administração Pública

No âmbito da contratação pública para execução de obra de drenagem e pavimentação, a Administração Pública deve observar sua responsabilidade ambiental, conforme estabelecido no art. 225 da Constituição Federal, bem como nas legislações infraconstitucionais, especialmente os princípios já previstos na Lei nº 14.133/2021, que orientam a contratação pública com foco na sustentabilidade, na eficiência e no interesse público.

Tal responsabilidade implica em assegurar que a execução da obra ocorra de forma a minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade, considerando o uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente urbano. Neste sentido, a contratação deverá contemplar exigências técnicas e operacionais que garantam o cumprimento das normas ambientais vigentes, tais como o adequado manejo dos resíduos gerados, a preservação das condições naturais do solo e da vegetação existente, e a implementação de soluções que favoreçam a permeabilidade do pavimento, contribuindo para o escoamento eficiente das águas pluviais e evitando processos erosivos ou alagamentos.

Além disso, deverão ser observados critérios que incentivem o uso de materiais ambientalmente sustentáveis, tais como blocos intertravados drenantes, materiais reciclados ou reaproveitados, bem como a exigência de plano de controle ambiental por parte da empresa contratada, quando aplicável.

A inserção de tais medidas no planejamento da contratação não apenas garante a conformidade legal e técnica da obra, como também reafirma o compromisso da



Administração Pública com a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

12.2. Produção e Extração: Os Primeiros Impactos

No contexto da execução deste objeto, a produção e extração dos insumos utilizados representam a fase inicial e já impactante do processo construtivo. A obtenção de materiais como brita, areia, cimento e blocos intertravados demanda a exploração de recursos naturais, geralmente por meio de atividades de mineração e beneficiamento, que causam degradação de áreas naturais, alterações no relevo, consumo intensivo de água e emissão de particulados no ar. Além disso, a produção de cimento é uma das maiores fontes de emissão de dióxido de carbono na indústria da construção civil. Por isso, é essencial que a Administração Pública leve em consideração, ainda na fase de planejamento, a procedência dos materiais e priorize fornecedores licenciados, com práticas sustentáveis e responsabilidade ambiental comprovada. Essa conduta atende aos princípios da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), contribuindo para a redução da pegada ecológica da obra desde sua origem e promovendo uma contratação pública mais consciente e alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

12.3. Sustentabilidade na Escolha de Materiais

Em obras de drenagem e pavimentação em áreas rurais do município, a escolha de materiais deve considerar não apenas a viabilidade técnica e econômica, mas também os impactos ambientais e a adaptação às condições locais. A utilização de soluções sustentáveis, como pavimentos com maior capacidade de infiltração, materiais reciclados ou reaproveitados (como brita graduada proveniente de resíduos da construção civil) e elementos de drenagem com baixo impacto ambiental, contribui para a preservação do solo, a redução da compactação excessiva e o controle do escoamento superficial, especialmente em regiões com estradas não pavimentadas e sujeitas à erosão.

Além disso, a adoção de tecnologias apropriadas à realidade rural, com baixo custo de manutenção e facilidade de aplicação, promove maior durabilidade da infraestrutura e reduz a necessidade de intervenções futuras. Tais práticas estão em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à sustentabilidade, à eficiência e ao desenvolvimento regional, fortalecendo a responsabilidade da



Administração Pública com a preservação ambiental e a melhoria das condições de mobilidade e escoamento da produção agrícola.

12.4. Conscientização, Fiscalização e Educação Ambiental

A responsabilidade ambiental da Administração Pública vai além da contratação e execução de obras sustentáveis — ela também envolve ações integradas de conscientização, fiscalização e educação ambiental, especialmente em áreas rurais, onde a preservação dos recursos naturais é essencial para a qualidade de vida e a produção local. A realização de obras de drenagem e pavimentação deve ser acompanhada de medidas de orientação às comunidades afetadas, quanto à importância da conservação do solo, do uso adequado das vias e da destinação correta de resíduos gerados durante e após a obra. Além disso, a fiscalização ambiental deve ser incorporada às rotinas de acompanhamento contratual, garantindo o cumprimento das exigências legais e a adoção das práticas mitigadoras previstas.

A inclusão de ações educativas simples, como campanhas informativas, sinalização ambiental e envolvimento de lideranças locais, fortalece o vínculo entre poder público e população, promovendo o uso consciente da infraestrutura implantada. Tais iniciativas, alinhadas aos princípios da Lei nº 14.133/2021, contribuem para a consolidação de uma cultura de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente no âmbito rural do município.

Campanhas de conscientização e treinamentos voltados à gestão eficiente dos materiais, uso racional dos insumos e separação adequada dos resíduos podem gerar ganhos ambientais e financeiros relevantes. Fiscalizações regulares e auditorias ambientais nos contratos firmados também são ferramentas para assegurar que os impactos ambientais sejam minimizados e que as boas práticas estejam sendo efetivamente adotadas.

13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021

13.1. A contratação para a execução de obras de drenagem e pavimentação se revela imprescindível para a atuação contínua e eficiente da Administração Pública Municipal, especialmente para atender às demandas da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos (SMTOSU), com vistas à melhoria da infraestrutura viária no município.



Essa obra é fundamental para garantir a mobilidade, prevenir danos causados por erosões, além de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento da área rural atendida. A contratação está plenamente respaldada na Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência e interesse público.

13.1.1. A presente contratação contempla não apenas a execução da obra, mas também a observância de critérios técnicos rigorosos relacionados à qualidade, durabilidade, segurança e conformidade ambiental. Os impactos ambientais decorrente da obra de drenagem e pavimentação foram cuidadosamente avaliados, sendo recomendada a priorização de métodos e materiais sustentáveis que minimizem danos ao solo, à vegetação e aos recursos hídricos locais. Sempre que aplicável, recomenda-se a inclusão de cláusulas contratuais que incentivem a gestão adequada de resíduos, a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos materiais utilizados.

13.2. Com base nos estudos de demanda, nas especificações técnicas estabelecidas neste ETP e na confirmação da existência de dotação orçamentária, a contratação é considerada viável e vantajosa para o município. A padronização da elaboração de projetos e a previsão contratual de demandas previamente definidas contribuem diretamente para o planejamento integrado, a redução de retrabalhos e a maior eficiência na execução das obras e serviços públicos. Como impacto positivo direto, destaca-se a maior capacidade de resposta às necessidades da infraestrutura municipal e a valorização da transparência, uma vez que os serviços são visíveis e frequentemente acompanhados pela sociedade.

13.3. A opção pela realização de licitação na modalidade de concorrência foi definida com base na análise técnica deste Estudo e na pesquisa de mercado realizada. Esta modalidade proporciona ampla competitividade, transparência, controle de custos, padronização dos serviços e segurança jurídica na gestão das demandas técnicas pela Administração Pública. Assim, conclui-se que:

- a) A contratação é adequada às finalidades públicas do órgão e viável técnica, econômica e ambientalmente, conforme demonstrado neste Estudo;
- b) Os requisitos relevantes foram devidamente analisados;
- c) As quantidades estimadas estão compatíveis com as demandas projetadas;
- d) Os preços apresentados no certame licitatório deverão atender aos padrões de qualidade exigidos e estar compatíveis com os parâmetros de mercado, garantindo a



melhor proposta para o interesse público.

14 - DO MAPA DE RISCO

14.1. Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam ao processo que permeia até a formalização da contratação.

FASE DE ANÁLISE:

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Risco 01 - Questionamentos excessivos na Licitação.				
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta () Não se aplica			
Impacto:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica			
Dano				
Atrasos no processo licitatório				
Ação Preventiva	Responsável			
Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a exigências de marcas, modelos e requisitos excludentes.	Equipe de Licitação / Equipe do ETP			
Ação de Contingência	Responsável			
Republicação do Edital com correção dos itens alvos da impugnação.	Equipe de Licitação			

Risco 02 - Projeto básico ou termo de referência incompleto/inadequado.				
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta () Não se aplica			
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta () Não se aplica			
Dano				
Elaboração de edital inadequado, gerando recursos ou impugnação após a publicação.				



Atraso no procedimento licitatório devido a republicação do edital.	
Ação Preventiva	Responsável
Capacitar pessoal/designar pessoal capacitado para a atividade.	Administração Municipal
Ação de Contingência	Responsável
Recomendar correções ou adequações no termo de referência ou no projeto básico.	Setor Jurídico / Comissão Permanente de Licitações (CPL)

Risco 03 - Contratada se recusar a assinar contrato	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica
Impacto:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica
Dano	
Não concluir a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização da tomada de preços.	
Ação Preventiva	Responsável
Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.	CPL / Equipe Jurídica
Ação de Contingência	Responsável
Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.	Equipe Gestão do Contrato/Equipe Jurídica

15 - DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:



Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.***.***_**
MUNICÍPIO DE ITARANA
21/07/2025 07:58:37

Gabriel Pesente Piorotti
Engenheiro Civil – Matrícula 006931

Assinado por CARLA DEMONER MALTA
152.***.***_**
MUNICÍPIO DE ITARANA
22/07/2025 08:08:01

Carla Demoner Malta
Arquiteta e Urbanista – Matrícula 006954



RESUMO DE ORÇAMENTO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

Itarana, 21 de julho de 2025

ORÇAMENTISTAS: Eng.^o Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

ITEM	DESCRÍÇÃO	%	VALORES (R\$)
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	5,86%	R\$ 34.441,71
02	DRENAGEM	40,50%	R\$ 237.902,11
03	TERRAPLENAGEM	3,97%	R\$ 23.301,83
04	PAVIMENTAÇÃO	48,37%	R\$ 284.162,99
05	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	0,93%	R\$ 5.465,92
06	OBRAS COMPLEMENTARES	0,37%	R\$ 2.170,50
RESUMO	CUSTO TOTAL (R\$)		587.445,06
	ÁREA PROJETADA (M ²)		9.238,86
	CUSTO POR M ²		63,58

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI 140.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
21/07/2025 08:15:10

Eng.^o Civil Gabriel Pesente Piorotti
CREA ES-052453/D



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade do Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana, Espírito Santo.

ORÇAMENTISTAS: Eng.^o Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

BDI: 23,32%

Ref. De Preços:

Data-base:

Encargos sociais: Horistas: 157,27%

Itarana, 21 de julho de 2025

DER-ES

mar/25

Mensalista: 84,04%

ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)		
						UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI + REAJUSTE	TOTAL
01 SERVIÇOS PRELIMINARES								
01.01	10512	DER-ES (Edif.)	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	0,20	R\$ 23.556,20	R\$ 29.049,51	R\$ 5.809,90
01.02	20305	DER-ES (Edif.)	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	8,00	R\$ 244,44	R\$ 301,44	R\$ 2.411,52
01.03	20702	DER-ES (Edif.)	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	10,00	R\$ 579,35	R\$ 714,45	R\$ 7.144,50
01.04	20713	DER-ES (Edif.)	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entre QDG	m	10,00	R\$ 454,75	R\$ 560,80	R\$ 5.608,00
01.05	20714	DER-ES (Edif.)	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	10,00	R\$ 436,22	R\$ 537,95	R\$ 5.379,50
01.06	20712	DER-ES (Edif.)	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	10,00	R\$ 55,94	R\$ 68,99	R\$ 689,90
01.07	20711	DER-ES (Edif.)	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	1,00	R\$ 2.144,98	R\$ 2.645,19	R\$ 2.645,19
01.08	20804	DER-ES (Edif.)	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1.21m ² /func./turno), conf. projeto (2 utilização)	m ²	10,00	R\$ 385,44	R\$ 475,32	R\$ 4.753,20
SUB-TOTAL - 01								R\$ 34.441,71
02 DRENAGEM								
02.01	40086	DER-ES	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	15,00	R\$ 40,72	R\$ 51,20	R\$ 768,00
02.02	40683	DER-ES	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	15,00	R\$ 452,61	R\$ 568,04	R\$ 8.520,60
02.03	40732	DER-ES	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	4,00	R\$ 718,33	R\$ 901,52	R\$ 3.606,08
02.04	40530	DER-ES	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	2,00	R\$ 1.328,46	R\$ 1.667,26	R\$ 3.334,52
02.05	40431	DER-ES	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	26,00	R\$ 424,36	R\$ 532,58	R\$ 13.847,08
02.06	60002	DER-ES	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	8,45	R\$ 29,23	R\$ 36,68	R\$ 309,95
02.07	41144	DER-ES	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	2,00	R\$ 2.938,05	R\$ 3.687,33	R\$ 7.374,66
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	2.101,73	R\$ 40,34	R\$ 50,63	R\$ 106.410,59
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	1.000,00	R\$ 70,05	R\$ 87,92	R\$ 87.920,00
02.10	30210	DER-ES (Edif.)	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m ³	139,58	R\$ 33,76	R\$ 41,63	R\$ 5.810,63
SUB-TOTAL - 02								R\$ 237.902,11
03 TERRAPLENAGEM								



03.01	40167	DER-ES	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m ²	3.101,73	R\$ 0,71	R\$ 0,90	R\$ 2.791,56
03.02	40754	DER-ES	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m ²	9.238,86	R\$ 1,75	R\$ 2,22	R\$ 20.510,27
SUB-TOTAL - 03								R\$ 23.301,83
04 PAVIMENTAÇÃO								
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m ²	9.238,86	R\$ 23,68	R\$ 29,58	R\$ 273.285,48
04.02	Comp. 03	DER-ES	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	1.977,73	R\$ 4,40	R\$ 5,50	R\$ 10.877,51
SUB-TOTAL - 04								R\$ 284.162,99
05 SINALIZAÇÃO VIÁRIA								
SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA (DURANTE A OBRA)								
05.01	40145	DER-ES	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m ²	4,00	R\$ 228,30	R\$ 285,73	R\$ 1.142,92
05.02	41359	DER-ES	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	30,00	R\$ 21,81	R\$ 27,30	R\$ 819,00
SINALIZAÇÃO PERMANENTE								
05.03	40936	DER-ES	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m ²	4,00	R\$ 699,92	R\$ 876,00	R\$ 3.504,00
SUB-TOTAL - 05								R\$ 5.465,92
06 OBRAS COMPLEMENTARES								
06.01	41226	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 31,42	R\$ 39,51	R\$ 1.185,30
06.02	41225	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 26,12	R\$ 32,84	R\$ 985,20
SUB-TOTAL - 07								R\$ 2.170,50
TOTAL GERAL								R\$ 587.445,06



MEMORIAL DE CÁLCULO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

Itarana/ES - 025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	ESTACA		POSIÇÃO	QUANTIDADE	EXTENSÃO (m)	LARGURA (m)	PROF. (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	COEF.	DESC.	TOTAL	UNIDADE	
		INICIAL	FINAL												
01 SERVIÇOS PRELIMINARES															
01.01	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio) Locação e levantamento final da pavimentação				0,20									0,20	
	QUANTIDADE													0,20	mês
01.02	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI Canteiro de obras			1,00		4,00		2,00						8,00	
	QUANTIDADE													8,00	m²
01.03	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz Canteiro de obras								10,00					10,00	
	QUANTIDADE													10,00	m²
01.04	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG Canteiro de obras						10,00							10,00	m
	QUANTIDADE													10,00	
01.05	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m Canteiro de obras					10,00								10,00	
	QUANTIDADE													10,00	m
01.06	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m Canteiro de obras				10,00									10,00	
	QUANTIDADE													10,00	m
01.07	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m Canteiro de obras			1,00										1,00	
	QUANTIDADE													1,00	und
01.08	Refeitório com paredes de chapa de compens. 12mm e pontaletes 8x8cm, piso ciment. e cobert. de telhas fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção (cons. 1,21m²/func./turno), conf. projeto (2 utilização) Canteiro de obras								10,00					10,00	
	QUANTIDADE													10,00	m²
02 DRENAGEM															
02.01	Limpeza e desobstrução de bueiros Projeto de Drenagem			5,00		3,00								15,00	
	QUANTIDADE													15,00	m
02.02	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau Projeto de Drenagem - saída dos BSTC 0,60m						15,00							15,00	
	QUANTIDADE													15,00	m
02.03	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01) Projeto de Drenagem - saída de cada BSTC 0,60m				4,00									4,00	
	QUANTIDADE													4,00	und
02.04	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m Projeto de Drenagem				2,00									2,00	
	QUANTIDADE													2,00	und
02.05	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo														



MEMORIAL DE CÁLCULO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

Itarana/ES - 05/04/2025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	ESTACA		POSIÇÃO	QUANTIDADE	EXTENSÃO (m)	LARGURA (m)	PROF. (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	COEF.	DESC.	TOTAL	UNIDADE	
		INICIAL	FINAL												
	Projeto de Drenagem				26,00								26,00		
	QUANTIDADE												26,00	m	
02.06	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,295XP + 1,349XR + 5,397 (XP=18,40km XR=0,00km) Transporte (0,325 toneladas por metro de BSTC)				26,00								0,325	8,45	
	QUANTIDADE												8,45	t	
02.07	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2 Projeto de Drenagem				2,00								2,00		
	QUANTIDADE												2,00	und	
02.08	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio Assentamento de meio fio			LE/LD		2.101,73							2.101,73		
	QUANTIDADE												2.101,73	m	
02.09	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação Assentamento de meio fio - fornecimento de material			LE/LD		1.000,00							1.000,00		
	QUANTIDADE												1.000,00	m	
02.10	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio) Aterro dos meios fios com aproveitamento do material terraplenado			LE/LD	3.101,73	0,30	0,15						139,58		
	QUANTIDADE												139,58	m³	
03	TERRAPLENAGEM														
03.01	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira Projeto de Pavimentação			LE/LD	2,00	3.101,73	0,50		3.101,73				3101,73		
	QUANTIDADE												3.101,73	m²	
03.02	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m Projeto de Pavimentação	Est. 200	+ 0,00	Est. 224	+ 5,44			485,44	VAR.				2.912,64		
	Projeto de Pavimentação	Est. 100	+ 0,00	Est. 42	+ 1,62			214,37	VAR.				1.286,22		
	Projeto de Pavimentação	Est. 01	+ 0,00	Est. 43	+ 0,00			840,00	VAR.				5.040,00		
	QUANTIDADE												9.238,86	m²	
04	PAVIMENTAÇÃO														
04.01	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia Projeto de Pavimentação	Est. 200	+ 0,00	Est. 224	+ 5,44			485,44	VAR.				2.912,64		
	Projeto de Pavimentação	Est. 100	+ 0,00	Est. 42	+ 1,62			214,37	VAR.				1.286,22		
	Projeto de Pavimentação	Est. 01	+ 0,00	Est. 43	+ 0,00			840,00	VAR.				5.040,00		
	QUANTIDADE												9.238,86	m²	
04.02	Transporte, carga e desarga de material de pavimentação - Bloco e Meio fio Projeto de Pavimentação - Bloco					9.238,86							0,192	1.773,86	
	Projeto de Pavimentação - Meio Fio					2.101,73							0,097	203,87	
	QUANTIDADE													1.977,73	t
05	SINALIZAÇÃO VIÁRIA														
05.01	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira Sinalização durante a obra (provisória)							4,00					4,00		
	QUANTIDADE												4,00	m²	
05.02	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras Sinalização durante a obra (provisória)							30,00					30,00		
	QUANTIDADE												30,00	m	
05.03	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira Sinalização permanente							4,00					4,00		



MEMORIAL DE CÁLCULO GERAL

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

Itarana/ES - 003365/2025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	ESTACA		POSIÇÃO	QUANTIDADE	EXTENSÃO (m)	LARGURA (m)	PROF. (m)	ÁREA (m ²)	VOLUME (m ³)	COEF.	DESC.	TOTAL	UNIDADE
		INICIAL	FINAL											
	QUANTIDADE												4,00	m ²
06	OBRAS COMPLEMENTARES													
06.01	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões Caso eventual quebra de cano durante a terraplenagem												30,00	30,00
	QUANTIDADE												30,00	m
06.02	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões Caso eventual quebra de cano durante a terraplenagem												30,00	30,00
	QUANTIDADE												30,00	m



PLANILHA DE CÁLCULO DE REAJUSTES DOS VALORES DOS SERVIÇOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade do Santa Joana.

Observação: Os valores unitários dos serviços foram reajustados com os Índices do DNIT, de acordo com a classificação de cada serviço. Data-base DER-Rodovias = Out/2024. Data-base DER-Edificações = Mar/2025. Sendo assim, o mês de referência da planilha orçamentária para os referenciais de preço ficam sendo a data base MARÇO/2025.

Itarana, 21 de julho de 2025

BDI: 23,32% Ref. De Preços: DER-ES/SICRO

Data-base: mai/25

Encargos sociais: Horistas: 157,27% Mensalista: 84,04%

ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	CARACTERIZAÇÃO DE SERVIÇO	CUSTO (R\$)			
						PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	ÍNDICE DE CORREÇÃO	TOTAL
01 SERVIÇOS PRELIMINARES									
01.01	10512	DER-ES (Edif.)	Equipe topográfica para serviços simples de locação e nivelamento (incluindo equipamento, transporte e profissionais nível médio)	mês	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	23.556,20	R\$ 29.049,51	1,0000	R\$ 29.049,51
01.02	20305	DER-ES (Edif.)	Placa de obra nas dimensões de 2,0 x 4,0 m, padrão PMI	m ²	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	244,44	R\$ 301,44	1,0000	R\$ 301,44
01.03	20702	DER-ES (Edif.)	Barracão em chapa compensada 12mm e pont. 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas fibrocimento 6mm, incl. ponto de luz	m ²	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	579,35	R\$ 714,45	1,0000	R\$ 714,45
01.04	20713	DER-ES (Edif.)	Rede de luz, incl. padrão entr. energia trifás. cabo ligação até barracões, quadro distrib., disj. e chave de força, cons. 20m entre padrão entr.e QDG	m	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	454,75	R\$ 560,80	1,0000	R\$ 560,80
01.05	20714	DER-ES (Edif.)	Rede de esgoto, contendo fossa e filtro, incl. tubos e conexões de ligação entre caixas, considerando distância de 25m	m	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	436,22	R\$ 537,95	1,0000	R\$ 537,95
01.06	20712	DER-ES (Edif.)	Rede de água c/ padrão de entrada d'água diâm. 3/4" conf. CESAN, incl. tubos e conexões p/ aliment., distrib., extravas. e limp., cons. o padrão a 25m	m	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	55,94	R\$ 68,99	1,0000	R\$ 68,99
01.07	20711	DER-ES (Edif.)	Reservatório de fibra de vidro de 1000 L, incl. suporte em madeira de 7x12cm, elevado de 4m	und	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	2.144,98	R\$ 2.645,19	1,0000	R\$ 2.645,19
01.08	20356	DER-ES (Edif.)	Aluguel mensal container para almoxarifado, incl. porta, 2 janelas, 1 pt iluminação, isolamento térmico (teto), piso em comp. Naval pintado, cert. NR18, incl. laudo descontaminação	mês	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	385,44	R\$ 475,32	1,0000	R\$ 475,32
02 DRENAGEM									
02.01	40086	DER-ES	Limpeza e desobstrução de bueiros	m	OBRAS COMPLEMENTARES E MEIO AMBIENTE	R\$ 40,72	R\$ 50,22	1,0195	R\$ 51,20
02.02	40683	DER-ES	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ caiação (DSA-03A) degrau	m	DRENAGEM	R\$ 452,61	R\$ 558,16	1,0177	R\$ 568,04
02.03	40732	DER-ES	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DEB-01)	und	DRENAGEM	R\$ 718,33	R\$ 885,84	1,0177	R\$ 901,52
02.04	40530	DER-ES	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60 m	und	DRENAGEM	R\$ 1.328,46	R\$ 1.638,26	1,0177	R\$ 1.667,26



02.05	40431	DER-ES	Corpo BSTC (greide) diâmetro 0,60 m CA-2 PB inclusive escavação, reaterro e transporte do tubo	m	DRENAGEM	R\$ 424,36	R\$ 523,32	1,0177	R\$ 532,58
02.06	60002	DER-ES	Transporte Corpo BSTC diâmetro 0,60m 1,507XP + 1,569XR + 6,281 (XP=18,40km XR=0,00km)	t	DRENAGEM	R\$ 29,23	R\$ 36,04	1,0177	R\$ 36,68
02.07	41144	DER-ES	Caixa Boca de Lobo em bloco pré-moldado para diâm. = 0,60m (1,00 x 1,00m) CBL2	und	DRENAGEM	R\$ 2.938,05	R\$ 3.623,20	1,0177	R\$ 3.687,33
02.08	Comp. 02	DER-ES	Assentamento de meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive transporte do meio-fio	m	DRENAGEM	R\$ 40,34	R\$ 49,75	1,0177	R\$ 50,63
02.09	40662	DER-ES	Meio fio de concreto MFC 05, inclusive caiação	m	DRENAGEM	R\$ 70,05	R\$ 86,39	1,0177	R\$ 87,92
02.10	30210	DER-ES (Edif.)	Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material (Aterro de meio fio)	m³	TERRAPLENAGEM	R\$ 33,76	R\$ 41,63	1,0000	R\$ 41,63
03 TERRAPLENAGEM									
03.01	40167	DER-ES	Limpeza, desmatamento e destocamento de árvores com diâmetro até 15 cm, com trator de esteira	m²	TERRAPLENAGEM	R\$ 0,71	R\$ 0,88	1,0262	R\$ 0,90
03.02	40754	DER-ES	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m²	TERRAPLENAGEM	R\$ 1,75	R\$ 2,16	1,0262	R\$ 2,22
04 PAVIMENTAÇÃO									
04.01	Comp. 01	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia	m²	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 23,68	R\$ 29,20	1,0131	R\$ 29,58
04.02	Comp. 03	DER-ES	Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação - Bloco e Meio fio	t	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 4,40	R\$ 5,43	1,0131	R\$ 5,50
05 SINALIZAÇÃO VIÁRIA									
SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA (DURANTE A OBRA)									
05.02	40145	DER-ES	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m²	SINALIZAÇÃO VERTICAL	R\$ 228,30	R\$ 281,54	1,0149	R\$ 285,73
05.03	41359	DER-ES	Tela de proteção de segurança de PVC cor laranja com suporte para sinalização de obras	m	SINALIZAÇÃO VERTICAL	R\$ 21,81	R\$ 26,90	1,0149	R\$ 27,30
SINALIZAÇÃO PERMANENTE									
05.04	40936	DER-ES	Sinalização vertical com chapa revestida em película, inclusive suporte em madeira	m²	SINALIZAÇÃO VERTICAL	R\$ 699,92	R\$ 863,14	1,0149	R\$ 876,00
06 OBRAS COMPLEMENTARES									
06.01	41226	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 32mm, inclusive conexões	m	OBRAS COMPLEMENTARES E MEIO AMBIENTE	R\$ 31,42	R\$ 38,75	1,0195	R\$ 39,51
06.02	41225	DER-ES	Religação de rede de água em PVC DN 25mm, inclusive conexões	m	OBRAS COMPLEMENTARES E MEIO AMBIENTE	R\$ 26,12	R\$ 32,21	1,0195	R\$ 32,84



Setor de Const. e Conservação - Engenharia Civil - Prefeitura Municipal de Itarana
Relatório de Composição do Serviço

Serviço: Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, exclusive fornecimento dos blocos e inclusive transporte dos blocos e areia						Composição 01	Unidade: m ²
(A) Equipamento	Código Padrão	Quant.	Ut. Pr.	Ut. Impr	Vl. Hr. Prod.	Vl. Hr. Imp	Custo Horário
Compactador manual LF-100 gasol marca de referência Honda asfal 500mm ou equivalente	30075	1	0,1	0,9	20,96	18,55	18,79
(A) Total:							18,79
(B) Mão-de-Obra	Código Padrão	Eq. Salarial	Encargos (%)	Sal/Hora	Consumo	Custo Horário	
Calceteiro	20035	1,24	157,27	21,23	1,0000	21,23	
Encarregado de pavimentação	20065	2,26	157,27	38,69	0,5000	19,34	
Servente	20002	1,00	157,27	17,12	2,0000	34,24	
(B) Total:							74,81
(C) Itens de Incidência	Código Padrão	%	M.O.	Equip.	Mat.	Custo	
Ferramentas manuais	2000	5,0000	X			3,74	
(C) Total:							3,74
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C):							97,34
(D) Produção da Equipe:							5,0000
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D):							19,46
(F) Materiais	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário		
Areia grossa jazida com carregamento mecânico	10109	m ³	84,42	0,0500	4,22		
(F) Total:							4,22
(G) Serviços	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário		
(G) Total:							0,00
(H) Itens de Transporte	Código Padrão	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo
Consumo							Custo Unit.
(H) Total:							
Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H):							23,68
BDI 23,32%:							5,52
Preço Unitário Total:							29,20

Observações: Coeficientes retirados do Relatório de Composição do Serviço do DER-ES (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Espírito Santo), **composição 40884: Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp.= 08 cm, colchão areia esp.= 5cm, inclusive fornecimento e transporte dos blocos e areia**



Setor de Const. e Conservação - Engenharia Civil - Prefeitura Municipal de Itarana Relatório de Composição do Serviço									
					Composição 02		Unidade: m		
(A) Equipamento	Código Padrão	Quant.	Ut. Pr.	Ut. Impr	Vl. Hr. Prod.	Vl. Hr. Imp	Custo Horário		
					(A) Total:		0,00		
(B) Mão-de-Obra	Código Padrão	Eq. Salarial	Encargos (%)	Sal/Hora	Consumo		Custo Horário		
Calceteiro	20035	1,24	157,27	21,23	0,5000		10,61		
Encarregado de O.A.C	20060	2,26	157,27	38,69	0,1000		3,86		
Servente	20002	1,00	157,27	17,12	1,0000		17,12		
					(B) Total:		31,59		
(C) Itens de Incidência	Código Padrão	%	M.O.	Equip.	Mat.		Custo		
Ferramentas manuais	2000	5,0000	X		1,57		1,57		
					(C) Total:		1,57		
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C):							33,16		
(D) Produção da Equipe:							1,0000		
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D):							33,16		
(F) Materiais	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário				
					(F) Total:				
					0,00				
(G) Serviços	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário				
Argamassa cimento e areia traço 1:4, tudo incluído	40348	m³	535,89	0,0065	3,48				
Caiação de meios fios, sarjetas, etc	40658	m²	7,01	0,2800	1,96				
Escavação manual em mat. 1ª cat. H=0,00 a 1,50 m	40258	m³	77,38	0,0225	1,74				
					(G) Total:				
					7,18				
(H) Itens de Transporte	Código Padrão	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo		
					Consumo		Custo Unit.		
					(H) Total:		0,00		
Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H):							40,34		
BDI 23,32%:							9,40		
Preço Unitário Total:							49,74		

Observações: Coeficientes retirados do Relatório de Composição do Serviço do DER-ES (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Espírito Santo), **composição 40141: Meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive caiação e transporte do meio-fio**



Setor de Const. e Conservação - Engenharia Civil - Prefeitura Municipal de Itarana Relatório de Composição do Serviço							
Serviço: Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação						Composição 03	Unidade: t
(A) Equipamento	Código Padrão	Quant.	Ut. Pr.	Ut. Impr	Vl. Hr. Prod.	Vl. Hr. Imp	Custo Horário
Retroescavadeira MF 86 TM (MASSEY FERGUSSON) ou equivalente	30029	1	0,2	0,8	193,69	75,24	98,93
						(A) Total:	98,93
(B) Mão-de-Obra	Código Padrão	Eq. Salarial	Encargos (%)	Sal/Hora	Consumo	Custo Horário	
						(B) Total:	0
(C) Itens de Incidência	Código Padrão	%	M.O.	Equip.	Mat.	Custo	
						(C) Total:	0
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C):						98,93	
(D) Produção da Equipe:						35,0000	
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D):						2,82	
(F) Materiais	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Consumo	Custo Unitário	
						(F) Total:	0,00
(G) Serviços	Código Padrão	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Consumo	Custo Unitário	
						(G) Total:	0,00
(H) Itens de Transporte	Código Padrão	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo Unit.
TR-201-00 (Comercial - Caminhão basculante) - Transp. De Bloco	60002	t	$1,185XP + 1,234XR + 4,939$	0,00	0,50	4,846	5,463
TR-201-00 (Comercial - Caminhão basculante) - Transp. De Meio Fio	60002	t	$1,185XP + 1,234XR + 4,939$	0,00	0,50	4,846	5,463
XP = 0,00 KM; XR = 0,50 KM							1,58
Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H):						4,40	
BDI 23,32%:						1,02	
Preço Unitário Total:						5,42	

Observações: Coeficientes retirados do Relatório de Composição do Serviço do DER-ES (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Espírito Santo), *Transporte, carga e desgarca de material de pavimentação*



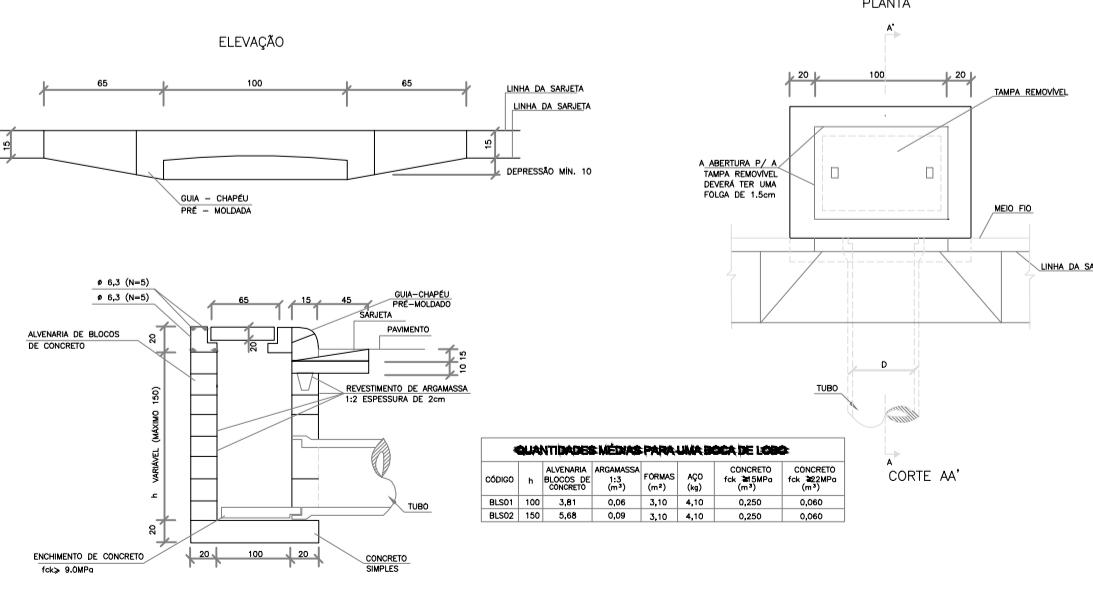
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO GERAL

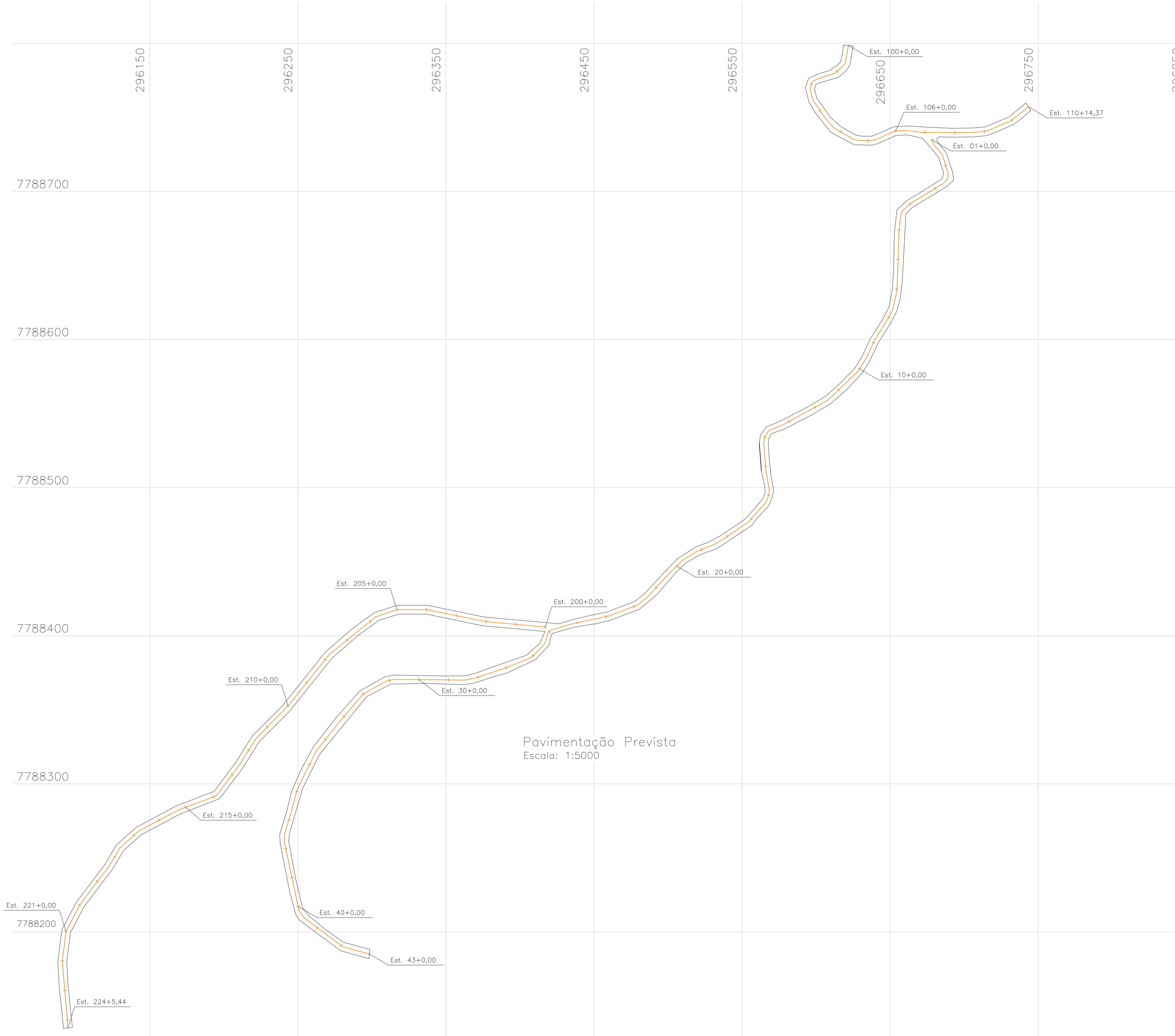
OBRA: Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade Santa Joana.

LOCAL: Zona Rural, Itarana/ES

ORÇAMENTISTAS: Engº Civil GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CREA: ES-052453/D

ITEM	DESCRÍÇÃO	VALORES (R\$)	Período Licitatório			Execução de Obra					
			1	2	3	4	5	6	7		
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	Físico (%)	R\$ 34.441,71			91,57%	0,00%		8,43%		
		Financeiro (R\$)				R\$ 31.536,76			R\$ 2.904,95		
02	DRENAGEM	Físico (%)	R\$ 237.902,11			50,00%	50,00%				
		Financeiro (R\$)				R\$ 118.951,06	R\$ 118.951,06				
03	TERRAPLENAGEM	Físico (%)	R\$ 23.301,83			100,00%					
		Financeiro (R\$)				R\$ 23.301,83					
04	PAVIMENTAÇÃO	Físico (%)	R\$ 284.162,99			10,00%	20,00%	35,00%	35,00%		
		Financeiro (R\$)				R\$ 28.416,30	R\$ 56.832,60	R\$ 99.457,05	R\$ 99.457,05		
05	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Físico (%)	R\$ 5.465,92			17,95%	17,95%		64,11%		
		Financeiro (R\$)				R\$ 980,96	R\$ 980,96		R\$ 3.504,00		
06	OBRAS COMPLEMENTARES	Físico (%)	R\$ 2.170,50				50,00%		50,00%		
		Financeiro (R\$)					R\$ 1.085,25		R\$ 1.085,25		
Total Parcial (%)			R\$ 587.445,06			34,59%	30,28%	16,93%	18,21%		
Total Acumulado (%)						34,59%	64,86%	81,79%	83,07%		
Total Financeiro (R\$)						203.186,90	177.849,86	99.457,05	106.951,25		
Total Acumulado (R\$)						203.186,90	381.036,77	480.493,81	587.445,06		





Projeto de Pavimentação

Data: Jul 2025
Revisão nº: 00

Setor: Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

Obra: Drenagem e Pavimentação no trecho de Santa Joana, Itarana/ES.

Prancha:

Endereço: Santa Joana, Zona Rural, Itarana/ES.

02/02

Título da Folha: Pavimentação prevista e detalhamentos executivos.

Proprietário: Prefeitura Municipal de Itarana C.N.P.J.: 27.104.363/0001-23

Projeto: Gabriel Pesente Piorotti CREA: ES-052453/D

Escala: Indicada ART:

Responsável Técnico: GABRIEL PESENTE PIOROTTI Assinado de forma digital por GABRIEL PESENTE PIOROTTI Prefeito Municipal:
Dados: 2025.07.21 08:08:33 -03'00'

CONVENÇÕES E LEGENDAS	
ESTRADA A PAVIMENTAR	
EDIFICAÇÃO EXISTENTE	
PAVIMENTO PROJETADO	
LIMITE DE INTERVENÇÃO	
MEIO FIO PROJETADO	
ESTACAS DE LOCAÇÃO	
EIXO DA PISTA	
BOCA DE LÔBO 1,20x1,20m	
CORPO BSTC 0,60m	



MEMORIAL DESCritivo DA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS

ITARANA-ES

2025



MEMORIAL DESCRIPTIVO

Projeto: Execução de obra de drenagem e pavimentação, com blocos de concreto intertravados, tipo Unistein, na Comunidade de Santa Joana, Zona Rural, Itarana, Espírito Santo.

Proprietário: Prefeitura Municipal de Itarana, Espírito Santo.

Localização: Comunidade de Santa Joana, Zona Rural, Itarana/ES.

1 - IDENTIFICAÇÃO

O presente Memorial tem como objetivo especificar os materiais e técnicas referentes à execução de obra de pavimentação, em blocos de concreto intertravados, tipo Unistein, na Comunidade de Santa Joana.

2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

É de responsabilidade da CONTRATADA, o fornecimento de todos os materiais (exceto blocos de concreto e meio-fio, que serão doados pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da SEAG), equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se nos projetos básicos fornecidos bem como nos respectivos memoriais descritivos, responsabilizando-se pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, bem como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT e demais pertinentes, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, etc., e por todos os danos causados às obras e ou serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, resarcindo, etc., os seus respectivos proprietários.

Quando houver dúvidas nos projetos, nas especificações, no memorial deverá ser consultada a FISCALIZAÇÃO e aos projetistas para as definições finais.

3 - OBSERVAÇÕES GERAIS

3.1 – Execução e controle

3.1.1 – Responsabilidades

Fica reservada a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES, neste ato representado pelo SETOR DE ENGENHARIA E PROJETOS, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, e



nos demais e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou outros elementos fornecidos.

Na existência de serviços não descritos, a CONTRATADA somente poderá executá-los após aprovação da FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento ou norma neste memorial, nos projetos, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, e demais pertinentes.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes citadas ou não neste memorial. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuirão as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes, no Município, Estado e na União.

É da máxima importância, que o Engenheiro Residente e ou R.T. promovam um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, envolvidos nos serviços, durante todas as fases de organização e construção. A coordenação deverá ser precisa, enfatizando-se a importância do planejamento e da previsão. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam à melhor técnica preconizada para os serviços objetos desta licitação.

Caso haja discrepâncias, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam sobre os projetos, bem como os projetos específicos de cada área predominam sobre os gerais das outras áreas, e as cotas deverão predominar sobre as escalas, devendo o fato, de qualquer forma, ser



comunicado com a devida antecedência à FISCALIZAÇÃO, para as providências e compatibilizações necessárias.

As especificações, os desenhos dos projetos e o memorial descritivo destinam-se a descrição e a execução dos serviços completamente acabados nos termos deste memorial e objeto da contratação, e com todos os elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento. Portanto, estes elementos devem ser considerados complementares entre si, e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em todos os demais.

A CONTRATADA aceita e concorda que os serviços, objeto dos documentos contratuais, deverão ser complementados em todos os detalhes ainda que cada item necessariamente envolvido não seja especificamente mencionado.

O profissional residente deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá se necessário manter contato com as repartições competentes, a fim de obter as necessárias aprovações dos serviços a serem executados, bem como fazer os pedidos de ligações e inspeções pertinentes e providenciar todos os materiais e serviços necessários a estas ligações às suas expensas.

A CONTRATADA deverá visitar o local dos serviços e inspecionar as condições gerais do terreno, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, taludes, árvores existentes, passeios existentes, cercas existentes, etc., bem como verificar as cotas e demais dimensões do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "In Loco", pois deverão constar na proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, mesmo que não constem da planilha estimativa fornecida, bem como todas as outras demolições, cortes de árvores e adaptações necessárias à conclusão dos serviços, não cabendo, após assinatura do contrato nenhum termo aditivo visando acrescentar itens ou quantitativos previstos inicialmente.



3.1.2 – Acompanhamento

Os serviços serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA, o qual será doravante, aqui designado FISCALIZAÇÃO.

Os serviços serão conduzidos por pessoal pertencente à CONTRATADA, competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo dos serviços, para que o cronograma físico e financeiro seja cumprido à risca.

A CONTRATADA não poderá executar, qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência e necessários ao andamento ou segurança dos serviços.

Além dos procedimentos técnicos indicados nos capítulos a seguir, terão validade contratual para todos os fins de direito, as normas editadas pela ABNT, DER, DNER, e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas, com os materiais e serviços objetos do contrato.

No caso de serviços executados com materiais fornecidos pela CONTRATADA, que apresentarem defeitos na execução, estes serão refeitos à custa da mesma e com material e ou equipamento às suas expensas.

3.2 – Observações sobre materiais

3.2.1 - Observações Gerais

Todos os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser de Primeira Qualidade ou Qualidade Extra, entendendo-se primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material a ser utilizado, satisfazer as especificações da ABNT/INMETRO e demais normas citadas, e ainda, serem de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto, neste memorial ou nas especificações gerais, e devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenham idêntica função e se presta às mesmas condições do material,



equipamento ou serviço especificado, sendo que para sua utilização deverá haver aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO.

Caso o material especificado nos projetos e ou memorial, tenha saído de linha, ou encontrar obsoleto, o mesmo deverá ser substituído pelo novo material lançado no mercado, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos, especificações e contrato.

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará, por escrito, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas do pedido de orçamento comparativo, de acordo com o que reza o contrato entre as partes sobre a equivalência.

O estudo e aprovação pela PREFEITURA, dos pedidos de substituição, só serão efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

- Declaração de que a substituição se fará sem ônus para a CONTRATANTE, no caso de materiais equivalentes.
- Apresentação de provas, pelo interessado, da equivalência técnica do produto proposto ao especificado, compreendendo como peça fundamental o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério da FISCALIZAÇÃO.
- Indicação de marca, nome de fabricante ou tipo comercial, que se destinam a definir o tipo e o padrão de qualidade requerida.
- A substituição do material especificado, de acordo com as normas da ABNT, só poderá ser feita quando autorizada pela FISCALIZAÇÃO e nos casos previstos no contrato.
- Outros casos não previstos serão resolvidos pela FISCALIZAÇÃO, depois de satisfeitas as exigências dos motivos ponderáveis ou aprovada à possibilidade de atendê-las.



3.2.2 – Segurança geral

Toda a área do canteiro das obras deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes.

Instalações apropriadas para combate a incêndios deverão ser previstas em todas as edificações e áreas de serviço sujeitas a incêndios, incluindo-se o canteiro de serviços, almoxarifados e adjacências.

Todos os panos, estopas, trapos oleosos e outros elementos que possam ocasionar fogo deverão ser mantidos em recipiente de metal e removidos para fora das edificações ou de suas proximidades, e das proximidades dos serviços, cada noite, e sob nenhuma hipótese serão deixados acumular. Todas as precauções deverão ser tomadas para evitar combustão espontânea.

Deverá ser prevista uma equipe de segurança interna para controle e vigia das instalações, almoxarifados, etc. e disciplina interna, cabendo à CONTRATADA toda a responsabilidade por quaisquer desvios ou danos, furtos, decorrentes da negligência durante a execução dos serviços até a sua entrega definitiva.

Deverá ser obrigatória pelo pessoal que deverá trabalhar nos serviços, a utilização de equipamentos de segurança, como botas, capacetes, cintos de segurança, óculos e demais proteções de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho.

4 – SERVIÇOS A EXECUTAR

As obras descritas a seguir, devem obedecer rigorosamente às normas técnicas pertinentes. Antes de iniciar a obra, é necessária a determinação ou locação das coordenadas de projeto, assim como medidas de proteção e sinalização, quando necessárias.

4.1 – Serviços Preliminares

4.1.1 – Placa de Obra

A placa de obra será confeccionada em chapa galvanizada fixada com estrutura de madeira. Terá área de 8,00m², com altura de 2,00 m e largura de 4,00



m, e deverá ser afixada em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização.

Deverá ser mantida em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, **durante todo o período de execução das obras.**

Imagen 01 – Modelo da placa de obra, padrão PMI



4.1.2 – Aluguel mensal de container

A contratada deverá alugar, mensalmente, durante o período previsto para a obra, um container para almoxarifado, com porta, 02 janelas, 01 pontos de iluminação, isolamento térmico (teto), piso em compensado naval pintado, com certificado da NR18, incluindo laudo de descontaminação.

4.1.3 - Escavação e carga de material de 1^a categoria

O serviço de terraplenagem é baseado no item de regularização e compactação do subleito, os quais consistem em efetuar escavação de cortes e rebaixos de pista para execução das correções do greide e implantação da camada estrutural do pavimento em função da via apresentar irregularidades transversais e longitudinais, como também pontos de passagem obrigatórios (edificações existentes e emboques de ruas) para implantar a nota de serviço de terraplanagem e o gabarito projetado.



4.2 – Drenagem

A execução dos serviços de drenagem previstos, devem, obrigatoriamente, seguir as preconizações nas Normas DNIT abaixo:

- Norma DNIT 026/2004 – ES: Drenagem – Caixas Coletoras – Especificação de serviços e suas atualizações;
- Norma DNIT 023/2006 – ES: Drenagem – Bueiro Tubulares de concreto – Especificação de serviços e suas atualizações;
- Norma DNIT 022/2004 – ES: Drenagem – Dissipadores de energia – Especificação de serviço e suas atualizações;
- Norma DNIT 018/2006 – ES: Drenagem – Sarjetas e valetas – Especificação de serviço e suas atualizações;
- Norma DNIT 021/2004 – ES: Drenagem - Entradas e descidas d'água - Especificação de serviço;

4.3 – Pavimentação

4.3.1 – Regularização e compactação do Subleito

A regularização deverá adequar o terreno, nos trechos que forem necessários, no sentido transversal e longitudinal, compreendendo cortes ou aterros de até 0,20 m de espessura. Toda a vegetação e material orgânico, por ventura existentes, serão removidos.

Após essas duas etapas, procede-se a compactação do subleito, molhado e compactado, no mínimo a 98% do *Proctor* Intermediário, comprovado por ensaio de “densidade *in situ*” e dentro das normas técnicas.

A condução do serviço de Regularização e compactação do subleito, deve ser regida especificação da Norma DNIT 137/2010 – ES: Pavimentação – Regularização do subleito – Especificação de serviço e suas atualizações.

4.3.2 – Assentamento de blocos de concreto

Os blocos de pavimentação serão do tipo **holandês** e só devem ser assentados quando as camadas subjacentes estiverem liberadas quanto aos requisitos de aceitação de materiais e execução.



A superfície deve estar perfeitamente limpa, desempenada e sem excessos de umidade antes da execução do pavimento de peças pré-moldadas de concreto. Durante todo o tempo que durar a execução do pavimento, os serviços devem ser protegidos contra a ação destrutiva das águas pluviais, do trânsito e de outros agentes que possam danificá-los. É obrigação da executante a responsabilidade desta conservação, não sendo permitida a execução dos serviços em dia de chuva.

O preparo do subleito deve ser adequadamente compactado até 60 cm de profundidade, no mínimo e a compactação será especificada de modo a se obter, no mínimo, 100% da massa específica aparente máxima seca, com a energia normal.

A sequência executiva segue a ordem: preparo do subleito, instalação dos confinamentos laterais (meio-fio) e colocação da camada de areia de assentamento.

Sobre a regularização do sub-leito deve ser lançada uma camada de material granular inerte, areia ou pó de pedra (preferencialmente), com diâmetro máximo de 4,8 mm e com espessura uniforme, depois de compactada de 03 cm a 05 cm, na qual devem ser assentados os blocos de concreto.

As peças transportadas para a pista devem ser empilhadas, de preferência, à margem desta. Cada pilha de blocos deve ser disposta de tal forma que cubra a primeira faixa à frente, mais o espaçamento entre elas. Se não for possível o depósito nas laterais, as peças podem ser empilhadas na própria pista, desde que haja espaço livre para as faixas destinadas à colocação de linhas de referência para o assentamento.

Deverão ser assentadas vigas de travamento, utilizando o próprio meio fio em concordância com o *greide* regularizado e pavimentação, no sentido transversal desta.

O assentamento das peças deve obedecer a seguinte sequência:

a) iniciar com uma fileira de blocos, dispostos na posição normal ao eixo, ou na direção da menor dimensão da área a pavimentar, a qual deve servir como guia para melhor disposição das peças;

b) o nivelamento do assentamento deve ser controlado por meio de uma régua de madeira, de comprimento um pouco maior que a distância entre os cordéis,



acertando o nível dos blocos entre estes e nivelando as extremidades da régua a esses cordéis;

c) o controle do alinhamento deve ser feito acertando a face das peças que se encostam aos cordéis, de forma que as juntas definam uma reta sobre estes;

d) o arremate com alinhamentos existentes ou com superfícies verticais deve ser feito com auxílio de peças pré-moldadas, ou cortadas em forma de $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{2}$ ou $\frac{3}{4}$ de bloco;

e) de imediato ao assentamento da peça, deve ser feito o acerto das juntas com o auxílio de uma alavanca de ferro própria, igualando assim, a distância entre elas. Esta operação deve ser feita antes da distribuição do pedrisco para o rejuntamento, pois o acomodamento deste nas juntas prejudicará o acerto. Para evitar que areia da base também possa prejudicar o acerto, certos tipos de peça possuem chanfros nas arestas da face inferior;

f) o assentamento das peças deve ser feito do centro para as bordas, colocando-as de cima para baixo evitando-se o arrastamento da areia para as juntas, permitindo espaçamento mínimo entre as peças, assegurando um bom travamento, de modo que a face superior de cada peça fique um pouco acima do cordel;

g) O acabamento será feito pela colocação de uma camada de areia fina (que será responsável pelo rejunte) e nova compactação, cuidando para que os vãos entre as peças sejam preenchidos pela areia. O excesso de areia deverá ser eliminado por varrição. O trânsito sobre a pavimentação só poderá ser liberado quando todos os serviços estiverem completos.

4.3.3 – Meio-fio

Para assentamento dos meios-fios, deverá ser aberta uma vala ao longo do bordo do subleito preparado, de acordo com o projeto, conforme alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas. Acompanhando o alinhamento previsto no projeto, as guias serão colocadas dentro das valas, de modo que a face que não apresente falhas ou depressões seja colocada para cima.



Os meios-fios serão de concreto pré-moldado, com 15x12x30x100 cm, rejuntados com argamassa de cimento e areia e servirão para o travamento dos blocos de concreto pré-moldados.

5.0 – RECEBIMENTOS DOS SERVIÇOS E OBRAS

Concluímos todos os serviços, objetos desta licitação, se estiverem em perfeitas condições atestada pela **FISCALIZAÇÃO**, e depois de efetuados todos os testes e ensaios necessários, bem como recebida toda a documentação exigida neste memorial e nos demais documentos contratuais, serão recebidos provisoriamente por esta através de Termo de Recebimento Provisório Parcial, emitido juntamente com a última medição.

Decorridos 15 (quinze) dias corridos a contar da data do requerimento da Contratada, os serviços serão recebidos **provisoriamente** pela **FISCALIZAÇÃO**, e que lavrará “Termo de Recebimento Provisório”.

A Contratada fica obrigada a manter os serviços e obras por sua conta e risco, até a lavratura do “Termo de Recebimento Definitivo”, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

Decorridos o prazo de 60 (sessenta) dias após a lavratura do “Termo de Recebimento Provisório”, se os serviços de correção das anormalidades por ventura verificadas forem executados e aceitos pela Comissão de Recebimento de Obras ou pela **FISCALIZAÇÃO**, e comprovado o pagamento da contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução dos serviços, será lavrado o “Termo de Recebimento Definitivo”.

Aceitos os serviços e obras, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correções e segurança dos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

Desde o recebimento provisório, o MUNICIPIO entrará de posse plena dos serviços podendo utilizar os locais. Este fato será levado em consideração quando do recebimento definitivo, para os defeitos de origem da utilização normal dos serviços.

O recebimento em geral também deverá estar de acordo com a **NBR-5675**.



Itarana – ES, 21 de julho de 2025.

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI 140.***.***-

**
MUNICÍPIO DE ITARANA
21/07/2025 08:18:09

Gabriel Pesente Piorotti
Engenheiro Civil CREA ES-052453/D



1. Responsável Técnico

GABRIEL PESENTE PIOROTTITítulo profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0819800910

Registro: ES-052453/D

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

Registro: 999999



2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**CPF/CNPJ: **27104363000123**

Rua: RUA ELIAS ESTEVÃO COLNAGO

Nº:

Complemento:

CEP: 29620000

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**Bairro: **CENTRO**

Telefone:

Contrato:

Nº do Aditivo: **0**Valor do Contrato/Honorários: **R\$0,01**Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **SANTA JOANA**

Nº:

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Quadra Lote

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**

CEP: 29620000

Data de início: **01/04/2024**Prev. Término: **30/04/2024**

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

CPF/CNPJ:27104363000123

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0**Nº Pavimento(s): **0**Dimensão/Quantidade: **12907,77**Unidade de medida: **M2**ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **35 - 5.1 - ELABORAÇÃO DE PROJETO**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **103 - AUTORIA**NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **1102 - RODOVIAS,1206 - OBRAS DE DRENAGEM,9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)**TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **223 - TERRAPLENAGEM,307 - DRENAGEM PLUVIAL / OBRA DE ARTE CORRENTE,309 - PAVIMENTAÇÃO,408 - GALERIAS E BUEIROS**PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **14 - PROJETO TERRAPLE.DRENAGEM /PAVIMENTAÇÃO,110 - PROJETO TERRAPLENAGEM DRENAGEM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, PELO CALÇAMENTO RURAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DA SEAG, EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA COMUNIDADE DE SANTA JOANA (12.907,77 M²), ZONA RURAL, ITARANA, ESPÍRITO SANTO.

6. Declarações

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local **GABRIEL PESENTE PIOROTTI** Assinado de forma digital por **GABRIEL PESENTE PIOROTTI**
PIOROTTI Data **2024.04.23 10:24:31**
-03'00'

GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CPF: 14098154714

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CPF/CNPJ: 27104363000123

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br

tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br

art@creaes.org.br





1. Responsável Técnico

GABRIEL PESENTE PIOROTTITítulo profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0819800910

Registro: ES-052453/D

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

Registro: 999999



2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**CPF/CNPJ: **27104363000123**

Rua: RUA ELIAS ESTEVÃO COLNAGO

Nº:

Complemento:

CEP: 29620000

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**Bairro: **CENTRO**

Telefone:

Contrato:

Nº do Aditivo: **0**Valor do Contrato/Honorários: **R\$0,01**Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **SANTA JOANA**

Nº:

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Quadra Lote

Cidade: **ITARANA**UF: **ES**

CEP: 29620000

Data de início: **01/04/2024**Prev. Término: **30/04/2024**

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

CPF/CNPJ:27104363000123

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0** Nº Pavimento(s): **0** Dimensão/Quantidade: **12907,77** Unidade de medida: **M2**ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **59 - 23.1 - ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **1102 - RODOVIAS,1108 - SISTEMA DE DRENAGEM E/OU IRRIGAÇÃO,9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)**TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **223 - TERRAPLENAGEM,307 - DRENAGEM PLUVIAL / OBRA DE ARTE CORRENTE,309 - PAVIMENTAÇÃO,408 - GALERIAS E BUEIROS**PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **100 - NENHUM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, PELO CALÇAMENTO RURAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DA SEAG, EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA COMUNIDADE DE SANTA JOANA (12.907,77 M²), ZONA RURAL, ITARANA, ESPÍRITO SANTO.

6. Declarações

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local _____, de _____ de _____
Assinado de forma digital por _____
GABRIEL PESENTE PIOROTTI
Dados: 2024.04.23 10:24:52
-03'00'

GABRIEL PESENTE PIOROTTI - CPF: 14098154714

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CPF/CNPJ: 27104363000123

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br

tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br

art@creaes.org.br





ANEXO VII – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° _____/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N° _____/2025

Processo nº 003365/2025 de 21 de julho de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

ID CidadES Contratação nº 2024.036E0700001.01.0003

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor **Vander Patrício**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, estabelecida na _____, neste ato representada por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato conforme Processo e Concorrência supra referidos, tudo de acordo com às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa para a execução de obra de drenagem e pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na comunidade Santa Joana, Itarana-ES, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Projeto Básico anexo I deste Edital.

1.2. A Contratada se obrigará a executar as obras e serviços empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente aos Projetos, Normas e Especificações Técnicas, contidas neste Edital.

1.3. Poderá o Município de Itarana/ES, exigir a reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com os Projetos, planilhas, Normas e Especificações próprias.

1.4. A proponente vencedora estará obrigada à manutenção e segurança do tráfego do corredor onde estiver trabalhando, com a devida sinalização, durante a execução dos serviços de que diz respeito o presente Edital, na forma prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

1.5 – Do regime de execução

1.5.1 - Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO



2.1 - O presente contrato subordina-se às legislações supracitadas, bem como a todos os atos constantes do processo administrativo nº 003365/2025, e passam a fazer parte integrante deste contrato como se transcrita estivesse para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, vinculando a esta contratação:

- 2.1.1. O Projeto Básico e Executivo;
- 2.1.2. O Edital da Licitação e anexos;
- 2.1.3. A Proposta do contratado;
- 2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados e demais planilhas, contendo: a) resumo de orçamento; b) planilha orçamentária; c) memorial de cálculo; d) cronograma físico-financeiro; e) memorial descritivo; e e) relatório de composição do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O valor global do presente contrato é estimado em **R\$ _____ (_____)**, de acordo com a proposta vencedora, ora Contratada.

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 210 (duzentos e dez) dias, contados do primeiro dia útil após a publicação do seu resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

4.2. O prazo para execução total do objeto do presente contrato será de 4 (quatro) meses, de acordo com o cronograma físico-financeiro, a contar da Ordem de Serviço expedida pelo Prefeito Municipal de Itarana/ES.

CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme informação compilada no Projeto Básico, anexo I a este Contrato.



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO e MEDAÇÃO (art. 92, V e VI)

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 10 do Projeto Básico, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CORRELATOS (art. 92, V)

8.1. As condições de reajustes e demais condições a ele referentes encontram-se definidos nos itens 9.5 a 9.8 do Projeto Básico, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. As obrigações da CONTRATADA encontram-se definidos no item 7.1 e seus subitens, do Projeto Básico, anexo I a este Contrato, bem como as determinadas na legislação, entretanto, ressalta-se que:

9.1.1. Constitui obrigação da CONTRATADA, manter, durante a execução contratual, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

9.1.2. Constitui ainda, obrigação da CONTRATADA cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz em consonância com o art. 92, XVII da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. As obrigações do CONTRATANTE encontram-se definidos no item 7.2 e seus subitens, do Projeto Básico, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

11.1. As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediências as disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis;

11.2. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste Contrato;

11.3. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade;

11.4. O usuário autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo CONTRATANTE com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

11.4.1. Colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer



atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para os Correios e/ou aos seus usuários;

11.4.2. Resguardar um interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e

11.4.3. Cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. As condições de garantia e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 9.4 e seus subitens, do Projeto Básico, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. As sanções encontram-se definidos no item 9.2 e seus subitens, do Projeto Básico, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.2 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVICOS URBANOS

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVICOS URBANOS

080001.1545100043.018 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS URBANAS E RURAIS

44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES / FICHA: 0266 / FONTE: 1755000 e 1755000

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a



formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.B

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo em atenção a Lei Municipal 1.115/2024, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itarana/ES, _____ de _____ de 2025

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
Sr. Vander Patrício
Prefeito Municipal

CONTRATADA:

EMPRESA VENCEDORA
Sr. XXXXXXXXX

Testemunhas:

**ANEXO VIII – MODELO DE CARTA PROPOSTA.**

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. _____ /2024

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

(**Empresa**) _____, com sede na cidade de _____, na _____ (endereço) _____, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, vem, pela presente, apresentar nossa proposta comercial para execução do objeto da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** em epígrafe, conforme descrito no edital e seus anexos, propondo a execução das obras e serviços nele fixados, de acordo com o orçamento apresentado nas seguintes condições:

O Preço Global Proposto é de R\$ _____ (_____), já incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive materiais a serem utilizados, equipamentos, mão-de-obra, todos os encargos trabalhistas e previdenciários, fretes, impostos e taxas de qualquer espécie, tributos em geral e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços e seus preços, conforme projetos e planilha de custos unitários e totais e cronograma físico-financeiro.

O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias consecutivos, a contar da data de apresentação da proposta, nos expressos termos da Lei nº 14.133/2021, consolidada.

Declaramos para todos os fins de direito, que o prazo para execução dos serviços/obra será de **acordo com o cronograma físico financeiro**, a contar da Ordem de Serviço expedida pelo Prefeito Municipal de Itarana/ES, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como recebemos todos documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



Nos comprometemos a utilizar, além dos profissionais já indicados no "Documento de Habilitação", a equipe técnica e administrativa, que forem necessários à perfeita execução dos serviços, como também nos comprometemos a suplementar o pessoal e/ou substituir elementos de nosso pessoal, desde que assim exija a fiscalização da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sem que isso implique em reequilíbrio de custos.

Nome do Município /UF, _____ de _____ de _____.

Identificação (Razão social do proponente)

assinatura do Responsável



ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. ____/2024

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES

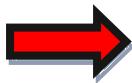
(NOME DA EMPRESA), CNPJ nº, sediada à (endereço completo), **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, e sob as penas da Lei, que tem pleno conhecimento dos locais em que se implantarão os projetos objeto desta licitação, grau de dificuldades existentes, bem como conhecimento dos projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, todas as informações que são consideradas indispensáveis ao pleno conhecimento da obra a ser executada, ciente, também, dos óbices físicos e das condições especiais que podem interferir no procedimento de elaboração de suas soluções técnicas;

DECLARA, ainda, que tomou conhecimento do Caderno de Especificações constante do edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** em epígrafe, responsabilizando-nos pela perfeita revisão e elaboração dos objetos licitados, respondendo por sua adequação técnica às normas da ABNT, garantindo sua futura exequibilidade e segurança, estando de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Por fim, **DECLARA** que, se vencedora do certame licitatório, não poderá alegar desconhecimento de quaisquer fatos que possam a vir a onerar, postergar ou que não façam parte integrante da presente licitação, que aqui foram verificados e informados. Reconhecendo ainda que tal circunstância nos retira a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

Por ser a expressão da verdade, firmo esta para todos os efeitos decorrentes da Licitação supra referida.

Nome do Município /UF, ____ de _____ de _____.



Identificação (Razão social do proponente)

Assinatura do Responsável da empresa.



(assinatura de seu responsável técnico)

**ANEXO X - MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO**

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

Município /UF, ____ de _____ de _____

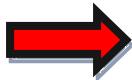
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. ____/2024

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada_____, por seu representante legal, infra firmado **DECLARA**, que o Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, registrado no Conselho, sob o nº _____, é o responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** em epígrafe.

**Identificação (Razão social do proponente)****Assinatura do Responsável da empresa.****ACEITAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

DECLARO que aceito minha indicação como responsável técnico dos serviços objeto da licitação **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** em epígrafe.

**(assinatura de seu responsável técnico)****Registro nº _____**

**ANEXO XI**

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. ____/2024

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E
MÃO DE OBRA**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada_____, por seu representante legal, infra firmado **DECLARA**, sob as penas da lei, possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos e materiais necessários para a execução das obras e serviços objeto da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** em epígrafe, bem como fornecerá quantidade de mão-de-obra necessária para a execução dos serviços, disponibilizando uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva, conforme normas de trabalho e segurança vigentes.

Por ser a expressão da verdade, firmo esta para todos os efeitos decorrentes da Licitação supra referida.

Nome do Município /UF, ____ de _____ de _____.

Identificação (Razão social do proponente)
Assinatura do Responsável da empresa.

**ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. ____/2024

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na(ENDEREÇO COMPLETO)...., inscrita no CNPJ sob nº neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

- a) a empresa recebeu cópias de todos os instrumentos que compõem a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** em epígrafe, bem como possui todas as informações necessárias à formulação da proposta, e, ainda, que tem conhecimento das condições locais, necessárias à execução do objeto ora licitado, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- b) Declaro ainda que a empresa se submete integral e irretratavelmente, a todas as exigências deste edital, inclusive ao cumprimento do calendário e emissão de Ordem de Serviço para liberação dos serviços, sem receber compensação pela não liberação de trabalho quando ocorrem fatos que impeçam a execução contínua dos serviços licitados.
- c) cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências estabelecidos no instrumento convocatório.
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.**Obs.:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

- e) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme o disposto no art. 78 da Lei Orgânica Municipal nº 001/1990.
- f) que inexiste fato impeditivo a sua participação na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** em epígrafe e, ainda, que não está impedida de participar de licitações de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública.
- g) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.



- h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III d art. 5º da Constituição Federal;
- i) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- k) que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante / Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- l) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- m) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- n) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- o) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- p) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade assina a presente.

Nome do Município /UF, ____ de ____ de ____.

Identificação (Razão social do proponente)

Assinatura do Responsável da empresa.



18 - 04 - 1964
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo: 3365/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Assunto: análise jurídica do processo licitatório e da minuta de edital e anexos para a contratação de empresa visando a execução da “Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES.

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos visando à contratação de empresa especializada para a execução de obra de drenagem e pavimentação com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, com extensão aproximada de 1.539,81 metros lineares.

O valor estimado da contratação é de R\$ 587.445,06 (quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), conforme planilha orçamentária elaborada a partir da Tabela DER/ES – março/2025.

O procedimento foi instruído com Estudo Técnico Preliminar (ETP – ev. 04), Documento de Formalização de Demanda (DFD – ev. 05), Projeto Básico (ev. 06 a 09, retificado no ev. 14), orçamento detalhado (ev. 10), dotação orçamentária (ev. 18) e minuta do contrato (ev. 20).

A Administração optou por realizar licitação na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço, com julgamento pelo critério de menor valor global, tendo em vista a natureza da obra, o vulto financeiro e a necessidade de assegurar ampla competitividade.

O presente parecer visa analisar a legalidade dessa contratação, bem como a regularidade das cláusulas contratuais apresentadas.

É o relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II. DA NATUREZA DO PARECER JURÍDICO

Insta salientar que a manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, não sendo papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Todas as determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Assessoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

III. DO MÉRITO

A Concorrência é a modalidade de licitação que admite a participação de quaisquer interessados que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, sendo aplicável para contratação de obras, serviços, inclusive de engenharia, compras e alienações, independentemente do valor estimado da contratação.

Sua definição está prevista no art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

- XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:
- a) menor preço;
 - b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
 - c) técnica e preço;
 - d) maior retorno econômico;
 - e) maior desconto;



18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Conforme o art. 17, §2º da Lei 14.133/2021, a regra é que as licitações sejam realizadas preferencialmente a forma eletrônica, a fim de ampliar a competitividade e garantir isonomia entre os licitantes:

Art. 17 [...]

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

O tipo de julgamento adotado — Menor Preço — está previsto no art. 33, inciso I da Lei 14.133/2021, e é adequado para obras e serviços de engenharia com projeto básico bem definido, como ocorre no caso concreto.

Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União confirma que a modalidade Concorrência Eletrônica, quando instruída com projeto básico completo e orçamento detalhado, é adequada para obras de maior vulto e garante maior transparência e competitividade¹.

Por sua vez, a documentação constante no processo comprova que foram observadas as exigências do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, com apresentação de Estudo Técnico Preliminar detalhado (ev. 04), definição precisa do objeto no Projeto Básico (ev. 14 – retificado), estimativas quantitativas e qualitativas, justificativa para não parcelamento do objeto, pesquisa de preços e análise de riscos.

Há ainda previsão orçamentária e compatibilidade com a LDO e a LOA, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), conforme indicados no ev. 17 e 18.

A escolha da Concorrência Eletrônica se mostra legal e vantajosa, pois: (a) o valor da contratação ultrapassa os limites que permitiriam modalidades mais simplificadas; (b) a forma eletrônica atende ao princípio da publicidade e amplia a competitividade, reduzindo custos de participação; (c) o critério de Menor Preço garante a seleção da proposta mais vantajosa, considerando que o projeto básico e o orçamento estão suficientemente detalhados para evitar variações técnicas.

Quanto ao contrato, a minuta apresentada (ev. 20) atende ao art. 92 da Lei nº 14.133/2021, contendo todas as cláusulas essenciais: descrição do objeto e regime de execução (empreitada por preço unitário), prazo de execução de 210 dias, preço e condições de pagamento, garantias, sanções administrativas, hipóteses de rescisão,

¹ TCU, Acórdãos 2.692/2015-Plenário e 1.527/2019-Plenário.



18 - 04 - 1964
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

responsabilidades da contratada e da Administração, vedação à subcontratação e exigência de responsável técnico habilitado.

Do ponto de vista jurídico, não se identificam cláusulas abusivas, ilegais ou omissas. Ao contrário, o contrato contempla obrigações claras, compatíveis com o edital e com a legislação vigente, resguardando o interesse público e a segurança jurídica da execução contratual.

Ressalta-se positivamente a previsão de não subcontratação e a exigência de início da obra em prazo máximo de cinco dias úteis após a ordem de serviço, medidas que evitam atrasos injustificados.

Diante do exposto, conclui-se que o procedimento licitatório na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço, encontra-se em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a jurisprudência do TCU, não havendo vícios que comprometam sua legalidade. O processo apresenta adequada instrução documental, justificativa técnica e orçamentária consistente, projeto básico completo e cláusulas contratuais regulares e protetivas do interesse público.

IV. CONCLUSÃO

Ante o exposto, **opina-se pela regularidade e legalidade** da contratação de empresa visando a execução da “Obra de Drenagem e Pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na Comunidade de Santa Joana, Itarana/ES, com fundamento nos artigos 6, inciso XXXVIII, art. 28, inciso II, art. 33, inciso I, art. 92, todos da Lei 14.133/2021 e entendimento jurisprudencial.

Recomenda-se manter fiscalização técnica permanente, com registros formais de medições e relatórios, garantindo o cumprimento integral das obrigações contratuais.

Recomenda-se, ainda, a devida publicação do extrato do contrato e o registro da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/2021.

Por fim, o agente público deverá cumprir o disposto na Instrução Normativa nº 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no que se refere às publicações e remessas de contratações ao referido anexo VI, quanto ao código CIDADES, para que surtam os efeitos legais de controle externo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Itarana/ES, 30 de julho de 2025.

Assinado por DANIELLY TONIATO MARTINELLI 168.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
30/07/2025 15:19:56

DANIELLY TONIATO MARTINELI
Procuradora Municipal - OAB/ES 42.571



DESPACHO

ASSUNTO: Contratação de empresa para a execução de obra de drenagem e pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na comunidade Santa Joana, Itarana-ES.

De: Prefeito Municipal

Para: CPL – Comissão Permanente de Licitações

Requerente: Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

Requerimento: 003365/2025

Prezados,

Encaminho o processo a essa Comissão Permanente de Licitações - CPL para abertura do procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, na forma de execução indireta, mediante o regime de empreitada por preço unitário, com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, asseverando que o Setor de Licitação deverá observar em tudo, os procedimentos legais.

Na qualidade de ordenador de despesas do Município, declaro para os devidos fins de legalidade, que existem recursos orçamentários e financeiros, para o atendimento das despesas referente a este processo, com base na lei orçamentária anual (LOA) e compatibilidade com o plano plurianual (PPA) e com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), conforme art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000.

Itarana/ES, 30 de julho de 2025

Assinado por VANDER PATRICIO 096.***.***-
**

MUNICIPIO DE ITARANA
30/07/2025 15:54:49

VANDER PATRICIO
Prefeito Municipal

